

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	6
Demonstração do Resultado	9
Demonstração do Resultado Abrangente	11
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	12

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	14
DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	15
DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	16
Demonstração de Valor Adicionado	17

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	19
Balanço Patrimonial Passivo	20
Demonstração do Resultado	21
Demonstração do Resultado Abrangente	23
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	24

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	26
DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	27
Demonstração de Valor Adicionado	28

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	30
---	----

Notas Explicativas	39
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	93
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	97
Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	98
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	99

Índice

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente
--

100

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	26.262
Preferenciais	19.838
Total	46.100
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	22/02/2017	Juros sobre Capital Próprio	29/03/2017	Preferencial		0,33182
Reunião do Conselho de Administração	22/02/2018	Juros sobre Capital Próprio	27/03/2018	Preferencial		0,33182

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
1	Ativo Total	9.488.588	10.000.782	11.824.869
1.01	Ativo Circulante	5.283.070	5.819.598	7.146.064
1.01.01	Disponibilidades	437.854	410.141	426.941
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.418.530	1.792.535	2.319.235
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	976.127	1.512.248	1.902.597
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	442.403	280.287	416.638
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	138.195	35.471	18.640
1.01.03.01	Carteira Própria	66.349	25.785	2.082
1.01.03.02	Instrumentos Financeiros Derivativos	4.170	5.042	16.558
1.01.03.03	Vinculados ao Banco Central	33.889	0	0
1.01.03.04	Vinculados à Prestação de Garantias	33.787	4.644	0
1.01.04	Relações Interfinanceiras	93.329	119.122	194.913
1.01.04.01	Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	163	39	50
1.01.04.02	Créditos Vinculados - Depósitos no Banco Central	93.148	119.065	194.845
1.01.04.03	Correspondentes	18	18	18
1.01.05	Relações Interdependências	9.186	4.429	5.480
1.01.05.01	Transferências Internas de Recursos	9.186	4.429	5.480
1.01.06	Operações de Crédito	2.394.296	2.657.466	3.288.367
1.01.06.01	Setor Privado	2.687.775	2.926.398	3.387.293
1.01.06.02	Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	59.156	162.987	335.013
1.01.06.03	(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	-352.635	-431.919	-433.939
1.01.08	Outros Créditos	493.391	580.242	726.941
1.01.08.01	Câmbio Comprado a Liquidar	87.389	64.161	77.484
1.01.08.02	Direitos sobre Vendas de Câmbio	4	0	4
1.01.08.03	(Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos)	-4	0	-4
1.01.08.04	Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	1.304	17.336	14.147
1.01.08.05	Créditos por Avais e Fianças Honrados	0	0	940
1.01.08.06	Rendas a Receber	11.664	8.057	5.257

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
1.01.08.07	Negociação e Intermediação de Valores	0	0	8
1.01.08.08	Créditos Tributários	253.431	328.186	363.960
1.01.08.09	Devedores por Compras de Valores e Bens	18.137	8.961	10.426
1.01.08.10	Impostos a Compensar	14.697	8.675	4.006
1.01.08.11	Pagamentos a Ressarcir	2.343	730	612
1.01.08.12	Títulos e Créditos a Receber	88.551	99.879	242.333
1.01.08.13	Valores a Receber de Sociedades Ligadas	654	609	894
1.01.08.14	Adiantamentos e Antecipações Salariais	1.437	1.582	1.898
1.01.08.15	Devedores Diversos	57.913	48.531	9.548
1.01.08.16	Outros	2.669	561	1.209
1.01.08.17	(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	-46.798	-7.026	-5.781
1.01.09	Outros Valores e Bens	298.289	220.192	165.547
1.01.09.01	Outros Valores e Bens	306.325	210.286	131.164
1.01.09.02	(Provisões para Desvalorizações)	-22.216	-7.099	-1.302
1.01.09.03	Despesas Antecipadas	14.180	17.005	35.685
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.681.510	3.611.379	4.175.621
1.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	29.282	47.369	140.585
1.02.01.01	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	29.282	47.369	140.585
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	999.778	824.296	728.783
1.02.02.01	Carteira Própria	758.395	401.573	465.194
1.02.02.02	Instrumentos Financeiros Derivativos	9.278	22.679	123.380
1.02.02.03	Vinculados ao Banco Central	27.398	0	0
1.02.02.04	Vinculados à Prestação de Garantias	204.707	400.044	140.209
1.02.05	Operações de Crédito	2.061.592	2.241.038	2.847.924
1.02.05.01	Setor Privado	2.289.996	2.402.568	2.831.135
1.02.05.02	Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	47.281	142.662	319.257
1.02.05.03	(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	-275.685	-304.192	-302.468
1.02.07	Outros Créditos	571.643	482.057	421.529

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
1.02.07.01	Rendas a Receber	7.000	7.000	7.000
1.02.07.02	Créditos Tributários	289.918	232.649	194.881
1.02.07.03	Devedores por Compras de Valores e Bens	2.162	3.731	6.492
1.02.07.04	Devedores por Depósitos em Garantia	200.620	174.095	143.859
1.02.07.05	Impostos a Compensar	9.841	9.961	9.524
1.02.07.06	Pagamentos a Ressarcir	538	0	0
1.02.07.07	Títulos e Créditos a Receber	70.520	64.120	63.379
1.02.07.08	(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	-8.956	-9.499	-3.606
1.02.08	Outros Valores e Bens	19.215	16.619	36.800
1.02.08.01	Despesas Antecipadas	19.215	16.619	36.800
1.03	Ativo Permanente	524.008	569.805	503.184
1.03.01	Investimentos	355.498	416.727	382.026
1.03.01.02	Participações em Controladas	402.359	463.589	428.890
1.03.01.04	Outros Investimentos	1.173	1.172	1.170
1.03.01.05	Provisão para Perdas	-48.034	-48.034	-48.034
1.03.02	Imobilizado de Uso	128.668	115.511	85.362
1.03.02.01	Imóveis de Uso	27.138	26.988	18.098
1.03.02.02	Outras Imobilizações de Uso	193.956	165.451	139.734
1.03.02.03	(Depreciações Acumuladas)	-92.426	-76.928	-72.470
1.03.04	Intangível	39.842	37.567	35.761
1.03.04.01	Ativos Intangíveis	111.195	99.148	91.445
1.03.04.02	(Amortização Acumulada)	-71.353	-61.581	-55.684
1.03.05	Diferido	0	0	35
1.03.05.01	Gastos de Organização e Expansão	0	0	447
1.03.05.02	(Amortização Acumulada)	0	0	-412

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
2	Passivo Total	9.488.588	10.000.782	11.824.869
2.01	Passivo Circulante	2.459.127	2.748.476	4.350.043
2.01.01	Depósitos	1.276.088	1.771.213	2.313.912
2.01.01.01	Depósitos à Vista	262.488	318.248	502.272
2.01.01.02	Depósitos de Poupança	179.484	210.039	269.887
2.01.01.03	Depósitos Interfinanceiros	50.862	37.007	61.898
2.01.01.04	Depósitos a Prazo	783.254	1.205.919	1.479.855
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	250.191	315.884	1.051.287
2.01.02.01	Carteira de Terceiros	250.191	315.884	1.051.287
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	382.326	142.387	188.682
2.01.03.01	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de crédito e Similares	382.326	142.364	188.662
2.01.03.02	Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	0	23	20
2.01.04	Relações Interfinanceiras	160	73	35
2.01.04.01	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	160	73	35
2.01.05	Relações Interdependências	27.489	36.128	38.185
2.01.05.01	Recursos em Trânsito de Terceiros	27.489	36.128	38.185
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	0	0	2.074
2.01.06.01	Empréstimos no Exterior	0	0	2.074
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	1.861	0	0
2.01.07.01	Outras Instituições	1.861	0	0
2.01.09	Outras Obrigações	521.012	482.791	755.868
2.01.09.01	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	4.131	3.189	3.375
2.01.09.02	Câmbio Vendido a Liquidar	4	0	4
2.01.09.03	Obrigações por Compra de Câmbio	84.009	45.484	46.075
2.01.09.04	(Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio)	-84.009	-45.484	-46.075
2.01.09.05	Sociais e Estatutárias	17.395	10.785	27.774
2.01.09.06	Fiscais e Previdenciárias	25.779	28.362	30.349
2.01.09.07	Negociação e Intermediação de Valores	0	0	3.893

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
2.01.09.08	Obrigações por Convênios Oficiais	198.550	137.067	132.004
2.01.09.09	Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	2.897	2.666	1.072
2.01.09.10	Provisão para Pagamentos a Efetuar	36.244	29.570	37.960
2.01.09.11	Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	2.198	0	0
2.01.09.12	Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão	63.203	95.798	360.027
2.01.09.13	Valores a Pagar de Sociedades Ligadas	3.675	0	0
2.01.09.14	Dívidas Subordinadas	26.469	26.077	31.245
2.01.09.15	Instrumentos Financeiros Derivativos	78	569	0
2.01.09.16	Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	5.289	2.576	0
2.01.09.17	Credores Diversos - País	133.665	137.478	122.402
2.01.09.18	Outras	1.435	8.654	5.763
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	6.262.645	6.551.313	6.766.036
2.02.01	Depósitos	5.089.361	5.006.653	5.174.491
2.02.01.01	Depósitos Interfinanceiros	29.194	42.875	142.548
2.02.01.02	Depósitos a Prazo	5.060.167	4.963.778	5.031.943
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	133.634	459.505	380.463
2.02.03.01	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	133.634	387.805	294.557
2.02.03.02	Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	0	71.700	85.906
2.02.09	Outras Obrigações	1.039.650	1.085.155	1.211.082
2.02.09.01	Fiscais e Previdenciárias	0	620	621
2.02.09.02	Provisão para Outros Passivos	237.846	221.877	200.907
2.02.09.03	Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	486	0	0
2.02.09.04	Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão	57.794	254.674	406.119
2.02.09.05	Dívidas Subordinadas	513.471	505.900	594.191
2.02.09.06	Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	207.620	88.917	0
2.02.09.07	Instrumentos Financeiros Derivativos	478	4.887	0
2.02.09.08	Outras	21.955	8.280	9.244
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	526	653	761

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
2.03.01	Resultados de Exercícios Futuros	526	653	761
2.05	Patrimônio Líquido	766.290	700.340	708.029
2.05.01	Capital Social Realizado	492.708	433.340	433.340
2.05.01.01	De Domiciliados no País	433.340	433.340	433.340
2.05.01.02	Aumento de Capital	59.368	0	0
2.05.02	Reservas de Capital	43.375	42.743	42.743
2.05.02.01	Reservas de Ágios por Subscrição de Ações	43.375	42.743	42.743
2.05.03	Reservas de Reavaliação	142	151	233
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	142	151	233
2.05.04	Reservas de Lucro	240.003	229.026	231.783
2.05.04.01	Legal	62.171	60.858	59.942
2.05.04.02	Estatutária	177.832	168.168	171.841
2.05.04.02.01	Para Pagamento de Dividendos	2.888	1.921	5.594
2.05.04.02.02	Para Aumento de Capital	174.944	166.247	166.247
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-9.938	-4.920	-70
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	-9.938	-4.920	-70

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	2.531.797	2.973.629	3.382.206
3.01.01	Operações de Crédito	2.059.497	2.437.135	2.564.035
3.01.02	Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	272.835	425.489	453.764
3.01.03	Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	-461	-87.910	218.234
3.01.04	Resultado de Operações de Câmbio	8.200	-13.591	36.131
3.01.05	Resultado das Aplicações Compulsórias	9.356	10.779	15.005
3.01.06	Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	182.370	201.727	95.037
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-1.469.514	-1.923.024	-2.346.735
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-770.150	-1.083.304	-1.451.704
3.02.02	Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	-654	12.331	-43.352
3.02.03	Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	-33.817	-78.120	-112.659
3.02.04	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-664.893	-773.931	-739.020
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	1.062.283	1.050.605	1.035.471
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-954.647	-999.404	-933.329
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	248.743	232.939	196.902
3.04.02	Despesas de Pessoal	-390.297	-384.710	-354.612
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-494.136	-465.759	-477.648
3.04.04	Despesas Tributárias	-108.834	-110.969	-105.387
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	74.396	63.922	67.390
3.04.05.01	Variações Monetárias Ativas	13.579	20.439	35.483
3.04.05.02	Recuperação de Encargos e Despesas	5.752	7.738	5.393
3.04.05.03	Reversão de Provisões para Coobrigações - Cessões de Crédito	0	268	2.012
3.04.05.04	Reversão de Provisões	25.524	7.184	3.986
3.04.05.05	Juros Sobre o Capital Próprio	7.867	6.704	6.282
3.04.05.06	Outras Receitas	21.674	21.589	14.234
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-304.419	-343.818	-254.261
3.04.06.01	Aprovisionamentos e Ajustes Patrimoniais	-3.064	-5.926	-8.552
3.04.06.02	Descontos Concedidos	-118.224	-174.284	-115.982

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
3.04.06.03	Variações Monetárias Passivas	-5.851	-20.409	-9.702
3.04.06.04	Apropriação Indébita	-3.531	-7.090	-2.665
3.04.06.05	Despesas de Caráter Eventual	-31.244	-28.822	-40.254
3.04.06.06	Outras Despesas	-142.505	-107.287	-77.106
3.04.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	19.900	8.991	-5.713
3.05	Resultado Operacional	107.636	51.201	102.142
3.06	Resultado Não Operacional	-49.743	-23.114	-55.712
3.06.01	Receitas	15.340	11.986	7.674
3.06.02	Despesas	-65.083	-35.100	-63.386
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	57.893	28.087	46.430
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-24.101	-2.582	53.847
3.08.01	Provisão para Imposto de Renda	0	-871	-2.770
3.08.02	Provisão para Contribuição Social	0	-672	-1.019
3.08.03	Ativo Fiscal Diferido	-24.101	-1.039	57.636
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	-7.548	-7.186	-26.909
3.10.01	Participações	-7.548	-7.186	-26.909
3.10.01.01	Administradores	0	0	-3.542
3.10.01.02	Empregados	-7.548	-7.186	-23.367
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	26.244	18.319	73.368
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	0,56928	0,39738	1,5915

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	26.244	18.319	73.368
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-5.018	-4.850	70
4.02.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	2.013	-2.519	116
4.02.02	Ajustes de Avaliação Atuarial	-10.377	-5.564	0
4.02.03	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	3.346	3.233	-46
4.03	Resultado Abrangente do Período	21.226	13.469	73.438

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-372.781	421.726	253.746
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	739.184	876.370	878.519
6.01.01.01	Despesas de Juros e Variação Cambial de Dívidas Subordinadas	56.184	-50.448	338.352
6.01.01.02	Ajuste a Mercado de Instrumentos Financeiros Derivativos e Hedge	-1.981	125.206	-253.497
6.01.01.03	Efeitos da Variação das Taxas de Câmbio sobre o Caixa e Equivalentes de Caixa	-17.083	-2.866	-3.500
6.01.01.04	Despesa com Provisão Fiscais, Cíveis e Trabalhistas	2.084	15.886	15.206
6.01.01.05	(Reversão) para Garantias Financeiras Prestadas	-838	0	0
6.01.01.06	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	664.893	773.931	739.020
6.01.01.07	Provisão para Perdas em Bens Não de Uso Próprio e Investimentos	15.118	16.647	43.693
6.01.01.08	Depreciações e Amortizações	32.344	28.086	28.143
6.01.01.09	Atualizações Monetárias Ativas	-13.579	-20.439	-35.483
6.01.01.10	Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	-27.767	-15.695	-569
6.01.01.11	Perda de Ativo Diferido e Intangível	368	434	157
6.01.01.12	Perda na Alienação de Bens e Investimentos	32.991	4.907	6.907
6.01.01.13	Perda / (Ganho) de Capital em Controlada	-4.185	721	-2
6.01.01.14	Outros	635	0	92
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.169.859	-482.731	-671.203
6.01.02.01	Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-78.334	884.564	646.051
6.01.02.02	Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	-101.007	-197.342	34.370
6.01.02.03	Redução em Relações Interfinanceiras	25.880	75.829	125.157
6.01.02.04	(Aumento) em Relações Interdependências	-13.396	-1.006	-15.475
6.01.02.05	Redução (Aumento) em Operações de Crédito	-406.919	345.224	-643.120
6.01.02.06	Redução (Aumento) em Outros Créditos	-13.190	108.239	-69.691
6.01.02.07	Redução em Outros Valores e Bens	229	38.389	66.446
6.01.02.08	(Redução) em Depósitos	-412.416	-710.538	-613.824
6.01.02.09	Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto	-65.694	-735.402	45.667
6.01.02.10	Aumento (Redução) em Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-85.931	32.747	126.906
6.01.02.11	Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses	1.861	-2.074	-45.650

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
6.01.02.12	(Redução) em Outras Obrigações	-20.815	-315.232	-325.036
6.01.02.13	(Redução) em Resultados de Exercícios Futuros	-127	-108	-212
6.01.02.14	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	0	-6.021	-2.792
6.01.03	Outros	57.894	28.087	46.430
6.01.03.01	Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	57.894	28.087	46.430
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-96.546	-90.749	-46.226
6.02.01	Alienação de Ativos Disponíveis para Venda	9	291.817	268.227
6.02.02	Alienação de Ativos Mantidos até o Vencimento	46.107	5.690	5.736
6.02.03	Alienação de Investimentos	80.919	14.945	179
6.02.04	Alienação de Bens Não de Uso Próprio	56.730	16.226	23.019
6.02.05	Alienação de Imobilizado de Uso	14	53	48
6.02.06	Aquisições de Títulos Disponíveis para Venda	-227.719	-329.577	-319.232
6.02.07	Aquisições de Títulos Mantidos até o Vencimento	-14.887	0	0
6.02.08	Aquisição de Investimentos	-102	-43.381	-1.983
6.02.09	Aquisição de Imobilizado de Uso	-34.069	-37.607	-18.585
6.02.10	Aplicações no Diferido / Intangível	-15.543	-15.054	-9.935
6.02.11	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	11.995	6.139	6.300
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	9.530	-85.996	-259.046
6.03.01	Principal e Juros Pagos sobre as Captações no Exterior	-48.244	-54.390	-398.100
6.03.02	Imposto de Renda sobre Dívidas Subordinadas	-6.943	-7.773	-10.960
6.03.03	Instrumentos Financeiros Derivativos de Hedge Pagos	-12.386	-52.457	0
6.03.04	Instrumentos Financeiros Derivativos de Hedge Recebidos	23.713	56.965	178.198
6.03.05	Juros Sobre o Capital Próprio Pagos	-6.610	-28.341	-28.184
6.03.06	Aumento de Capital - AGE 27/11/2017	60.000	0	0
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	17.083	2.866	3.500
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-442.714	247.847	-48.026
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.606.504	1.358.657	1.406.682
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.163.790	1.606.504	1.358.656

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	433.340	42.743	151	229.026	0	-4.920	700.340
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	433.340	42.743	151	229.026	0	-4.920	700.340
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	26.244	0	26.244
5.05	Destinações	0	0	0	10.977	-24.140	0	-13.163
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-13.163	0	-13.163
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	10.977	-10.977	0	0
5.05.03.01	Reserva Legal	0	0	0	1.313	-1.313	0	0
5.05.03.02	Reservas Estatutárias	0	0	0	9.664	-9.664	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-5.018	-5.018
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	2.013	2.013
5.07.04	Ajustes de Avaliação Atuarial	0	0	0	0	0	-10.377	-10.377
5.07.05	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	0	0	0	0	3.346	3.346
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	59.368	632	0	0	0	0	60.000
5.08.01	Aumento de Capital - AGE 27/11/2017	59.368	632	0	0	0	0	60.000
5.12	Outros	0	0	-9	0	-2.104	0	-2.113
5.12.01	Realização de Reserva	0	0	-9	0	9	0	0
5.12.02	Provisão Garantias Financeiras Prestadas (Res. 4.512/16)	0	0	0	0	-2.113	0	-2.113
5.13	Saldo Final	492.708	43.375	142	240.003	0	-9.938	766.290

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	433.340	42.743	233	231.783	0	-70	708.029
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	433.340	42.743	233	231.783	0	-70	708.029
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	18.319	0	18.319
5.05	Destinações	0	0	0	2.734	-23.821	0	-21.087
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-21.087	0	-21.087
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	2.734	-2.734	0	0
5.05.03.01	Reserva Legal	0	0	0	916	-916	0	0
5.05.03.02	Reserva Estatutárias	0	0	0	1.818	-1.818	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-4.850	-4.850
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-2.519	-2.519
5.07.04	Ajustes de Avaliação Atuarial	0	0	0	0	0	-5.564	-5.564
5.07.05	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	0	0	0	0	3.233	3.233
5.12	Outros	0	0	-82	-5.491	5.502	0	-71
5.12.01	Baixa de Reavaliação em Controladas	0	0	-71	0	0	0	-71
5.12.02	Realização de Reserva	0	0	-11	0	11	0	0
5.12.03	Reversão de Reserva	0	0	0	-5.491	5.491	0	0
5.13	Saldo Final	433.340	42.743	151	229.026	0	-4.920	700.340

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	433.340	42.743	245	188.696	0	-140	664.884
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	433.340	42.743	245	188.696	0	-140	664.884
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	73.368	0	73.368
5.05	Destinações	0	0	0	43.087	-73.380	0	-30.293
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-30.293	0	-30.293
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	43.087	-43.087	0	0
5.05.03.01	Reserva Legal	0	0	0	3.668	-3.668	0	0
5.05.03.02	Reserva Estatutárias	0	0	0	39.419	-39.419	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	70	70
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	70	70
5.12	Outros	0	0	-12	0	12	0	0
5.12.01	Realização de Reserva	0	0	-12	0	12	0	0
5.13	Saldo Final	433.340	42.743	233	231.783	0	-70	708.029

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
7.01	Receitas	1.778.546	2.088.511	2.566.373
7.01.01	Intermediação Financeira	2.531.797	2.973.629	3.382.206
7.01.02	Prestação de Serviços	248.743	232.939	196.902
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-664.893	-773.931	-739.020
7.01.04	Outras	-337.101	-344.126	-273.715
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-804.621	-1.149.093	-1.607.715
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-387.241	-365.024	-376.018
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-31.016	-27.827	-25.235
7.03.02	Serviços de Terceiros	-223.959	-214.071	-226.080
7.03.04	Outros	-132.266	-123.126	-124.703
7.03.04.01	Comunicações	-9.927	-10.221	-10.757
7.03.04.02	Processamento de Dados	-59.987	-57.550	-59.181
7.03.04.03	Propaganda e Publicidade	-6.043	-3.224	-2.723
7.03.04.04	Serviços do Sistema Financeiro	-13.960	-14.107	-17.522
7.03.04.05	Transportes	-16.745	-15.194	-15.046
7.03.04.06	Outros	-25.604	-22.830	-19.474
7.04	Valor Adicionado Bruto	586.684	574.394	582.640
7.05	Retenções	-32.344	-28.086	-28.143
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-32.344	-28.086	-28.143
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	554.340	546.308	554.497
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	27.767	15.695	569
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	19.900	8.991	-5.713
7.07.02	Outros	7.867	6.704	6.282
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	582.107	562.003	555.066
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	582.107	562.003	555.066
7.09.01	Pessoal	293.656	302.684	298.752
7.09.01.01	Remuneração Direta	205.853	218.282	222.973
7.09.01.02	Benefícios	64.808	61.302	55.949

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
7.09.01.03	F.G.T.S.	22.995	23.100	19.830
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	187.656	168.351	109.459
7.09.02.01	Federais	169.415	151.717	96.489
7.09.02.02	Estaduais	143	125	119
7.09.02.03	Municipais	18.098	16.509	12.851
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	74.551	72.649	73.487
7.09.03.01	Aluguéis	60.165	57.188	57.407
7.09.03.02	Outras	14.386	15.461	16.080
7.09.03.02.01	Arrendamento Mercantil	14.386	15.461	16.080
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	26.244	18.319	73.368
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	13.163	21.087	30.293
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	13.081	-2.768	43.075

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
1	Ativo Total	0	10.689.634	12.575.369
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	0	1.830.399	1.653.090
1.02	Aplicações Financeiras	0	1.100.259	788.093
1.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	0	1.096.223	781.148
1.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	0	1.068.502	641.210
1.02.01.03	Derivativos	0	27.721	139.938
1.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	0	4.036	6.945
1.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	0	4.036	6.945
1.03	Empréstimos e Recebíveis	0	6.283.719	8.665.459
1.04	Tributos Diferidos	0	557.924	552.187
1.04.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	557.924	552.187
1.05	Outros Ativos	0	728.599	751.881
1.05.01	Ativos Não Correntes a Venda	0	201.827	128.962
1.05.03	Outros	0	526.772	622.919
1.05.03.01	Ativos Fiscais Correntes	0	35.174	27.980
1.05.03.02	Outros Ativos	0	491.598	594.939
1.07	Imobilizado	0	151.167	128.898
1.07.01	Imobilizado de Uso	0	21.639	13.839
1.07.03	Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	0	64.038	52.088
1.07.04	Outros Imobilizados	0	39.218	43.138
1.07.05	Imóveis de Uso	0	26.272	19.833
1.08	Intangível	0	37.567	35.761
1.08.01	Intangíveis	0	37.567	35.761

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
2	Passivo Total	0	10.689.634	12.575.369
2.02	Outros Passivos Financeiros ao Valor Justo no Resultado	0	5.456	0
2.03	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	0	8.408.065	10.463.765
2.04	Provisões	0	269.701	250.415
2.05	Passivos Fiscais	0	20.233	9.844
2.05.01	Passivo Fiscal Corrente	0	10.030	9.204
2.05.02	Passivo Fiscal Diferido	0	10.203	640
2.06	Outros Passivos	0	1.028.970	1.036.951
2.06.01	Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	0	623.470	625.436
2.06.02	Outros Passivos	0	405.500	411.515
2.08	Patrimônio Líquido Consolidado	0	957.209	814.394
2.08.01	Capital Social Realizado	0	433.340	433.340
2.08.02	Reservas de Capital	0	42.743	42.743
2.08.04	Reservas de Lucros	0	229.026	231.783
2.08.04.01	Reserva Legal	0	60.858	59.942
2.08.04.02	Reserva Estatutária	0	168.168	171.841
2.08.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	61.333	63.346
2.08.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	-4.920	-70
2.08.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	0	195.687	43.252

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	0	3.320.033	3.450.819
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	0	-1.646.259	-1.817.908
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	0	1.673.774	1.632.911
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	0	-1.635.289	-1.563.541
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	0	240.154	194.249
3.04.02	Despesas de Pessoal	0	-411.783	-400.110
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	0	-394.958	-378.378
3.04.04	Despesas Tributárias	0	-121.964	-116.907
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	0	106.627	102.775
3.04.05.01	(Perdas) Líquidos na Alienação de Bens	0	-4.840	-5.640
3.04.05.02	Outras Receitas	0	111.467	108.415
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	0	-1.053.365	-965.170
3.04.06.01	Depreciação e Amortização	0	-41.688	-39.153
3.04.06.02	(Perdas) Líquidas com Ativos Financeiros	0	-803.541	-738.493
3.04.06.03	(Perdas) Líquidas com Outros Ativos	0	-12.188	-48.648
3.04.06.04	Variação Cambial	0	-17.918	8.399
3.04.06.05	Outras Despesas	0	-178.030	-147.275
3.05	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	0	38.485	69.370
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	-14.971	34.903
3.06.01	Corrente	0	-8.495	-16.680
3.06.02	Diferido	0	-6.476	51.583
3.07	Resultado Líquido das Operações Continuadas	0	23.514	104.273
3.09	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	0	23.514	104.273
3.09.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	0	16.417	103.687
3.09.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	0	7.097	586
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0	0,3561	2,2492

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
3.99.01.02	PN	0	0,3561	2,2492

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	0	23.514	104.273
4.02	Outros Resultados Abrangentes	0	-4.850	70
4.02.01	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	0	-2.519	116
4.02.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	1.008	-46
4.02.03	(Perdas) Atuariais de Plano de Benefício Definido	0	-5.564	0
4.02.04	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	2.225	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	0	18.664	104.343
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	0	11.567	103.757
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	0	7.097	586

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	0	271.620	326.526
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	0	947.744	925.603
6.01.01.01	Despesas de Juros e Variação Cambial de Dívidas Subordinadas	0	-50.448	338.352
6.01.01.02	Ajuste a Mercado de Instrumentos Financeiros Derivativos e Hedge	0	125.206	-253.497
6.01.01.03	Efeitos da Variação das Taxas de Câmbio s/ o Caixa e Equivalentes de Caixa	0	-2.866	-3.500
6.01.01.04	Constituição para Contingências Cíveis e Trabalhistas	0	13.595	12.314
6.01.01.05	Perdas com Ativos Financeiros (Líquidas)	0	803.541	738.493
6.01.01.06	Depreciação e Amortização do Ativo Tangível e Intangível	0	41.688	39.153
6.01.01.07	Perdas com Outros Ativos (Líquidas)	0	12.188	48.648
6.01.01.08	Perdas Líq. na Alien. do Ativo Tangível, Investimentos e Ativos não Correntes Mantidos p/ Venda	0	4.840	5.640
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	0	-699.638	-703.350
6.01.02.01	Caixa e Reservas no Banco Central	0	75.781	125.172
6.01.02.02	Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	0	0	132.276
6.01.02.03	Empréstimos e Recebíveis	0	1.578.199	332.469
6.01.02.04	Ativos Fiscais Correntes	0	-7.194	5.203
6.01.02.05	Ativos não Correntes Disponíveis para Venda	0	-72.865	-44.504
6.01.02.06	Ativos Fiscais Diferidos	0	-5.737	-51.537
6.01.02.07	Derivativos	0	-400.288	-112.504
6.01.02.08	Outros Ativos	0	68.130	-159.517
6.01.02.09	Passivo Financeiro ao Custo Amortizado	0	-2.055.700	-997.002
6.01.02.10	Passivo Fiscal Corrente	0	12.756	13.232
6.01.02.11	Provisões	0	19.286	25.154
6.01.02.12	Passivo Fiscal Diferido	0	12.796	-46
6.01.02.13	Outros Passivos	0	87.128	34.378
6.01.02.14	Impostos Pagos	0	-11.930	-6.124
6.01.03	Outros	0	23.514	104.273
6.01.03.01	Lucro / (Prejuízo) Líquido Consolidado do Exercício	0	23.514	104.273
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	0	-79.650	-88.052

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
6.02.01	Aquisição de Instrumentos Financeiros Disponíveis p/ Venda	0	-329.577	-319.232
6.02.03	Aquisição de Ativo Tangível	0	-52.175	-49.671
6.02.04	Aquisição de Ativo Intangível	0	-15.054	-9.935
6.02.05	Alienação de Instrumentos Financeiros Disponíveis p/ Venda	0	291.817	268.227
6.02.06	Alienação de Instrumentos Financeiros Mantidos até o Vencimento	0	5.690	5.736
6.02.07	Alienação de Ativo Tangível	0	12.313	16.399
6.02.08	Alienação de Ativo Intangível	0	7.336	424
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	0	58.254	-263.245
6.03.01	Principal e Juros Pagos s/ as Captações no Exterior	0	-54.390	-398.100
6.03.02	Imposto de Renda s/ Dívidas Subordinadas	0	-7.773	-10.960
6.03.03	Instrumentos Financeiros Derivativos de Hedge Pagos	0	-52.457	0
6.03.04	Instrumentos Financeiros Derivativos de Hedge Recebidos	0	56.965	178.198
6.03.05	Dividendos e Juros s/ o Capital Próprio Pagos	0	-29.429	-29.019
6.03.07	Variação da Participação dos Acionistas Minoritários	0	145.338	-3.364
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	2.866	3.500
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	0	253.090	-21.271
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	0	1.458.244	1.479.515
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	0	1.711.334	1.458.244

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	433.340	42.743	231.783	63.346	-70	771.142	43.252	814.394
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	433.340	42.743	231.783	63.346	-70	771.142	43.252	814.394
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-21.087	0	-21.087	0	-21.087
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-21.087	0	-21.087	0	-21.087
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	16.417	-4.850	11.567	7.097	18.664
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	16.417	0	16.417	7.097	23.514
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-4.850	-4.850	0	-4.850
5.05.02.06	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	0	0	0	0	-2.519	-2.519	0	-2.519
5.05.02.07	(Perdas) Atuariais de Plano de Benefício Definido	0	0	0	0	-5.564	-5.564	0	-5.564
5.05.02.08	Imposto de Renda Diferido	0	0	0	0	3.233	3.233	0	3.233
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-2.757	2.657	0	-100	145.338	145.238
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	-2.757	2.757	0	0	0	0
5.06.04	Outros	0	0	0	-100	0	-100	145.338	145.238
5.07	Saldos Finais	433.340	42.743	229.026	61.333	-4.920	761.522	195.687	957.209

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	433.340	42.743	188.696	33.039	-140	697.678	46.030	743.708
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	433.340	42.743	188.696	33.039	-140	697.678	46.030	743.708
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-30.293	0	-30.293	0	-30.293
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-30.293	0	-30.293	0	-30.293
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	103.687	70	103.757	586	104.343
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	103.687	0	103.687	586	104.273
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	70	70	0	70
5.05.02.06	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	0	0	0	0	116	116	0	116
5.05.02.07	Imposto de Renda Diferido	0	0	0	0	-46	-46	0	-46
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	43.087	-43.087	0	0	-3.364	-3.364
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	43.087	-43.087	0	0	0	0
5.06.04	Outros	0	0	0	0	0	0	-3.364	-3.364
5.07	Saldos Finais	433.340	42.743	231.783	63.346	-70	771.142	43.252	814.394

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
7.01	Receitas	0	2.620.002	2.795.987
7.01.01	Intermediação Financeira	0	3.320.033	3.450.819
7.01.02	Prestação de Serviços	0	240.154	194.249
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	0	-803.541	-738.493
7.01.04	Outras	0	-136.644	-110.588
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	0	-1.646.259	-1.817.908
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	0	-337.893	-321.101
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	0	-27.846	-25.241
7.03.02	Serviços de Terceiros	0	-91.391	-92.514
7.03.04	Outros	0	-218.656	-203.346
7.03.04.01	Comunicações	0	-10.250	-10.812
7.03.04.02	Processamento de Dados	0	-63.766	-65.852
7.03.04.03	Propaganda e Publicidade	0	-3.319	-2.806
7.03.04.04	Serviços do Sistema Financeiro	0	-17.542	-18.903
7.03.04.05	Serviços de Vigilância e Segurança	0	-30.382	-25.921
7.03.04.06	Serviços Técnicos Especializados	0	-46.792	-36.926
7.03.04.07	Arrendamento de Bens	0	-5.723	-5.194
7.03.04.08	Despesas de Transporte	0	-15.230	-15.099
7.03.04.09	Outros	0	-25.652	-21.833
7.04	Valor Adicionado Bruto	0	635.850	656.978
7.05	Retenções	0	-41.688	-39.153
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	0	-41.688	-38.698
7.05.02	Outras	0	0	-455
7.05.02.01	Depreciação e Amortização de Arrendamento Mercantil	0	0	-455
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	0	594.162	617.825
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	0	594.162	617.825
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	0	594.162	617.825
7.09.01	Pessoal	0	318.591	313.172

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
7.09.01.01	Remuneração Direta	0	232.402	235.675
7.09.01.02	Benefícios	0	62.397	57.039
7.09.01.03	F.G.T.S.	0	23.792	20.458
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	0	194.992	143.103
7.09.02.01	Federais	0	177.344	129.372
7.09.02.02	Estaduais	0	193	183
7.09.02.03	Municipais	0	17.455	13.548
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	0	57.065	57.277
7.09.03.01	Aluguéis	0	57.065	57.277
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	0	23.514	104.273
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	21.087	30.293
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	0	-4.670	73.394
7.09.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	0	7.097	586

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A. RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – EXERCÍCIO DE 2017

Senhores Acionistas:

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras do Banco Mercantil do Brasil S.A., bem como as demonstrações consolidadas abrangendo as empresas do conglomerado.

CONJUNTURA ECONÔMICA E SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

Na conjuntura global, o desempenho das principais economias foi favorável. Merece destaque o novo ciclo de expansão da economia americana, que alcançou crescimento de 2,3%, ante expansão de 1,5% em 2016. Nos países emergentes, o PIB chinês registrou evolução de 6,9%, ante 6,7% em 2016. Para 2018, as projeções apontam cenário global com crescimento favorável e elevada liquidez.

No Brasil, a trajetória de recuperação da economia alcançou desempenho moderado, da ordem de 1,0%. Nesse contexto, a favorável safra agrícola no primeiro semestre, a consistente queda da inflação, a redução da taxa básica de juros, aliadas ao avanço das exportações e importações, favoreceram maior dinamismo da economia. Contudo, o déficit fiscal permanece no debate econômico.

Nesse contexto, a produção industrial alcançou crescimento anual de 2,5%, na comparação com 2016, com expansão favorável nas principais categorias econômicas, notadamente em veículos automotores, reboques e carrocerias (17,2%), indústrias extrativas (4,6%), máquinas e equipamentos (2,6%).

O comércio varejista ampliado obteve desempenho favorável. Apresentou evolução de 4,0%, ante queda de 8,7% no ano anterior. Em 2017, o crescimento na venda de veículos novos foi de 9,2%.

O comércio exterior também favoreceu a expansão da atividade econômica. A balança comercial alcançou superávit de US\$ 67,1 bilhões, ante US\$ 47,7 bilhões em 2016. As exportações somaram US\$ 217,8 bilhões (ante US\$ 185,3 bilhões em 2016), contra importações de US\$ 150,7 bilhões (perante US\$ 137,6 bilhões em 2016).

Quanto ao comportamento da inflação, observou-se evolução do IPCA de 2,95% (ante 6,29% em 2016). No mesmo sentido foi a trajetória de queda da taxa básica de juros Selic, reduzida de 13,75% ao ano em dezembro de 2016 para os atuais 6,75% ao ano.

No que tange às perspectivas, projeções recentes apontam cenário de aceleração da atividade econômica, com crescimento do PIB da ordem de 2,7% em 2018.

No segmento dos bancos privados nacionais, o saldo de operações de crédito posicionou-se em R\$ 988,9 bilhões, crescimento de 1,3%. As provisões para risco de crédito nos bancos privados nacionais são de 8,6%, contra 9,1% em dezembro de 2016. No Sistema Financeiro Nacional, a retração do crédito foi de 0,6%. O segmento de pessoa física cresceu 5,6%, enquanto no segmento de pessoa jurídica houve retração de 7,0%.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

CONTEXTO CORPORATIVO E MERCADOLÓGICO

- **Perfil Corporativo e Mercadológico**

O Mercantil do Brasil é um tradicional banco de varejo, com 74 anos de atuação no mercado nacional. Participa ativamente dos segmentos de investimento, de crédito ao consumidor, de corretagem de seguros, de câmbio, de distribuição de valores e de intermediação de títulos e valores mobiliários. A Instituição tem como diretriz a atuação diversificada em ativos e passivos, impulsionando, de um lado, o crescimento constante das fontes de captação e, do outro, a oferta de linhas de crédito. As principais carteiras comerciais estão distribuídas nas modalidades de crédito pessoal, crédito consignado, capital de giro e crédito rotativo.

Está estrategicamente segmentado e posicionado geograficamente para atender as necessidades de seus clientes, expandir seus negócios e atingir seus objetivos de crescimento. Oferece aos clientes atendimento eficiente, próximo, simples e ágil, com soluções na medida certa. A eficiência no atendimento é a principal diretriz da Instituição, sendo a satisfação do cliente um compromisso de todos os colaboradores.

O acerto dessa estratégia foi corroborado pela última pesquisa de satisfação dos clientes, cujo índice geral de atendimento alcançou expressivos 83%. Nesse contexto, o MB conquistou posição de destaque no mercado nacional e segue expandindo seus negócios com base em seu Planejamento Estratégico e Mercadológico.

Conta, atualmente, com cerca de 2.800 colaboradores, uma rede de 225 pontos de atendimento e uma carteira de aproximadamente 2,25 milhões de clientes, além de uma agência no exterior, em Grand Cayman, no Caribe, utilizada para potencializar o aproveitamento das oportunidades de negócios no mercado internacional.

Para dar continuidade ao seu plano de expansão e de crescimento da base de clientes, o Mercantil do Brasil investe em estruturas diferenciadas, garantindo atendimento cada vez mais eficiente aos clientes e o aproveitamento de qualificadas oportunidades de negócios, que surgem no relacionamento comercial.

Nas principais capitais do País (Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, Recife, Salvador, Vitória, Florianópolis e no Distrito Federal), e demais centros econômicos dos estados de Minas Gerais e São Paulo, o Banco atua com um modelo de negócio diferenciado, sendo 8 Escritórios de Negócios especializados no atendimento a clientes investidores e em grandes empresas e 30 polos regionais, direcionados a clientes investidores e em empresas de menor porte.

Nos demais pontos, o Mercantil do Brasil vem investindo intensamente na expansão de um modelo de negócios diferenciado no mercado, instituído em 2010 e já consolidado. Trata-se de abertura de postos de atendimento exclusivos para relacionamento com beneficiários do INSS, público que se tornou prioritário para a Instituição e que está hoje no núcleo central da sua estratégia de crescimento. Nos últimos oito anos, 115 novos pontos de atendimento foram inaugurados, novas linhas de crédito e opções de investimento foram lançadas, considerando o perfil desse público. O resultado de todo esse investimento foi a potencialização das oportunidades de negócios, que elevaram o Mercantil do Brasil a um patamar ainda mais competitivo na busca de produtividade.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O Banco encerrou 2017 fortalecendo sua atuação junto ao público INSS, com crescimento em ativos de crédito massificados, que apresentam maiores taxas de retorno, em captações pulverizadas e perenes e no aumento da arrecadação de receitas de tarifas bancárias e de prestação de serviços.

Paralelamente a esse movimento de expansão, é permanente a busca por níveis mais elevados de eficiência operacional, mediante a revisão, simplificação e a automatização de processos, bem como a gestão rigorosa de despesas, mediante implantação de uma metodologia de administração de gastos corporativos, o Gerenciamento Matricial de Despesas (GMD), que conta com o envolvimento de toda a Corporação.

O Mercantil do Brasil vem investindo fortemente na modernização de toda a sua estrutura de atendimento, com incorporação dos mais recentes avanços da era digital, valendo citar ferramentas como a Plataforma de Agências, Mobile Banking e a Plataforma Digital, todos programas robustos com o intuito de viabilizar novas formas de se fazer negócios no Banco, sendo uma via de inclusão digital do nosso público prioritário.

Para garantir a consolidação dessa nova cultura, voltada para a eficiência operacional, a Instituição realiza investimentos na capacitação dos seus colaboradores, por meio do seu programa próprio de gestão de pessoas, vigente há mais de dez anos. Nesse contexto, em junho de 2017, a *Great Place To Work* (GPTW) classificou o Banco na 4ª melhor colocação entre as melhores empresas para se trabalhar em Minas Gerais, em pesquisa realizada com empresas com sede no Estado.

Para 2018, a Instituição mantém a confiança e o otimismo e continua envidando seus maiores esforços para o crédito pulverizado e seletivo, para sustentação perene das captações de recursos e do atendimento diferenciado e que encanta o cliente.

• Capital Humano

O Mercantil do Brasil reconhece a importância do Capital Humano para a consecução de seus objetivos corporativos e investe no desenvolvimento dos colaboradores como diferencial competitivo.

Visando ao alinhamento dos colaboradores aos objetivos estratégicos da Instituição, foram revisadas as competências de Proatividade, Foco no Resultado e Sinergia Interna, essenciais para todos os colaboradores, e as competências de Empreendedorismo, Tomada de Decisão e Desenvolvimento de Pessoas específicas para as Lideranças.

Foi implementado o Programa denominado “Eficiência no Atendimento ao Cliente”, para treinamento dos Escriturários dos Pontos de Atendimento, com objetivo de aprimorar conhecimentos sobre os produtos e processos do MB, bem como o atendimento ao cliente de forma a garantir clareza e transparência na apresentação das características e condições dos produtos e serviços.

Os treinamentos presenciais de Integração de Funcionários, visando o acultramento de profissionais e estagiários recém contratados, são parte importante do ciclo de treinamentos do MB. Nessa linha, merece destaque o Programa de “Ferramentas para Gestão”, que foi desenvolvido com foco nos Gerentes Beneficiários do INSS recém contratados ou promovidos,

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

com o objetivo de treiná-los e desenvolvê-los no âmbito dos produtos e processos do MB e o aperfeiçoamento da liderança.

Nesse contexto, em 2017, foram registradas 64.961 horas de treinamento presenciais e a distância, com a participação média da ordem de 22,10 horas de treinamento por funcionário.

• **Gestão do Capital e Limites Operacionais**

O Mercantil do Brasil dispõe de Estrutura de Gerenciamento de Capital, que compreende o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição, a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos inerentes ao negócio e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos e normas em vigor.

Os limites operacionais são calculados de forma consolidada e o índice de adequação do patrimônio aos ativos de risco (Acordo de Basileia III) posicionou-se em 14,94%, perante mínimo requerido de 10,50%, já considerado o adicional de capital principal. Informações mais detalhadas podem ser obtidas na nota explicativa nº 14.

• **Gestão dos Riscos de Crédito, Operacional, de Liquidez, de Mercado e Socioambiental**

A atividade empresarial envolve riscos e a Gestão dos Riscos de Crédito, Operacional, de Mercado, de Liquidez e Socioambiental no Mercantil do Brasil fazem parte da cultura organizacional. Informações mais detalhadas podem ser obtidas na nota explicativa nº 21.

• **Canais Eletrônicos e Tecnologia**

O Mercantil do Brasil entende a importância da estrutura tecnológica para garantir adequado suporte às suas operações, proporcionar segurança e agilidade às atividades do Banco. Assim, investe em seus canais de atendimento eletrônicos em constante esforço de inovação com ênfase na eficiência operacional. Esses canais contribuem também, de forma recorrente, para oferta adequada de produtos e serviços ao seu público-alvo, além de oferecer atendimento de excelência aos clientes.

O Autoatendimento é um canal rápido, seguro e versátil à disposição dos clientes, proporcionando interatividade, praticidade e agilidade na utilização dos equipamentos, facilidade no uso de serviços, investimentos e facilidade no acesso às linhas de crédito. Em 2017, este canal respondeu por 40% de todas as transações realizadas pelos clientes no Mercantil do Brasil.

O canal *Internet Banking* responde por 8% de todas as transações realizadas e está totalmente alinhado com os demais canais de atendimento em termos de oferta de produtos, serviços e uso de tecnologia de ponta.

O canal *Mobile Banking* passou por atualizações em 2017, acompanhando as tendências do mercado e necessidades dos clientes. Dispõe de funcionalidades de pagamento de boletos bancários e consulta de saldos e extratos, possibilitando ao cliente consultar de forma segura, rápida e cômoda as suas faturas e limites de Cartão de Crédito, pelo *smartphone* e *tablet*. Do total de transações do MB, 5% são realizadas pelo aplicativo. Em julho, foi incluída a Solicitação de Atendimento, que tem como objetivo tornar disponível mais um canal de relacionamento para o cliente.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O *Call Center* é importante canal de relacionamento do cliente com o Banco. Centraliza o atendimento de todos os canais digitais do MB, compreendendo SAC, Banco por Telefone, Redes Sociais, Fale Conosco, Reclame Aqui e Consumidor.gov. Em 2017, consolidou seus processos de atendimento, com objetivo de alavancar os índices de resolução das solicitações dos clientes no primeiro contato. Nesse sentido, o Banco investiu em treinamento de seus funcionários, visando aumentar a especialização e capacidade de resolutividade. Constatou-se aumento de 30% na quantidade de atendimentos realizados, ressaltando ainda que a quantidade de transações financeiras em relação ao ano anterior cresceu 58%.

No ano, o canal Redes Sociais alcançou crescimento da ordem de 16% na quantidade de seguidores pelo perfil oficial no *Facebook* em comparação com dezembro de 2016.

Em junho de 2017, o Banco inaugurou o canal Consumidor.gov, dando continuidade à consolidação de seu relacionamento com seus clientes. Trata-se de novo serviço público para solução alternativa de conflitos de consumo disponibilizado por meio de plataforma tecnológica de informação, interação e compartilhamento de dados monitorada pelos Procons e pela Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça.

- **Ações Integradas de Marketing**

>> Alinhamento Estratégico com Colaboradores

O Mercantil do Brasil investe recorrentemente em comunicação, visando o alinhamento de seus colaboradores à estratégia corporativa, conforme Planejamento Estratégico e Mercadológico da Instituição.

Nesse sentido, 2017 foi um ano de fortalecimento da identidade e da cultura da Instituição. Para divulgar as Diretrizes Estratégicas do Banco, houve ações de comunicação com as lideranças em preparação para a divulgação corporativa.

No primeiro semestre, privilegiou-se a comunicação com foco no Atendimento ao Cliente. No segundo semestre, o fortalecimento da cultura corporativa de responsabilidade e de atendimento foi novamente o tema central da Comunicação Interna Corporativa, quando foi dado foco maior para a ética nos negócios, no relacionamento com clientes e entre colaboradores. Também, foi realizada campanha interna para reforçar os padrões de conduta corporativos na preservação das informações, do patrimônio e da imagem do MB.

- **Responsabilidade Socioambiental**

O Mercantil do Brasil dispõe de uma Política de Responsabilidade Socioambiental com diretrizes bem definidas, que oficializa o seu compromisso com a atuação responsável voltada para o desenvolvimento da sociedade e a preservação do meio ambiente.

As iniciativas envolvem programas e projetos de caráter social, cultural e/ou ambiental realizados pela própria instituição ou por meio de patrocínio com recursos diretos ou utilizando mecanismos de incentivo fiscal.

Nesse sentido, as iniciativas proporcionaram boas oportunidades de visibilidade para a marca em 2017, por meio da geração de pautas integradas para a comunicação da atuação responsável

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



do MB junto aos públicos interno e externo, gerando bons resultados de mídia espontânea na imprensa, resultando em 243 matérias publicadas.

Informações sobre os programas, projetos e ações na área de responsabilidade socioambiental, realizados e patrocinados pelo Mercantil do Brasil, poderão ser obtidas no site mercantildobrasil.com.br.

• Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro

Em atenção às normas legais em vigor, o Mercantil do Brasil coopera com os órgãos reguladores para a prevenção e combate à lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem assim para a prevenção da utilização do sistema financeiro para atos ilícitos previstos na Lei nº 9.613/1998.

Neste contexto, possui políticas, procedimentos, controles internos e monitoramento contínuo, destinados à prevenção e combate a referidos ilícitos, em conformidade com a Circular Bacen nº 3.461/2009. As orientações para cumprimento das políticas e procedimentos estão disponíveis em Ato Normativo interno acessível a todos os colaboradores.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO – CONSOLIDADO

• Ativos e Passivos

Ativo Total, Aplicações de Liquidez e Operações de Crédito

O ativo total consolidado posicionou-se em R\$ 9,7 bilhões. Os ativos circulantes atingiram R\$ 5,3 bilhões, 54,8% do ativo total, ante 57,4% no ano anterior. Os passivos de curto prazo somaram R\$ 2,6 bilhões, 48,4% do ativo circulante, perante 49,7% em 2016.

As aplicações interfinanceiras de liquidez e em títulos e valores mobiliários alcançaram R\$ 2,2 bilhões e são equivalentes a 23,1% do ativo total. Os títulos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento somam R\$ 8,6 milhões, para os quais o Banco tem intenção e capacidade financeira de manter até o vencimento.

As operações de crédito posicionaram-se em R\$ 6,0 bilhões, ante R\$ 6,5 bilhões de dezembro de 2016. As operações classificadas nas faixas de menor risco de crédito, de “AA” até “C”, representam 76,4% do total da carteira de crédito, ante 76,3% de dezembro de 2016. A provisão para risco de operações de crédito posicionou-se em 11,5%, ante 11,8% de dezembro do exercício anterior. Informações mais detalhadas poderão ser obtidas na nota explicativa nº 07.

Captação de Recursos

Os recursos existentes foram captados tanto no mercado interno quanto no externo, perfazendo o montante de R\$ 8,1 bilhões, dos quais R\$ 5,9 bilhões são provenientes de depósitos a prazo.

Quanto aos recursos provenientes do exterior, R\$ 539,9 milhões estão registrados como Dívida Subordinada (captados em 2010, com vencimento em 2020), sendo que R\$ 205,4 milhões estão sendo utilizados na composição do Patrimônio de Referência Nível II para fins de níveis de capitalização, conforme permitido pela Resolução CMN nº 4.192/2013.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

As captações através de Letras Financeiras alcançaram R\$ 429,1 milhões, incluindo Letras Financeiras subordinadas contabilizadas na rubrica do Passivo “Instrumento de Dívida Elegíveis a Capital” de que trata a Resolução CMN nº 4.192/2013, no montante de R\$ 212,9 milhões, com vencimentos no período de 2023 a 2025. Desse montante, R\$ 183,3 milhões estão sendo utilizados na composição do Patrimônio de Referência Nível II para fins de níveis de capitalização.

• Dividendos, Patrimônio Líquido e Resultado

No exercício, foram declarados dividendos às ações preferenciais, na forma de juros sobre o capital próprio, no valor de R\$ 13,2 milhões, correspondente a um valor líquido do imposto de renda de R\$ 11,2 milhões, cabendo às ações preferenciais R\$ 0,5640 por ação, também líquidos do imposto de renda. Os dividendos estão em conformidade com as disposições estatutárias e legais em vigor.

O Patrimônio Líquido posicionou-se em R\$ 766,3 milhões. O Patrimônio Líquido Administrado é de R\$ 810,4 milhões e o Patrimônio Líquido de Referência é de R\$ 980,0 milhões. O Lucro Líquido alcançou R\$ 26,2 milhões.

As Receitas da Intermediação Financeira alcançaram R\$ 2,8 bilhões, queda de 12,2%. Sobressaíram as receitas de Operações de Crédito e receitas com Operações de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros, totalizando R\$ 2,5 bilhões.

As Despesas da Intermediação Financeira posicionaram-se em R\$ 1,5 bilhão, queda de 24,7%. Representam 53,5% das Receitas da Intermediação Financeira, ante 62,5% de 2016. Constata-se involução de 29,9% nas despesas com Operações de Captação no Mercado e de 55,6% nas despesas com Operações de Vendas ou Transferência de Ativos Financeiros.

As Despesas com Provisão para Risco de Operações de Crédito posicionaram-se em R\$ 684,3 milhões, ante R\$ 802,1 milhões em 2016, redução de 14,7%. Representam 24,2% das Receitas da Intermediação Financeira, ante 24,9% do exercício anterior.

O Resultado Bruto da Intermediação Financeira posicionou-se em R\$ 1,3 bilhão, ante R\$ 1,2 bilhão de 2016. Representa 46,5% das Receitas da Intermediação Financeira, contra 37,5% de 2016, valendo destacar importante ganho de margem bruta nos últimos doze meses.

As Receitas de Prestação de Serviços alcançaram R\$ 268,1 milhões, contra R\$ 244,0 milhões de 2016, refletindo o significativo crescimento de R\$ 24,1 milhões, resultado do esforço de reprecificação dos serviços nos últimos doze meses.

As Despesas de Pessoal posicionaram-se em R\$ 410,8 milhões, perante R\$ 404,1 milhões de 2016, evolução nominal de 1,7% nos últimos doze meses. Vale destacar que os dois itens de maior relevância, proventos de funcionários e encargos sociais, que somam R\$ 265,5 milhões, ante R\$ 277,7 milhões no ano anterior, tiveram queda de 4,4%, frente ao reajuste de 2,75% da categoria bancária em igual período, denotando significativo ganho de produtividade.

As Despesas Administrativas somam R\$ 647,7 milhões, contra R\$ 560,9 milhões em 2016, crescimento de 15,5%. Excluindo-se as despesas de originação de crédito consignado de R\$ 184,6 milhões (R\$ 98,9 milhões em 2016), constata-se evolução nominal das demais

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Despesas Administrativas em 0,3% em 2017, bem inferior a inflação de 2,95% no mesmo período.

Ainda sobre as Despesas Administrativas, constata-se redução de custo nas rubricas de arrendamento de bens, comunicações, serviços de terceiros e serviços do sistema financeiro, totalizando R\$ 20,1 milhões. Informações mais detalhadas poderão ser obtidas nas Notas Explicativas nº 18.

• Aumento de Capital

O aumento de capital de R\$ 60 milhões, por subscrição privada de novas ações ordinárias, foi totalmente subscrito e integralizado. Tem como objetivo capitalizar o Banco, a fim de manter a adequada relação do seu patrimônio com seus ativos, criando condições de manutenção do *market share*, bem como do índice de solvência compatível com as normas de regência expedidas pelo Conselho Monetário Nacional (Basileia). Esse aumento de capital está em homologação no Banco Central do Brasil, em conformidade com as normas que regem o assunto. Informações adicionais estão disponíveis no *site* da Companhia (www.mercantildobrasil.com.br), no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no site da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br/pt_br/).

PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS

As participações em empresas controladas encontram-se detalhadas em quadro específico das demonstrações financeiras.

>> Incorporação de Controlada

No período, houve a incorporação da subsidiária integral, Mercantil do Brasil Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil, com a versão da integralidade do acervo patrimonial para o controlador, sem a ocorrência de ágio ou deságio na operação, em conformidade com as normas que regem o assunto. O Banco deixou de atuar no segmento de arrendamento mercantil, tendo em vista que não mais atendia aos interesses estratégicos da Instituição.

>> Investimentos em Controlada

A título de evento subsequente, informamos que o Banco acompanhou o aumento de capital social na controlada, Banco Mercantil de Investimentos S.A., deliberado em Reunião do Conselho de Administração daquele Banco em 11 de dezembro de 2017. O investimento realizado no período de preferência, encerrado em 15 de janeiro de 2018, foi de R\$ 47,3 milhões. Informações adicionais estão disponíveis no site da Companhia (www.bancobmi.com.br), no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no site da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br/pt_br/).

Em junho de 2017, houve o cancelamento do aumento de capital social deliberado na AGE de 02/03/2016 da controlada Banco Mercantil de Investimentos S.A.. Nesse contexto, o investimento do MB de R\$ 43,4 milhões foi integralmente restituído em conformidade com as normas que regem o assunto. Informações adicionais estão disponíveis no *site* da Companhia (www.mercantildobrasil.com.br), no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no site da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br/pt_br/) e na nota explicativa nº 10.1.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS NO PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL (IFRS)

O Banco divulgará no prazo regulamentar, no site da Instituição na Internet, as suas demonstrações financeiras consolidadas no padrão contábil IFRS, referentes ao exercício findo em 31/12/2017, comparativas a 31/12/2016, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.786/2009 e normas complementares. Os ajustes estão sendo mensurados e as demonstrações financeiras consolidadas em IFRS em fase de preparação. Informações mais detalhadas poderão ser obtidas na Nota Explicativa nº 20.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento ao que dispõe a Instrução CVM nº 381/2003, o Mercantil do Brasil e suas empresas controladas informam que os serviços não relacionados à auditoria externa, quando contratados, fundamentam-se na regulamentação aplicável e nos princípios internacionais que preservam a independência e objetividade do auditor independente. No exercício, o Mercantil do Brasil e suas empresas controladas contrataram, em 17/03/2017, serviços não relacionados à auditoria externa, com os seus auditores independentes PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, referentes à revisão dos controles de governança de Tecnologia da Informação, com prazo de duração de dois anos, no montante de R\$ 604,0 mil, equivalentes a 36,5% dos honorários de auditoria contratados em 2017.

Adicionalmente, o Banco e empresas controladas confirmam que a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que abrangem qualquer serviço que não seja de auditoria externa. Nesses termos, os serviços profissionais não relacionados à auditoria externa prestados por referida Auditoria no exercício de 2017 não afetaram a independência e objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados neste Banco e empresas controladas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta oportunidade, agradecemos aos acionistas e clientes pela confiança e apoio com que nos têm prestigiado, bem como ao quadro de colaboradores que mais uma vez demonstrou incondicional compromisso para com as metas e objetivos do Mercantil do Brasil.

Por oportuno, registramos o sentimento unânime de respeito e admiração dedicado por dirigentes e funcionários à memória do saudoso ex-Presidente, Sr. Milton de Araújo, cujo falecimento ocorreu em janeiro de 2018. Deixou-nos um legado de fidelidade intransigente aos interesses do MB e exemplo de simplicidade, austeridade, honradez e de obstinação. As lembranças de seu talento, competência e capacidade diferenciada de trabalho em muito nos inspiram para continuar promovendo com tenacidade o desenvolvimento do Mercantil do Brasil.

Belo Horizonte, fevereiro de 2018.

Administração

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS ANUAIS

O Banco Mercantil do Brasil elaborou suas Demonstrações Contábeis Consolidadas Anuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a Instituições Financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.853/10 e Carta-Circular Bacen nº 3.447/10. Neste contexto, os quadros referentes aos dados padronizados das informações consolidadas não foram apresentados, levando-se em consideração que são aplicáveis tão somente por ocasião da divulgação das Demonstrações Contábeis Consolidadas preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), seguindo os pronunciamentos internacionais emitidos pelo IASB – International Accounting Standards Board.

As Demonstrações Financeiras Anuais Consolidadas do Banco Mercantil do Brasil, a seguir, são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Instituições Financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil:

Notas Explicativas

Balanco Patrimonial Consolidado – Em Reais mil

ATIVO	Exercícios	
	2017	2016
CIRCULANTE	5.309.337	6.061.277
DISPONIBILIDADES	437.854	410.141
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 4.)	1.033.169	1.589.691
Aplicações no Mercado Aberto	976.127	1.550.249
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	57.042	39.442
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 5.1.)	155.113	49.067
Carteira Própria	83.258	39.381
Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 5.2.)	4.170	5.042
Vinculados ao Banco Central	33.898	-
Vinculados à Prestação de Garantias	33.787	4.644
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	93.329	119.122
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	163	39
Créditos Vinculados:		
Depósitos no Banco Central (Nota 6.)	93.148	119.065
Correspondentes	18	18
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	9.186	4.429
Transferências Internas de Recursos	9.186	4.429
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 7.1.)	2.713.793	2.982.800
Operações de Crédito:		
Setor Privado	2.982.068	3.174.295
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão (Nota 7.4.)	92.490	251.783
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa) (Nota 7.2.)	(360.765)	(443.278)
OUTROS CRÉDITOS	550.805	640.443
Carteira de Câmbio:		
Câmbio Comprado a Liquidar	87.390	64.161
Direitos sobre Vendas de Câmbio	4	-
(Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos)	(4)	-
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos (Nota 7.1.)	1.304	17.336
Rendas a Receber (Nota 8.6.)	933	907
Negociação e Intermediação de Valores	2.405	398
Diversos :		
Créditos Tributários (Nota 8.1.)	265.244	344.407
Devedores por Compras de Valores e Bens (Nota 7.1.)	18.137	8.961
Impostos a Compensar (Nota 8.3.)	25.126	15.032
Pagamentos a Ressarcir (Nota 8.4.)	2.343	1.778
Títulos e Créditos a Receber (Nota 8.5.)	100.099	108.632
Adiantamentos e Antecipações Salarias	6.649	2.704
Devedores Diversos (Nota 8.7.)	85.304	82.592
Outros	2.669	561
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (Nota 7.2.)	(46.798)	(7.026)
OUTROS VALORES E BENS	316.088	265.584
Outros Valores e Bens (Nota 9.1.)	308.647	229.756
(Provisões para Desvalorizações)	(22.240)	(7.108)
Despesas Antecipadas (Nota 9.2)	29.681	42.936

Notas Explicativas

ATIVO	Exercícios	
	2017	2016
NÃO CIRCULANTE	4.384.630	4.489.685
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	4.207.107	4.333.595
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 4.)	36.843	62.683
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	36.843	62.683
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 5.1.)	1.013.121	1.051.192
Carteira Própria	766.592	403.236
Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 5.2.)	9.278	22.679
Vinculados ao Banco Central	27.398	212.579
Vinculados a Prestação de Garantias	209.853	412.698
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 7.1.)	2.470.294	2.586.612
Operações de Crédito :		
Setor Privado	2.694.865	2.716.866
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão (Nota 7.4.)	61.107	186.063
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa) (Nota 7.2.)	(285.678)	(316.317)
OUTROS CRÉDITOS	653.816	587.967
Rendas a Receber (Nota 8.6.)	7.000	7.000
Diversos :		
Créditos Tributários (Nota 8.1.)	311.682	264.009
Devedores por Compras de Valores e Bens (Nota 7.1.)	2.162	3.731
Devedores por Depósitos em Garantia (Nota 8.2.)	242.542	223.238
Impostos a Compensar (Nota 8.3.)	12.434	12.477
Pagamentos a Ressarcir (Nota 8.4.)	8.744	15.722
Títulos e Créditos a Receber (Nota 8.5.)	79.514	71.289
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (Nota 7.2.)	(10.262)	(9.499)
OUTROS VALORES E BENS	33.033	45.141
Despesas Antecipadas (Nota 9.2)	33.033	45.141
PERMANENTE	177.523	156.090
INVESTIMENTOS	612	610
Participações em Coligadas e Controladas - No País:		
Outros Investimentos	1.864	1.858
(Provisões para Perdas)	(1.252)	(1.248)
IMOBILIZADO DE USO (Nota 10.3.)	136.956	117.913
Imóveis de Uso	35.488	29.488
Outras Imobilizações de Uso	195.515	167.008
(Depreciações Acumuladas)	(94.047)	(78.583)
INTANGÍVEL (Nota 10.4.)	39.955	37.567
Ativos Intangíveis	111.583	99.419
(Amortização Acumulada)	(71.628)	(61.852)
TOTAL DO ATIVO	9.693.967	10.550.962

Notas Explicativas

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Exercícios	
	2017	2016
CIRCULANTE	2.569.263	3.009.700
DEPÓSITOS (Nota 11.1.)	1.367.679	1.925.166
Depósitos à Vista	260.146	314.058
Depósitos de Poupança	179.484	210.039
Depósitos Interfinanceiros	50.862	37.007
Depósitos a Prazo	877.187	1.364.062
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO	206.836	249.055
Carteira de Terceiros (Nota 4.)	206.836	249.055
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS (Nota 11.2.)	396.370	142.387
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	396.370	142.364
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	-	23
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	160	73
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	160	73
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	27.489	36.128
Recursos em Trânsito de Terceiros	27.489	36.128
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS	1.861	-
Outras Instituições	1.861	-
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	78	569
Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 5.2.)	78	569
OUTRAS OBRIGAÇÕES	568.790	656.322
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados (Nota 12.1.)	4.864	3.451
Carteira de Câmbio:		
Câmbio Vendido a Liquidar	4	-
Obrigações por Compra de Câmbio	84.009	45.484
(Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio) (Nota 7.1.)	(84.009)	(45.484)
Sociais e Estatutárias (Nota 12.2.)	21.923	13.635
Fiscais e Previdenciárias (Nota 12.3.)	29.781	42.946
Negociação e Intermediação de Valores	6.419	1.195
Diversas:		
Obrigações por Convênios Oficiais	198.550	137.067
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	3.082	3.416
Provisão para Pagamentos a Efetuar	37.494	29.982
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (Nota 7.2.)	2.198	-
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão (Nota 7.4.)	86.595	243.262
Dívidas Subordinadas (Nota 11.3.)	26.469	26.077
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Nota 11.4.)	5.289	2.576
Credores Diversos - País (Nota 12.5.)	144.687	144.068
Outras	1.435	8.647

Notas Explicativas

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Exercícios	
	2017	2016
NÃO CIRCULANTE	6.314.338	6.646.030
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	6.313.812	6.645.377
DEPÓSITOS (Nota 11.1.)	5.060.383	5.050.959
Depósitos Interfinanceiros	5.543	33.681
Depósitos a Prazo	5.054.840	5.017.278
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS (Nota 11.2.)	140.654	459.505
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	140.654	387.805
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	-	71.700
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	478	4.887
Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 5.2.)	478	4.887
OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.112.297	1.130.026
Fiscais e Previdenciárias (Nota 12.3.)	12	641
Diversas:		
Provisão para Outros Passivos (Nota 12.4.a.)	282.193	270.396
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (Nota 7.2.)	486	-
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão (Nota 7.4.)	86.560	255.892
Dívidas Subordinadas (Nota 11.3.)	513.471	505.900
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Nota 11.4.)	207.620	88.917
Outras	21.955	8.280
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	526	653
Resultados de Exercícios Futuros	526	653
PATRIMÔNIO LÍQUIDO ADMINISTRADO PELA CONTROLADORA	810.366	895.232
PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA NAS CONTROLADAS	44.076	194.892
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 13.)	766.290	700.340
CAPITAL (Nota 13.1.)	492.708	433.340
De Domiciliados no País	433.340	433.340
Aumento de Capital	59.368	-
RESERVAS DE CAPITAL (Nota 13.2.)	43.375	42.743
Reservas de Ágios por Subscrição de Ações	43.375	42.743
RESERVAS DE REAVLIAÇÃO (Nota 13.3.)	142	151
Coligadas e Controladas	142	151
RESERVAS DE LUCROS (Nota 13.2.)	240.003	229.026
Reserva Legal	62.171	60.858
Reservas Estatutárias	177.832	168.168
Para Pagamento de Dividendos	2.888	1.921
Para Aumento de Capital	174.944	166.247
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	(9.938)	(4.920)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9.693.967	10.550.962

Notas Explicativas**Demonstração do Resultado Consolidado – Em Reais mil**

	Exercícios	
	2017	2016
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	2.823.438	3.215.339
Operações de Crédito (Nota 17.)	2.220.692	2.634.132
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	246.524	394.627
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 5.2.)	(461)	(87.910)
Resultado de Operações de Câmbio	8.200	(13.591)
Resultado das Aplicações Compulsórias	20.184	32.031
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros (Nota 7.4.)	328.299	256.050
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(1.511.557)	(2.008.455)
Operações de Captação no Mercado (Nota 11.5.)	(779.698)	(1.112.934)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	(654)	12.331
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros (Nota 7.4.)	(46.901)	(105.735)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7.2.)	(684.304)	(802.117)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.311.881	1.206.884
OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS	(1.186.754)	(1.136.200)
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 18.1.)	268.086	244.042
Receitas de Prestações de Serviços - Diversas	62.618	68.845
Rendas de Tarifas Bancárias	205.468	175.197
Despesas de Pessoal (Nota 18.2.)	(410.762)	(404.068)
Outras Despesas Administrativas (Nota 18.3.)	(647.743)	(560.867)
Despesas Tributárias (Nota 18.4.)	(122.817)	(121.964)
Outras Receitas Operacionais	71.748	67.011
Variações Monetárias Ativas (Nota 18.5.)	18.499	24.164
Recuperação de Encargos e Despesas	7.723	8.290
Reversão de Provisões para Coobrigações - Cessões de Crédito	-	268
Reversão de Provisões	27.964	8.859
Outras Receitas (Nota 18.6.)	17.562	25.430
Outras Despesas Operacionais	(345.266)	(360.354)
Aprovisionamentos e Ajustes Patrimoniais	(7.013)	(8.310)
Descontos Concedidos (Nota 18.7.)	(120.800)	(180.117)
Variações Monetárias Passivas	(6.518)	(21.320)
Apropriação Indébita	(3.531)	(7.090)
Despesas de Caráter Eventual (Nota 18.8.)	(35.055)	(32.170)
Outras Despesas (Nota 18.9.)	(172.349)	(111.347)
RESULTADO OPERACIONAL	125.127	70.684
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 18.10.)	(49.534)	(22.893)
Receitas	15.668	12.331
Despesas	(65.202)	(35.224)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	75.593	47.791
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 19.)	(37.751)	(14.469)
Provisão para Imposto de Renda	(3.938)	(9.756)
Provisão para Contribuição Social	(1.894)	(6.656)
Ativo Fiscal Diferido (Nota 8.1.)	(31.919)	1.943
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO	(9.724)	(7.715)
Administradores	(1.710)	(280)
Empregados	(8.014)	(7.435)
PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA NAS CONTROLADAS	(1.874)	(7.288)
LUCRO LÍQUIDO	26.244	18.319

Notas Explicativas**Demonstração do fluxo de caixa Consolidado
Método Indireto – Em Reais mil**

	Exercícios	
	2017	2016
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	75.593	47.791
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	786.155	925.582
Despesas de Juros e Variação Cambial de Dívidas Subordinadas	56.184	(50.448)
Ajuste a Mercado de Instrumentos Financeiros Derivativos e Hedge	(1.981)	125.206
Efeitos da Variação das Taxas de Câmbio sobre o Caixa e Equivalentes de Caixa	(17.083)	(2.866)
Despesa com Provisão / (Reversão) Fiscais, Cíveis e Trabalhistas	4.362	17.728
Provisão / (Reversão) para Garantias Financeiras Prestadas	(838)	-
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	684.304	802.117
Provisão / (Reversão) para Perdas em Bens Não de Uso Próprio e Investimentos	15.659	16.636
Depreciações e Amortizações	32.415	28.162
Atualizações Monetárias Ativas	(18.499)	(24.164)
Perda de Ativo Diferido e Intangível	368	434
Perda na Alienação de Bens e Investimentos	32.940	4.995
Resultado da Participação Minoritária nas Controladas	1.874	7.288
Perda / (Ganho) de Capital em Controlada	(4.185)	494
Outros	635	-
Lucro Líquido Ajustado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	861.748	973.373
Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.	50.460	740.437
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	109.222	(397.162)
Redução (Aumento) em Relações Interfinanceiras	25.880	75.829
Redução (Aumento) em Relações Interdependências	(13.396)	(1.006)
Redução (Aumento) em Operações de Crédito	(486.348)	597.113
Redução (Aumento) em Outros Créditos	10.577	137.945
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens	44.695	80.867
Aumento (Redução) em Depósitos	(548.063)	(834.915)
Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto	(42.219)	(702.645)
Aumento (Redução) em Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(64.868)	32.747
Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses	1.861	(2.074)
Aumento (Redução) em Outras Obrigações	(121.071)	(432.184)
Aumento (Redução) em Resultados de Exercícios Futuros	(127)	(108)
Caixa Gerado / (Aplicado) nas Operações	(171.649)	268.217
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(15.438)	(10.698)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades Operacionais	(187.087)	257.519
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Alienação de Ativos Disponíveis para Venda	9	291.817
Alienação de Ativos Mantidos até o Vencimento	46.107	5.690
Alienação de Investimentos	94	21
Alienação de Bens Não de Uso Próprio	57.325	17.330
Alienação de Imobilizado de Uso	12.968	84
Aquisições de Títulos Disponíveis para Venda	(227.719)	(329.577)
Aquisição de Títulos Mantidos até o Vencimento	(14.887)	-
Aquisição de Investimentos	(102)	(5)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(53.502)	(37.616)
Aplicações no Diferido / Intangível	(15.660)	(15.054)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Investimento	(195.367)	(67.310)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Principal e Juros Pagos Sobre as Captações no Exterior	(48.244)	(54.390)
Imposto de Renda Sobre Dívidas Subordinadas	(6.943)	(7.773)
Instrumentos Financeiros Derivativos de Hedge Pagos	(12.386)	(52.457)
Instrumentos Financeiros Derivativos de Hedge Recebidos	23.713	56.965
Juros Sobre o Capital Próprio Pagos	(7.859)	(29.429)
Aumento de Capital - AGE 27/11/2017	60.000	-
Aumento de Capital / (Cancelamento) Acionistas não Controladores	(147.099)	147.099
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Financiamento	(138.818)	60.015
AUMENTO / (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(521.272)	250.224
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	1.711.334	1.458.244
Efeitos da Variação das Taxas de Câmbio sobre o Caixa e Equivalentes de Caixa	17.083	2.866
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	1.207.145	1.711.334
AUMENTO / (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(521.272)	250.224

Notas Explicativas**Demonstração do Valor Adicionado Consolidado – Em Reais mil**

	Exercícios	
	2017	2016
1 - RECEITAS	2.034.418	2.305.893
Intermediação Financeira	2.823.438	3.215.339
Prestação de Serviços	268.086	244.042
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(684.304)	(802.117)
Outras	(372.802)	(351.371)
2 - DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(827.253)	(1.206.338)
3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(540.885)	(460.179)
Materiais, Energia e Outros	(31.179)	(27.846)
Serviços de Terceiros	(364.907)	(295.154)
Outros	(144.799)	(137.179)
Comunicações	(9.962)	(10.250)
Processamento de Dados	(66.418)	(63.766)
Propaganda e Publicidade	(6.094)	(3.319)
Serviços do Sistema Financeiro	(14.689)	(17.542)
Transportes	(16.785)	(15.230)
Outros	(30.851)	(27.072)
4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	666.280	639.376
5 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	(32.415)	(28.162)
Depreciações e Amortizações	(32.415)	(28.162)
6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)	633.865	611.214
7 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	-	-
8 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	633.865	611.214
9 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	633.865	611.214
Pessoal	312.164	318.591
Remuneração Direta	222.976	232.402
Benefícios	65.787	62.397
F.G.T.S	23.401	23.792
Impostos, Taxas e Contribuições	219.140	194.490
Federais	199.812	176.842
Estaduais	183	193
Municipais	19.145	17.455
Remuneração de Capitais de Terceiros	74.443	72.526
Aluguéis	60.057	57.065
Arrendamento Mercantil	14.386	15.461
Remuneração de Capitais Próprios	28.118	25.607
Juros sobre o Capital Próprio	13.163	21.087
Lucros retidos/ (Prejuízo) do Período	13.081	(2.768)
Participação dos não Controladores nos Lucros Retidos	1.874	7.288

Notas Explicativas**Demonstração do Resultado Abrangente Consolidado – Em Reais mil**

	Exercícios	
	2017	2016
LUCRO LÍQUIDO	26.244	18.319
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	(5.018)	(4.850)
Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	2.013	(2.519)
Ajustes de Avaliação Atuarial	(10.377)	(5.564)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	3.346	3.233
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO, LÍQUIDO DE IMPOSTOS	21.226	13.469
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	21.226	13.469
Lucro Atribuível à Controladora	19.352	6.181
Lucro Atribuível a Participações Minoritárias	1.874	7.288

Notas Explicativas

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Mercantil do Brasil S.A. (MB Múltiplo ou Banco) realiza as suas atividades operacionais por intermédio das carteiras comercial, de crédito imobiliário e câmbio, através de sua rede de 154 agências e 71 Postos de Atendimento, uma agência no exterior, em *Grand Cayman*, e um quadro de 2.791 funcionários. Atua nos demais segmentos financeiros, nas áreas de investimento, crédito ao consumidor, distribuição de valores e intermediação de títulos e valores mobiliários. O Banco, por intermédio de sua controlada Mercantil do Brasil Corretora S.A. - Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários, atua também na administração de fundos de investimento.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Apresentação das demonstrações financeiras

As informações contábeis contidas nas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2017 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes emanadas da Lei nº 6.404/76, e as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 para contabilização e divulgações das operações, associadas às normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, quando aplicáveis, do Conselho Monetário Nacional – CMN e do Banco Central do Brasil – Bacen, em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras individuais incluem os saldos contábeis da agência no exterior descrito na nota nº 2.3.

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões para créditos de liquidação duvidosa, provisões trabalhistas, cíveis e tributárias, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

As demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco Mercantil do Brasil S.A. em 22/02/2018.

2.2. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2017 foram elaboradas em consonância com as normas de consolidação da Lei nº 6.404/76, associadas às normas e Instruções do Bacen e da CVM.

Assim, foram eliminadas as participações de uma instituição em outra, os saldos de contas, as receitas e despesas entre as mesmas e os lucros não realizados decorrentes de negócios entre o Banco e Controladas, bem como foram destacadas as parcelas do lucro líquido e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas minoritários. As demonstrações financeiras consolidadas contemplam o Banco e empresas controladas (MB Consolidado), relacionadas abaixo:

Notas Explicativas

Empresa	Atividade	% – Participação	
		Dez / 2017	Dez / 2016
Banco Mercantil de Investimentos S.A. ^(I)	Banco de investimento	78,78	36,23
Mercantil do Brasil Administradora e Corretora de Seguros e Previdência Privada S.A.	Administração, corretagem de seguros em geral e de previdência privada	100,00	100,00
Mercantil do Brasil Corretora S.A. – Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários	Corretora de câmbio, títulos e valores mobiliários	99,99	99,99
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A. – Títulos e Valores Mobiliários	Distribuidora de títulos e valores mobiliários	100,00	100,00
Mercantil do Brasil Empreendimentos Imobiliários S.A.	Empreendimentos Imobiliários	100,00	100,00
Mercantil do Brasil Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos	Financeira	85,60	85,60
Mercantil do Brasil Imobiliária e Agronegócio S.A. ^(II)	Imobiliária e agronegócios	100,00	100,00
Mercantil do Brasil Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil ^(I)	Arrendamento mercantil	-	100,00

^(I) Vide nota nº 10.1.

^(II) Denominação social e objeto social alterados conforme AGE, de 27 de abril de 2017.

2.3. Agência no exterior

O Banco iniciou as operações de sua agência (*full branch*) em *Grand Cayman*, em dezembro de 2006, com o objetivo de desenvolver e expandir novas atividades relacionadas ao mercado de capitais nacional e internacional, viabilizando novos fluxos e estoques financeiros, administração de ativos e operações estruturadas nesse segmento, funcionando, em essência, como uma extensão das atividades do Banco.

Os saldos contábeis da agência são como segue:

Descrição	R\$ mil		US\$ mil	
	Dez / 2017	Dez / 2016	Dez / 2017	Dez / 2016
Ativos circulante e não circulante	48.571	118.243	14.685	36.281
Disponibilidades	430	3.376	130	1.036
Títulos e valores mobiliários	8.602	4.036	2.601	1.239
Operações de crédito	39.523	110.817	11.949	34.002
Outros valores e bens	3	3	1	1
Permanente	13	11	4	3
Passivos circulante e não circulante	1	71.723	-	22.007
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	-	71.723	-	22.007
Provisão para pagamentos a efetuar	1	-	-	-
Patrimônio líquido	48.570	46.520	14.685	14.274
Lucro líquido do período	1.349	1.711	408	529

2.4. Principais políticas contábeis e estimativas críticas

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência.

Caixa e equivalentes de caixa são representados, basicamente, por disponibilidades, depósitos bancários disponíveis e investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e limites, cujo prazo de vencimento seja igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

Os ativos e os passivos, circulantes e não circulantes, são demonstrados pelos valores de realização ou compromissos estabelecidos nas contratações, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos ou encargos incorridos até a data dos balanços. Nas operações com rendimentos ou encargos pré-fixados, as parcelas a auferir ou a incorrer são demonstradas como redução dos ativos e passivos a que se referem. As receitas e despesas de natureza financeira são registradas pelo critério *pro-rata die* e calculadas pelo método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas às operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear.

Notas Explicativas

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data dos balanços.

As informações financeiras da agência no exterior são adaptadas aos critérios contábeis vigentes no Brasil e convertidas para reais, que é a moeda funcional do Banco, pela taxa de câmbio de fechamento do balanço.

O critério para conversão dos saldos ativos e passivos das operações em moedas estrangeiras consiste na conversão desses valores para moeda nacional (R\$) à taxa de câmbio vigente na data de encerramento do período. Em 31 de dezembro de 2017, a taxa de câmbio aplicável era: US\$ 1,00 = R\$ 3,3074 (Em 31 de dezembro de 2016: US\$ 1,00 = R\$ 3,2591).

Em conformidade com a Deliberação CVM nº 639/10 e Resolução CMN nº 3.566/08, que aprovaram e tornaram obrigatório o pronunciamento técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativo, com base em análise da Administração, se o valor de contabilização dos ativos ou conjunto de ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, exceder o seu valor recuperável é reconhecida uma perda por desvalorização (*impairment*) no resultado do período.

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data dos balanços.

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, dividindo-se em três categorias, em conformidade com a Circular Bacen nº 3.068/01 e regulamentação complementar:

- a) Títulos para negociação – são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado.
- b) Títulos mantidos até o vencimento – são os títulos, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja intenção, ou obrigação, e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento, avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos incorridos, em contrapartida do resultado.
- c) Títulos disponíveis para venda – são aqueles não enquadráveis nas categorias anteriores, ajustados pelo valor de mercado, líquidos dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada no patrimônio líquido. Os ganhos e perdas, quando realizados, são reconhecidos no resultado, na data da negociação, em contrapartida à conta específica do patrimônio líquido.

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção *hedge* ou não, conforme Circular Bacen nº 3.082/02. As operações que utilizam instrumentos financeiros e que não atendam aos critérios de *hedge* contábil estabelecido pelo Bacen, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado. Para as operações contratadas em negociação associada à operação de captação ou aplicação de recursos, a valorização ou desvalorização decorrente de ajuste a valor de mercado poderá ser desconsiderada, desde que não seja permitida a sua negociação ou liquidação em separado da operação a ele associada, que nas hipóteses de liquidação antecipada da operação associada, a mesma ocorra pelo valor contratado, e que seja contratado pelo mesmo prazo e com a mesma contraparte da operação associada.

A Resolução CMN nº 3.533/08, com modificações posteriores, entrou em vigor em 1º de janeiro de 2012 e alterou o registro das operações de crédito cedidas com retenção substancial de riscos e benefícios. Estas operações devem permanecer no ativo, com registro de passivo financeiro decorrente da obrigação assumida, e as receitas e despesas decorrentes dessas operações apropriadas de maneira “*pro-rata temporis*” (mensalmente) no resultado pelo prazo remanescente das operações.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi calculada em conformidade com a Resolução CMN nº 2.682/99 e regulamentação complementar do Banco Central do Brasil e é fundamentada em um sistema de avaliação de riscos de clientes e operações, incluindo a análise de risco de crédito da contraparte e várias premissas de fatores internos e externos, a situação financeira da contraparte, os níveis de inadimplência, garantias das carteiras e a política de renegociação; e foi constituída em montante considerado suficiente, pela Administração, para cobrir eventuais perdas na realização dos ativos correspondentes.

Notas Explicativas

As operações de crédito rural securitizadas são garantidas por títulos do tesouro nacional e a avaliação do risco de crédito do principal e dos respectivos juros está em consonância com as regras da Resolução CMN nº 2.682/99.

As parcelas da remuneração referentes a originação de operações de crédito e custo de preparação de documentos e de implantação de propostas de operações de crédito, originadas até 31 de dezembro de 2014, estão registradas em despesas antecipadas e apropriadas pelos prazos das respectivas operações de crédito.

O Banco utilizou a faculdade de diferimento da despesa relativa a comissão de originação de operações de crédito, em conformidade com a Circular Bacen nº 3.738/14, na seguinte proporção: dois terços das comissões sobre operações originadas em 2015 e um terço para as operações originadas em 2016, sendo o restante da despesa alocada diretamente no resultado. Os valores registrados em despesas antecipadas são amortizados de forma linear, no prazo máximo de 36 meses ou imediatamente se houver liquidação ou baixa da operação de crédito que deu origem (vide nota nº 9.). A partir de 1º de janeiro de 2017, as comissões de originação de operações de crédito foram reconhecidas integralmente como despesa.

As participações em sociedades controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial.

O imobilizado de uso, exceto imóveis que estão reavaliados (vide nota nº 10.3.), está apresentado ao custo. A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: imóveis – 4,00%, móveis e utensílios, equipamentos – 10,00% e sistema de comunicação, de processamento de dados, de segurança e veículos – 20,00%.

O ativo intangível corresponde a gastos com aquisição e desenvolvimento de logiciais. São registrados ao custo de aquisição, com amortizações à taxa de 20,00% ao ano ou de acordo com o prazo contratual, conforme o caso.

O controle das contingências ativas, passivas e provisões é efetuado de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM nº 594/09, com observância da Resolução CMN nº 3.823/09:

- a) Ativos contingentes – não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.
- b) Passivos contingentes – são divulgados sempre que classificados como perdas possíveis, observando-se o parecer dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais.
- c) Provisões – originam-se de processos judiciais relacionados a obrigações trabalhistas, cíveis entre outras observando-se os pareceres dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais. Tais processos têm seus montantes reconhecidos quando evidenciam uma provável saída de recursos para liquidar a obrigação e quando os valores envolvidos forem mensurados com segurança.
- d) Obrigações legais – provisão para riscos fiscais - referem-se às obrigações tributárias legalmente instituídas, que são contestadas judicialmente quanto à legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de chance de êxito dos processos judiciais em andamento, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

As contribuições sociais relativas ao PIS (Programa de Integração Social) e a COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) são calculadas com base na Receita Bruta de que trata o art. 12 do Decreto-Lei nº 1.598/77, em conformidade com a Lei nº 12.973/14 e regulamentação complementar, e são recolhidas às alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente, pelo regime cumulativo.

A provisão para o imposto de renda é registrada pelo regime de competência e constituída com base no lucro, ajustado pelas adições e exclusões de caráter temporário e permanente, à alíquota de 15,00%, acrescida de adicional de 10,00% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social foi constituída à alíquota de 15,00% sobre o lucro tributável até agosto de 2015, sendo majorada para 20% a partir de setembro de 2015, prevalecendo assim até dezembro de 2018, em conformidade com a Lei nº 13.169/15. Impostos diferidos provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, se houver, são reconhecidos, com base em estudo técnico de estimativa de lucros tributáveis futuros, de acordo com a Instrução CVM nº 371/02, Resolução CMN nº 3.059/02 e regulamentação complementar.

Notas Explicativas

Os juros sobre o capital próprio, pagos e a pagar aos acionistas, recebidos e a receber das controladas, são calculados em conformidade com a Lei nº 9.249/95 e são registrados no resultado, nas rubricas de despesas e de receitas financeiras, respectivamente, conforme determina a legislação fiscal. Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, procede-se da seguinte forma:

- Os juros sobre o capital próprio pagos e a pagar são eliminados das despesas financeiras e são apresentados a débito de lucros acumulados.
- Os juros sobre o capital próprio recebidos e a receber das controladas são reclassificados para a rubrica de “Resultado da Equivalência Patrimonial”. O saldo de juros sobre o capital próprio a receber é registrado na rubrica de “Rendas a Receber”.

O Banco implantou, desde 2012, um Plano de Remuneração específico para os administradores, que contempla diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável alinhadas à política de gestão de riscos da Instituição e às melhores práticas de mercado, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.921/10. O montante da remuneração fixa é aprovado anualmente na Assembleia Geral. O direito à Remuneração Variável está condicionado ao atingimento dos objetivos estratégicos da Instituição, às metas individuais e de áreas de atuação dos administradores.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa são compostos como segue:

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Dez / 2017	Dez / 2016	Dez / 2017	Dez / 2016
Disponibilidades	437.854	410.141	437.854	410.141
Aplicações interfinanceiras de liquidez	725.936	1.196.363	769.291	1.301.193
Total	1.163.790	1.606.504	1.207.145	1.711.334

4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

A composição é como segue:

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Dez / 2017	Dez / 2016	Dez / 2017	Dez / 2016
Aplicações no mercado aberto				
Posição bancada	725.936	1.196.363	769.291	1.301.193
Letras Financeiras do Tesouro	95.022	907.888	95.022	927.887
Letras do Tesouro Nacional	64.480	98.689	107.835	183.520
Notas do Tesouro Nacional	566.434	189.786	566.434	189.786
Posição financiada	250.191	315.885	206.836	249.056
Letras Financeiras do Tesouro	162.013	-	162.013	-
Letras do Tesouro Nacional	88.178	113.348	44.823	46.519
Notas do Tesouro Nacional	-	202.537	-	202.537
Subtotal	976.127	1.512.248	976.127	1.550.249
Aplicações em depósitos interfinanceiros				
Aplicações em depósitos interfinanceiros	471.685	327.656	93.885	102.125
Subtotal	471.685	327.656	93.885	102.125
Total	1.447.812	1.839.904	1.070.012	1.652.374
Circulante	1.418.530	1.792.535	1.033.169	1.589.691
Não circulante	29.282	47.369	36.843	62.683

A posição financiada tem como contrapartida no passivo “captação no mercado aberto” que se refere, basicamente, por recompras a liquidar de carteira de terceiros.

Notas Explicativas

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

5.1. Títulos e valores mobiliários

Descrição	MB – Múltiplo				MB – Consolidado			
	Custo		Mercado		Custo		Mercado	
Títulos / Vencimentos	Dez / 2017	Dez / 2016	Dez / 2017	Dez / 2016	Dez / 2017	Dez / 2016	Dez / 2017	Dez / 2016
Títulos para Negociação								
Ações	2.250	2.250	-	-	2.250	2.250	-	-
Indeterminado	2.250	2.250	-	-	2.250	2.250	-	-
Total	2.250	2.250	-	-	2.250	2.250	-	-
Títulos Disponíveis para Venda								
Cotas de Fundos de Investimento	-	-	-	-	7.259	6.612	7.259	6.612
Indeterminado	-	-	-	-	7.259	6.612	7.259	6.612
Cotas de Fundos em Participações	-	-	-	-	7.460	6.984	7.460	6.984
Indeterminado	-	-	-	-	7.460	6.984	7.460	6.984
Cotas de Fundos de Participante de Negociação e Membro de Compensação	-	-	-	-	4.041	-	4.041	-
De 5 a 10 anos	-	-	-	-	4.041	-	4.041	-
LFT	1.071.535	763.719	1.072.089	762.889	1.083.039	990.898	1.083.590	989.785
De 31 a 60 dias	3.008	-	3.008	-	5.199	-	5.199	-
De 181 dias a 1 ano	109.279	5.911	109.271	5.911	109.288	5.911	109.279	5.911
De 1 a 2 anos	114.570	70.801	114.544	70.772	114.570	104.129	114.544	104.094
De 2 a 3 anos	287.369	103.778	287.329	103.708	296.673	104.209	296.631	104.139
De 3 a 4 anos	256.075	219.047	256.231	218.779	256.075	269.832	256.231	269.521
De 4 a 5 anos	301.234	90.345	301.706	90.166	301.234	232.980	301.706	232.567
De 5 a 10 anos	-	273.837	-	273.553	-	273.837	-	273.553
Debêntures	45.014	49.265	43.834	48.888	45.014	49.265	43.834	48.888
De 61 a 90 dias	1.462	-	1.418	-	1.462	-	1.418	-
De 181 dias a 1 ano	11.972	-	11.726	-	11.972	-	11.726	-
De 1 a 2 anos	2.766	-	2.739	-	2.766	-	2.739	-
De 2 a 3 anos	17.921	-	17.384	-	17.921	-	17.384	-
De 3 a 4 anos	623	16.761	605	16.677	623	16.761	605	16.677
De 4 a 5 anos	10.270	6.450	9.962	6.417	10.270	6.450	9.962	6.417
De 5 a 10 anos	-	26.054	-	25.794	-	26.054	-	25.794
Notas Promissórias	-	16.315	-	16.233	-	16.315	-	16.233
De 91 a 180 dias	-	16.315	-	16.233	-	16.315	-	16.233
Total	1.116.549	829.299	1.115.923	828.010	1.146.813	1.070.074	1.146.184	1.068.502
Mantidos até o Vencimento								
BONDS	8.602	4.036	8.602	3.726	8.602	4.036	8.602	3.726
Até 30 dias	8.602	-	8.602	-	8.602	-	8.602	-
De 61 a 90 dias	-	4.036	-	3.726	-	4.036	-	3.726
Total	8.602	4.036	8.602	3.726	8.602	4.036	8.602	3.726
Total Geral	1.127.401	835.585	1.124.525	831.736	1.157.665	1.076.360	1.154.786	1.072.228
Valor Contábil	-	-	1.124.525	832.046	-	-	1.154.786	1.072.538
Diferencial a receber - Swap	-	-	13.448	27.721	-	-	13.448	27.721
Total Contábil	-	-	1.137.973	859.767	-	-	1.168.234	1.100.259
Circulante	-	-	138.195	35.471	-	-	115.113	49.067
Não circulante	-	-	999.778	824.296	-	-	1.013.121	1.051.192

Os títulos e valores mobiliários, de acordo com suas especificidades, encontram-se registrados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

O valor de custo é apurado com base no valor de aquisição atualizado pelos rendimentos intrínsecos de cada operação em função da fluência do prazo.

Os títulos públicos federais e os títulos privados são marcados a mercado pelo método de fluxo de caixa descontado utilizando-se, respectivamente, as taxas de desconto divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e pela B3.

Os títulos de renda variável são registrados com base na cotação média de negociação, divulgada pela B3 no último dia útil do mês.

As cotas dos fundos de investimentos foram registradas de acordo com a cotação informada pelos administradores.

Notas Explicativas

Os títulos privados e os títulos de renda variável no exterior são atualizados, respectivamente, com base nos índices de mercado e nos índices NASDAQ divulgados na Bolsa de Nova Iorque. Estes títulos e valores mobiliários registrados em moeda estrangeira são convertidos para moeda nacional à taxa de câmbio vigente no encerramento do período.

Para fins de publicação, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “Títulos para Negociação” são apresentados no ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento, em conformidade com a Circular Bacen nº 3.068/01.

5.2. Instrumentos financeiros derivativos

A utilização de instrumentos financeiros derivativos como forma de minimizar os riscos de mercado originados na flutuação das taxas de juros, do câmbio, dos preços dos ativos, entre outros, constitui uma ferramenta imprescindível na gestão financeira das instituições, haja vista a evolução e diversificação dos produtos utilizados no mercado financeiro globalizado.

a) Política

Os derivativos negociados pelo Banco são basicamente operações de *swap* e contratos futuros utilizadas como instrumentos destinados à proteção das operações em moedas estrangeiras frente aos riscos de variações cambiais e de taxas de juros para proteção de posições prefixadas.

b) Objetivos e Estratégias de Gerenciamento de Riscos e Efetividade

Os contratos de instrumentos financeiros derivativos utilizados pela Instituição são de operações de *swap* realizadas como instrumentos de proteção contra as variações cambiais sobre as captações internacionais e de contratos no mercado futuro de dólar da B3 como instrumento de proteção das demais exposições cambiais. Para proteção de posições prefixadas são utilizados contratos de DI de um dia na B3.

A efetividade das operações de *hedge accounting* (conforme Circular Bacen nº 3.082/02) são verificadas através da projeção tanto do passivo objeto quanto dos instrumentos financeiros derivativos classificados como instrumentos de *hedge accounting*, demonstrando a eficácia esperada para o vencimento das operações. A partir da contratação é realizada, diariamente, a verificação gerencial da efetividade, criando-se histórico de avaliação do comportamento da operação.

Dentro deste contexto, verifica-se que o efeito da variação cambial nas operações de *hedge accounting* é equivalente ao gerado nas operações objeto de *hedge*.

c) Riscos Associados

Os principais fatores de risco dos instrumentos financeiros derivativos da Instituição estão relacionados com as oscilações do câmbio, de taxa de juros e os resultados obtidos atenderam adequadamente os objetivos de proteção patrimonial.

O gerenciamento dos riscos é controlado e supervisionado de forma independente das áreas geradoras da exposição ao risco. Sua avaliação e medição são realizadas diariamente baseando-se em índices e dados estatísticos, utilizando-se de ferramentas tais como “V@R” não paramétrico e análise de sensibilidade a cenários de *stress*.

d) Valor Justo

Os contratos de instrumentos financeiros derivativos para proteção cambial referem-se a operações de *swap*, classificadas na categoria de *hedge* de risco de mercado, em conformidade com o artigo 3º, inciso I, da Circular Bacen nº 3.082/02, bem como operações com Contratos Futuro, todas registradas na B3.

Para obtenção do valor justo das operações de *swap*, estima-se o fluxo de caixa de cada uma de suas partes descontado a valor presente, de acordo com as taxas divulgadas pela B3, ajustadas pelo *spread* de risco, apurado no fechamento da operação.

A posição desses instrumentos financeiros tem seus valores referenciais registrados em contas de compensação e os ajustes em contas patrimoniais, tendo como contrapartida contas de resultado.

Notas Explicativas

e) Segregação por Ativo e Passivo, Categoria, Risco e Estratégia

Hedge Accounting da Captação Externa								
Contratos de Swap								
Descrição	Valor de referência (nocial)		Valor justo		Efeito acumulado (exercício atual)			
	Dez / 2017	Dez / 2016	Dez / 2017	Dez / 2016	Valor a			
					Receber		Pagar	
					Dez / 2017	Dez / 2016	Dez / 2017	Dez / 2016
Posição Ativa Moeda Estrangeira	354.647	270.891	414.685	415.135	13.448	27.721	(556)	(5.456)
Posição Passiva Taxas – (CDI)	354.647	270.891	401.793	392.870	13.448	27.721	(556)	(5.456)
Circulante					4.170	5.042	(78)	(569)
Não circulante					9.278	22.679	(478)	(4.887)

Indexador		Faixa de Vencimento	Mercado de Registro	Valor Base	Ajuste		Riscos V@R^(I)
Ativo	Passivo				Curva	Mercado	
Dólar	CDI	01 a 90 dias	B3	12.675	2.186	2.186	(464)
		91 a 360 dias		12.274	2.129	1.906	(462)
		Acima de 360 dias		240.592	10.029	7.191	(5.048)
Dólar	Pré-fixado	Acima de 360 dias	B3	89.106	2.518	1.609	(2.525)
Total em 31/12/2017				354.647	16.862	12.892	(8.499)
Total em 31/12/2016				270.891	41.498	22.265	(5.294)

^(I) *Value at Risk* – Ferramenta de medida de risco utilizada para estimar a maior perda esperada, num determinado nível de confiança, dentro de um horizonte de tempo.

Instrumentos de proteção demais exposições cambiais ^(I)								
Contratos Futuros – B3								
Descrição	Valor de referência		Valor justo		Efeito acumulado (exercício atual)			
	Dez / 2017	Dez / 2016	Dez / 2017	Dez / 2016	Valor a			
					Receber		Pagar	
					Dez / 2017	Dez / 2016	Dez / 2017	Dez / 2016
Moeda Estrangeira Compromisso de Compra	13.263	15.571	13.263	15.571	-	-	-	-

Indexador	Faixa de Vencimento	Mercado de Registro	Valor Base	Ajuste		Riscos V@R^(II)
				Curva	Mercado	
Dólar	Até 90 dias	B3	13.263	-	-	(270)
Total em 31/12/2017			13.263	-	-	(270)
Total em 31/12/2016			15.571	-	-	(197)

^(I) Operação com derivativo realizada pelo Banco com a finalidade de proteger, complementarmente, as demais exposições cambiais. (vide nota nº 2.3.).

^(II) *Value at Risk* – Ferramenta de medida de risco utilizada para estimar a maior perda esperada, num determinado nível de confiança, dentro de um horizonte de tempo.

Notas Explicativas

Instrumentos de proteção de exposição a taxa de juros prefixada ⁽ⁱ⁾				
Contratos de Futuro – B3				
Descrição	Valor de referência	Valor justo	Efeito acumulado	
			(exercício atual)	
	Dez / 2017	Dez / 2017	Valor a	
			Receber	Pagar
			Dez / 2017	Dez / 2017
Taxa de Juros Compra Taxa DI um dia	653.597	653.597	-	-

Indexador	Faixa de Vencimento	Mercado de Registro	Valor Base	Ajuste		Riscos
				Curva	Mercado	V@R⁽ⁱⁱ⁾
Taxa de Juros	Acima de 360 dias	B3	653.597	-	-	(230)
Total em 31/12/2017			653.597	-	-	(230)

⁽ⁱ⁾ Operação com derivativo realizada pelo Banco com a finalidade de proteger, parcialmente exposições prefixadas.

⁽ⁱⁱ⁾ *Value at Risk* – Ferramenta de medida de risco utilizada para estimar a maior perda esperada, num determinado nível de confiança, dentro de um horizonte de tempo.

f) **Ganhos e Perdas Agrupados por Categorias de Riscos e Contas de Resultado**

Os instrumentos financeiros derivativos geraram ganhos e perdas, registrados diretamente no resultado na rubrica de “Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos”, os quais são apresentados a seguir:

MB – Múltiplo e Consolidado						
Descrição	Períodos findos em					
	Dez / 2017			Dez / 2016		
	Ganho	Perda	Resultado líquido	Ganho	Perda	Resultado líquido
<i>Swap</i>	28.824	(26.871)	1.953	68.932	(182.098)	(113.166)
Dólar Futuro	9.054	(9.785)	(731)	123.319	(98.063)	25.256
DI Futuro	1.073	(2.756)	(1.683)	-	-	-
Total	38.951	(39.412)	(461)	192.251	(280.161)	(87.910)

g) **Valores e Efeitos no Resultado e no Patrimônio Líquido de Operações que deixaram de ser *Hedge Accounting***

Não houve nenhuma reclassificação contábil em função de desenquadramento de operações de *Hedge Accounting*.

5.3. Posições de Instrumentos Financeiros e Análise de Sensibilidade de Riscos

Em cumprimento à Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, foi realizada a Análise de Sensibilidade contemplando todos os instrumentos financeiros relevantes, ativos e passivos, mensurados a valor justo pela administração.

Foram então considerados os Derivativos, a Captação Externa (Dívida Subordinada) e os Títulos e Valores Mobiliários (TVM) que não estão classificados como mantidos até o vencimento. Em razão das incertezas quanto ao comportamento da taxa de câmbio, a Instituição optou por proteger o descasamento de moeda estrangeira através do mercado futuro. Ressalta-se que os instrumentos financeiros derivativos existentes no Mercantil do Brasil, na sua grande maioria, são destinados à proteção de exposição a riscos (hedge) da captação externa e demais posições que julgar necessário, não possuindo nenhum caráter especulativo.

A análise de sensibilidade, que teve como premissa identificar os tipos de riscos que podem gerar prejuízo à Instituição, foi efetuada a partir dos seguintes cenários:

Cenário I: Consiste de um cenário considerado provável, cujos dados foram obtidos de fonte externa (B3), tais como: cotação do dólar, preço dos títulos e taxas futuras de juros. A título de exemplo, considerou-se, para o prazo de um ano, o dólar a R\$ 3,33 e a taxa de juros a 6,78 % ao ano.

Notas Explicativas

Cenário II: Consiste numa situação com variação de 25% no valor dos preços e um choque paralelo de mesmo percentual nas curvas vigentes em 29/12/2017 que, em função da exposição da Instituição aos fatores de risco, causaria prejuízo. Desta forma, por exemplo, para o prazo de um ano, o dólar foi considerado valendo R\$ 4,13 e a taxa de juros 8,57% ao ano.

Cenário III: Consiste numa situação com variação de 50% no valor dos preços e um choque paralelo de mesmo percentual nas curvas vigentes em 29/12/2017 que, em função da exposição da Instituição aos fatores de risco, causaria prejuízo. Desta forma, por exemplo, para o prazo de um ano, o dólar foi considerado valendo R\$ 4,96 e a taxa de juros 10,28% ao ano.

Quadro Demonstrativo da Análise de Sensibilidade do conglomerado financeiro:

Efeito na variação do valor justo			Cenários		
Operação	Fatores de Risco	Componentes	I ^(II)	II	III
Captação Externa com Hedge Accounting	Moeda Estrangeira (USD) ^(I)	Derivativo (ponta ativa swap)	3.133	103.577	207.230
		Dívida em USD	(3.168)	(104.719)	(209.515)
		Efeito Líquido	(35)	(1.142)	(2.285)
	Cupom Cambial	Derivativo (ponta ativa swap)	117	(6.278)	(12.426)
		Dívida em USD	(91)	4.892	9.671
		Efeito Líquido	26	(1.386)	(2.755)
	Taxa de Juros Pré-fixada	Derivativo (ponta passiva swap)	537	(4.471)	(8.644)
Investimento Externo com Hedge	Moeda Estrangeira (USD)	Derivativo (ponta ativa futuro)	(389)	(3.316)	(6.631)
		Descasamento em USD	446	3.308	6.616
		Efeito Líquido	57	(8)	(15)
	Taxa de Juros Pré-fixada	Derivativo (ponta passiva futuro)	(1)	(16)	(26)
Títulos e Valores Mobiliários	Renda Fixa	Debêntures	(3.795)	(10.958)	(21.916)
Total sem correlação			-	(22.799)	(45.621)
Total com correlação			(3.487)	(25.247)	(50.417)
Total com correlação líquido dos impactos fiscais			(2.092)	(15.148)	(30.250)

^(I) A variação nesses fatores de risco é aquela que provoca um efeito líquido negativo, já que os reflexos no derivativo e na dívida são sempre opostos (lucro/prejuízo ou prejuízo/lucro).

^(II) Os efeitos do cenário I, por este estar baseado em projeções de mercado, já consideram a correlação entre as variações dos fatores de risco.

O quadro evidencia a importância do hedge da captação externa, já que os significativos efeitos no resultado proveniente das variações, principalmente do dólar nos cenários II e III, no valor desta dívida é praticamente neutralizado pelos efeitos em sentido contrário na ponta ativa do swap. Ressalta-se que a referida proteção não atingiu sua completude devido há um distanciamento natural entre o hedge e seu objeto. Não atingindo assim uma proteção perfeita.

Ressalta-se que essa análise de sensibilidade considera uma situação em que as posições da Instituição permaneceriam estáticas, o que não necessariamente deve ocorrer. O Mercantil do Brasil possui uma gestão ativa de seus riscos de mercado (vide nota explicativa nº 21.), com o acompanhamento diário das exposições aos diversos fatores de risco, bem como ao potencial efeito que essas exposições podem causar no valor justo de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, podendo indicar a mudança de posição de modo a mitigar esses riscos.

5.4. Instrumento de Hedge não Derivativo

Em dezembro de 2016, o Banco passou a utilizar suas posições ativas representadas por operações de adiantamentos de contrato de câmbio (ACC) e investimentos no exterior (Patrimônio Líquido da Agência em Cayman) como *hedge* natural de uma parcela da captação externa de modo a garantir adequada proteção contra risco cambial.

A utilização do *hedge* natural permite uma redução das posições de derivativos e consequentemente dos riscos envolvidos, dos custos operacionais e financeiros decorrentes da manutenção destas posições.

Nesta estrutura, os riscos são anulados dentro da própria estrutura patrimonial de ativos e passivos e são conforme segue:

Notas Explicativas

Instrumentos Financeiros de Proteção não Derivativos - Hedge Natural						
Tipo	Natureza	Descrição	Dez / 2017		Dez / 2016	
			US\$	R\$	US\$	R\$
Objeto de <i>hedge</i>	Passivo	Captação Externa	33.800	111.810	33.800	110.137
Total			33.800	111.810	33.800	110.137
<i>Hedge</i> Natural	Ativo	Investimento no Exterior ⁽¹⁾	25.864	85.558	25.864	84.294
		Operações Ativas - ACC	8.000	26.459	8.000	26.068
Total			33.864	112.017	33.864	110.362

⁽¹⁾ Já considerando o efeito fiscal do *hedge* do investimento no exterior (vide nota nº 2.3.).

6. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS – CRÉDITOS VINCULADOS

Os créditos vinculados, no individual e consolidado, são como seguem:

Recolhimentos compulsórios	Dez / 2017	Dez / 2016
Sobre depósitos à vista	61.257	87.364
Sobre depósitos de poupança	24.794	23.549
Direcionamento microcrédito	5.236	8.152
Direcionamento crédito rural	1.861	-
Total – Circulante	93.148	119.065

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO**7.1. As operações de crédito e outros créditos são como segue:**

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Dez / 2017	Dez / 2016	Dez / 2017	Dez / 2016
Operações de crédito	5.084.208	5.634.615	5.830.530	6.329.007
Devedores por compra de valores e bens	20.299	12.692	20.299	12.692
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	1.304	17.336	1.304	17.336
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	84.009	45.484	84.009	45.484
Títulos e créditos a receber (vide nota nº 8.5.)	74.864	81.917	74.864	81.917
Total	5.264.684	5.792.044	6.011.006	6.486.436
Circulante	2.925.245	3.243.083	3.252.872	3.579.776
Não circulante	2.339.439	2.548.961	2.758.134	2.906.660

7.2. A movimentação da provisão para perdas em operações de crédito e outros créditos, é como segue:

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Dez / 2017	Dez / 2016	Dez / 2017	Dez / 2016
Com característica de concessão de crédito				
Saldos no início dos exercícios	743.206	739.254	766.691	779.554
Constituição de provisão	1.110.570	1.175.512	1.153.820	1.239.885
Reversão de provisão	(444.706)	(404.965)	(469.851)	(441.151)
Baixa	(733.454)	(766.594)	(756.921)	(811.597)
Saldos no final dos exercícios	675.616	743.207	693.739	766.691
Sem característica de concessão de crédito				
Saldos no início dos exercícios	9.429	6.540	9.429	6.540
Constituição de provisão	829	4.064	2.135	4.064
Reversão de provisão	(1.800)	(680)	(1.800)	(680)
Reclassificação	-	(495)	-	(495)
Saldos no final dos exercícios	8.458	9.429	9.764	9.429
Efeito no resultado	664.893	773.931	684.304	802.117
Total	684.074	752.636	703.503	776.120
Circulante	399.433	438.945	407.563	450.304
Não circulante	284.641	313.691	295.940	325.816

Notas Explicativas

A provisão para cobertura de perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculados a garantias financeiras prestadas de acordo com modelos e práticas reconhecidas de gerenciamento do risco de crédito, nos termos da Resolução nº 4.512/16, no individual e consolidado, é como segue:

Descrição	Dez / 2017	
	Saldo Contábil	Provisão
Vinculadas a licitações, leilões, prestação de serviços ou execução de obras	46.842	474
Vinculadas ao fornecimento de mercadorias	1.571	31
Aval ou fiança em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal	66.977	878
Outras fianças bancárias	78.863	1.301
Total	194.253	2.684

Adicionalmente, tem-se que os efeitos dos ajustes decorrentes da aplicação inicial da norma, montam em R\$ 3.522, R\$ 2.113 líquidos dos efeitos tributários, foram registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados, conforme estabelecido pela Resolução Bacen nº 4.512/16.

7.3. A classificação de nível de risco para as operações de crédito, arrendamento mercantil e de outros créditos é como segue:

a) Composição da carteira por nível de risco conforme estabelecido na Resolução CMN nº 2.682/99

MB – Múltiplo

Operações de Crédito e Outros Créditos														
Nível	Pessoa Física			Pessoa Jurídica							Total		PCLD	
	Em Curso		Total	Indústria		Comércio		Serviços		Total				
				Em Curso										
	Normal	Anormal		Normal	Anormal	Normal	Anormal	Normal	Anormal		Dez/2017	Dez/2016	Dez/2017	Dez/2016
AA	87.717	-	87.717	308.619	-	26.315	-	41.131	-	376.065	463.782	564.224	-	-
A	2.544.172	-	2.544.172	85.312	-	12.178	-	76.011	-	173.501	2.717.673	2.763.299	13.582	13.813
B	139.621	46.846	186.467	123.691	68	42.985	3.823	128.500	377	299.444	485.911	458.435	4.859	4.583
C	5.684	36.436	42.120	42.811	8.250	20.680	3.198	60.274	21.915	157.128	199.248	507.953	5.978	15.238
D	40.473	37.123	77.596	66.875	44.668	11.228	27.089	141.467	61.412	352.739	430.335	646.345	43.033	64.634
E	53.748	31.425	85.173	51.687	35.314	20.614	14.732	53.916	41.219	217.482	302.655	177.307	90.796	53.192
F	2.934	29.194	32.128	163.006	10.265	102	4.068	14.613	6.706	198.760	230.888	116.926	115.444	58.463
G	13.355	41.381	54.736	2.773	28.868	203	4.125	12.569	4.286	52.824	107.560	80.899	75.292	56.628
H	15.354	157.098	172.452	5.634	55.338	9.874	33.857	11.358	38.119	154.180	326.632	476.656	326.632	476.656
Total	2.903.058	379.503	3.282.561	850.408	182.771	144.179	90.892	539.839	174.034	1.982.123	5.264.684	5.792.044	675.616	743.207

MB – Consolidado

Operações de Crédito e Outros Créditos														
Nível	Pessoa Física			Pessoa Jurídica							Total		PCLD	
	Em Curso		Total	Indústria		Comércio		Serviços		Total				
	Normal	Anormal		Em Curso							Dez/2017	Dez/2016		
	Normal	Anormal	Normal	Anormal	Normal	Anormal	Normal	Anormal	Dez/2017	Dez/2016				
AA	87.717	-	87.717	308.619	-	26.315	-	41.182	-	376.116	463.833	564.642	-	-
A	3.165.128	-	3.165.128	107.327	-	12.230	-	116.982	-	236.539	3.401.667	3.382.109	17.000	16.908
B	158.082	58.347	216.429	123.691	68	42.985	3.823	129.224	470	300.261	516.690	484.507	5.167	4.844
C	6.507	38.392	44.899	42.811	8.264	20.680	3.198	60.291	27.840	163.084	207.983	520.082	6.239	15.601
D	42.985	39.751	82.736	68.339	44.668	11.228	27.089	141.597	61.411	354.332	437.068	661.239	43.707	66.123
E	54.165	32.666	86.831	51.687	35.627	20.614	14.732	53.915	41.219	217.794	304.625	179.927	91.387	53.978
F	3.220	30.559	33.779	163.006	10.265	102	4.068	14.613	6.705	198.759	232.538	119.427	116.269	59.713
G	13.552	42.368	55.920	2.794	28.868	203	4.128	12.570	4.291	52.854	108.774	83.261	76.142	58.282
H	16.243	167.169	183.412	5.634	55.395	9.874	33.926	11.359	38.228	154.416	337.828	491.242	337.828	491.242
Total	3.547.599	409.252	3.956.851	873.908	183.155	144.231	90.964	581.733	180.164	2.054.155	6.011.006	6.486.436	693.739	766.691

Operações de Crédito Normal – operações com créditos a vencer ou vencidos até 14 dias.

Operações de Crédito Anormal – operações de crédito com 15 ou mais dias de vencidos.

Notas Explicativas

b) Composição da carteira por prazo de vencimento

MB – Múltiplo

Classificação por Vencimento	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	%
Curso Normal											
Parcelas vincendas	463.404	2.713.627	424.432	121.476	256.661	179.832	180.627	28.585	42.041	4.410.685	83,79
01 a 30 dias	41.367	356.910	96.488	18.889	23.825	8.906	1.013	487	6.342	554.227	10,53
31 a 60 dias	7.326	181.665	30.282	6.025	9.684	2.631	543	812	1.255	240.223	4,56
61 a 90 dias	42.179	154.056	22.071	11.371	9.310	2.588	2.599	315	1.119	245.608	4,67
91 a 180 dias	14.208	398.074	41.615	12.512	31.292	10.358	16.087	14.893	3.564	542.603	10,31
181 a 360 dias	17.062	548.316	63.197	20.635	48.393	30.436	86.298	1.374	5.026	820.737	15,59
Acima de 360 dias	341.262	1.074.606	170.779	52.044	134.157	124.913	74.087	10.704	24.735	2.007.287	38,13
Vencidas até 14 dias	378	4.046	10.365	7.973	3.382	133	28	315	179	26.799	0,50
Total em 31/12/2017	463.782	2.717.673	434.797	129.449	260.043	179.965	180.655	28.900	42.220	4.437.484	84,29
%	8,81	51,62	8,26	2,46	4,94	3,42	3,43	0,55	0,80	84,29	-
Total em 31/12/2016	564.224	2.763.299	381.281	361.867	388.318	71.488	27.269	4.994	41.472	4.604.212	79,48
%	9,74	47,71	6,58	6,25	6,70	1,23	0,47	0,09	0,71	79,48	-
Curso Anormal											
Parcelas vincendas	-	-	43.590	55.209	141.593	96.816	28.376	34.471	135.076	535.131	10,17
01 a 30 dias	-	-	3.188	3.138	6.254	4.004	1.530	1.616	7.724	27.454	0,52
31 a 60 dias	-	-	3.056	3.867	5.241	3.736	1.554	1.549	6.858	25.861	0,49
61 a 90 dias	-	-	2.780	2.833	4.740	3.674	1.281	1.456	6.238	23.002	0,44
91 a 180 dias	-	-	7.485	8.410	26.601	8.693	3.357	3.838	15.742	74.126	1,41
181 a 360 dias	-	-	10.443	14.068	24.377	15.849	5.841	6.749	29.842	107.169	2,04
Acima de 360 dias	-	-	16.638	22.893	74.380	60.860	14.813	19.263	68.672	277.519	5,27
Parcelas vencidas	-	-	7.524	14.590	28.699	25.874	21.857	44.189	149.336	292.069	5,54
01 a 14 dias	-	-	-	741	2.103	1.613	406	404	1.921	7.188	0,14
15 a 30 dias	-	-	7.208	3.553	6.804	3.570	1.772	1.767	8.114	32.788	0,62
31 a 60 dias	-	-	316	9.414	7.412	3.757	1.853	18.100	9.343	50.195	0,95
61 a 90 dias	-	-	-	658	9.563	5.926	2.057	3.536	10.330	32.070	0,61
91 a 180 dias	-	-	-	224	2.817	10.144	14.053	16.435	33.299	76.972	1,46
181 a 360 dias	-	-	-	-	-	864	1.716	3.947	77.168	83.695	1,59
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	9.161	9.161	0,17
Total em 31/12/2017	-	-	51.114	69.799	170.292	122.690	50.233	78.660	284.412	827.200	15,71
%	-	-	0,97	1,33	3,23	2,33	0,95	1,49	5,41	15,71	-
Total em 31/12/2016	-	-	77.154	146.086	258.027	105.819	89.657	75.905	435.184	1.187.832	20,52
%	-	-	1,33	2,52	4,45	1,83	1,55	1,32	7,52	20,52	-
Total Geral											
Total em 31/12/2017	463.782	2.717.673	485.911	199.248	430.335	302.655	230.888	107.560	326.632	5.264.684	100,00
%	8,81	51,62	9,23	3,79	8,17	5,75	4,38	2,04	6,21	100,00	-
Total em 31/12/2016	564.224	2.763.299	458.435	507.953	646.345	177.307	116.926	80.899	476.656	5.792.044	100,00
%	9,74	47,71	7,91	8,77	11,15	3,06	2,02	1,41	8,23	100,00	-

Notas Explicativas**MB – Consolidado**

Classificação por Vencimento	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	%
Curso Normal											
Parcelas vincendas	463.455	3.396.212	443.614	122.316	260.611	180.239	180.913	28.804	42.931	5.119.095	85,16
01 a 30 dias	41.370	384.281	97.130	18.922	24.072	8.928	1.031	501	6.409	582.644	9,69
31 a 60 dias	7.329	217.724	31.734	6.062	10.000	2.661	566	831	1.329	278.236	4,63
61 a 90 dias	42.185	172.481	22.159	11.402	9.481	2.601	2.609	324	1.168	264.410	4,40
91 a 180 dias	14.223	479.953	43.781	12.608	31.990	10.412	16.131	14.924	3.713	627.735	10,44
181 a 360 dias	17.086	677.653	67.097	20.782	49.432	30.527	86.367	1.421	5.222	955.587	15,90
Acima de 360 dias	341.262	1.464.120	181.713	52.540	135.636	125.110	74.209	10.803	25.090	2.410.483	40,10
Vencidas até 14 dias	378	5.455	10.368	7.973	3.538	142	28	315	179	28.376	0,47
Total em 31/12/2017	463.833	3.401.667	453.982	130.289	264.149	180.381	180.941	29.119	43.110	5.147.471	85,63
%	7,72	56,59	7,55	2,17	4,39	3,00	3,01	0,48	0,72	85,63	-
Total em 31/12/2016	564.642	3.382.109	396.494	370.465	400.267	72.763	28.375	5.894	43.454	5.264.463	81,15
%	8,70	52,14	6,11	5,71	6,17	1,12	0,44	0,09	0,67	81,15	-
Curso Anormal											
Parcelas vincendas	-	-	54.480	62.286	143.921	98.064	29.373	35.118	141.957	565.199	9,40
01 a 30 dias	-	-	3.822	3.498	6.344	4.052	1.573	1.645	8.059	28.993	0,48
31 a 60 dias	-	-	3.701	4.221	5.372	3.793	1.606	1.581	7.291	27.565	0,46
61 a 90 dias	-	-	3.318	3.148	4.782	3.708	1.313	1.477	6.438	24.184	0,40
91 a 180 dias	-	-	9.044	9.319	26.841	8.821	3.461	3.909	16.590	77.985	1,30
181 a 360 dias	-	-	12.918	15.560	24.794	16.073	6.012	6.867	31.230	113.454	1,89
Acima de 360 dias	-	-	21.677	26.540	75.788	61.617	15.408	19.639	72.349	293.018	4,87
Parcelas vencidas	-	-	8.228	15.408	28.998	26.180	22.224	44.537	152.761	298.336	4,97
01 a 14 dias	-	-	-	780	2.108	1.628	414	409	1.943	7.282	0,12
15 a 30 dias	-	-	7.895	3.901	6.891	3.608	1.816	1.799	8.494	34.404	0,57
31 a 60 dias	-	-	333	9.816	7.487	3.811	1.906	18.141	9.760	51.254	0,85
61 a 90 dias	-	-	-	679	9.629	5.978	2.105	3.578	10.615	32.584	0,54
91 a 180 dias	-	-	-	232	2.883	10.265	14.194	16.587	34.307	78.468	1,32
181 a 360 dias	-	-	-	-	-	890	1.789	4.023	78.105	84.807	1,41
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	9.537	9.537	0,16
Total em 31/12/2017	-	-	62.708	77.694	172.919	124.244	51.597	79.655	294.718	863.535	14,37
%	-	-	1,04	1,29	2,88	2,07	0,86	1,33	4,90	14,37	-
Total em 31/12/2016	-	-	88.013	149.617	260.972	107.164	91.052	77.367	447.788	1.221.973	18,85
%	-	-	1,36	2,31	4,02	1,65	1,40	1,20	6,91	18,85	-
Total Geral											
Total em 31/12/2017	463.833	3.401.667	516.690	207.983	437.068	304.625	232.538	108.774	337.828	6.011.006	100,00
%	7,72	56,59	8,59	3,46	7,27	5,07	3,87	1,81	5,62	100,00	-
Total em 31/12/2016	564.642	3.382.109	484.507	520.082	661.239	179.927	119.427	83.261	491.242	6.486.436	100,00
%	8,70	52,14	7,47	8,02	10,19	2,77	1,84	1,29	7,58	100,00	-

c) Composição da carteira por segmento

Descrição	MB-Múltiplo				MB-Consolidado			
	Dez/2017	%	Dez/2016	%	Dez/2017	%	Dez/2016	%
Pessoa Física	3.282.561	62,36	3.097.093	53,47	3.956.851	65,83	3.772.573	58,16
Pessoa Jurídica	1.982.123	37,64	2.694.951	46,53	2.054.155	34,17	2.713.863	41,84
Construção civil	306.648	5,82	455.682	7,87	308.220	5,13	458.090	7,06
Transporte de passageiros, exceto aviação civil	192.159	3,65	290.356	5,01	213.496	3,55	297.249	4,58
Siderurgia	143.582	2,73	130.650	2,26	143.582	2,39	130.651	2,01
Prestação de serviços	138.068	2,62	145.957	2,52	138.195	2,30	146.192	2,25
Biocombustíveis e açúcar	136.091	2,58	142.558	2,46	136.091	2,26	142.558	2,20
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	81.735	1,55	106.909	1,85	102.102	1,70	107.013	1,65
Alimentos	78.517	1,49	128.169	2,21	99.963	1,66	128.414	1,98
Transporte de cargas e logística	93.684	1,78	121.681	2,10	95.051	1,58	123.247	1,90
Materiais de construção	90.149	1,71	147.101	2,54	90.149	1,50	147.166	2,27
Comércio varejista	55.404	1,05	40.640	0,70	55.434	0,92	40.724	0,63
Outros	666.086	12,66	985.248	17,01	671.872	11,18	992.559	15,31
Total geral	5.264.684	100,00	5.792.044	100,00	6.011.006	100,00	6.486.436	100,00

d) Composição da carteira por produto

MB – Múltiplo

Dezembro de 2017												Dez / 2016	
Produtos	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	%	Total	%
Crédito Pessoal INSS - Débito em Conta	-	1.121.689	118.862	22.297	23.386	19.922	18.860	18.170	105.524	1.448.710	27,52	1.504.745	25,98
Crédito Consignado INSS	-	826.993	20.841	1.517	2.122	789	719	818	12.030	865.829	16,45	610.055	10,53
Capital de Giro	5.536	51.558	143.022	129.382	151.210	65.468	67.299	6.128	32.705	652.308	12,39	1.111.175	19,18
Renegociação	-	-	-	-	208.323	153.463	33.501	43.504	111.475	550.266	10,45	577.952	9,98
Crédito Rural	297.966	19.221	32.665	9.055	1.298	50.321	17.195	25.394	-	453.115	8,61	461.783	7,97
Crédito Consignado Público	-	244.242	22.522	755	5.855	1.478	764	510	4.178	280.304	5,32	345.683	5,97
Cartão de Crédito Consignado	-	195.946	1.100	597	642	454	435	384	3.822	203.380	3,86	107.491	1,86
Conta Garantida	84.683	51.598	26.995	7.799	833	9	50	2.531	1.358	175.856	3,34	164.576	2,84
Cheque Empresa	757	7.938	67.900	15.292	8.967	1.370	2.801	3.833	25.790	134.648	2,56	372.505	6,43
Crédito Imobiliário	53.724	46.602	27.156	-	-	1.424	-	-	-	128.906	2,45	101.949	1,76
Cheque Especial	194	55.744	3.526	3.766	4.747	3.226	3.971	3.151	16.999	95.324	1,81	108.082	1,87
Câmbio	-	-	-	-	-	-	83.792	1.522	-	85.314	1,62	62.820	1,08
Cartão de Crédito	737	66.969	3.159	1.744	2.151	1.655	1.159	1.114	6.564	85.252	1,62	92.269	1,59
Crédito Pessoal	19.709	13.642	11.867	826	16.661	1.441	327	346	2.676	67.495	1,28	104.069	1,79
Outros	476	15.531	6.296	6.218	4.140	1.635	15	155	3.511	37.977	0,72	66.890	1,17
Total geral	463.782	2.717.673	485.911	199.248	430.335	302.655	230.888	107.560	326.632	5.264.684	100,00	5.792.044	100,00

MB – Consolidado

Dezembro de 2017												Dez / 2016	
Produtos	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	%	Total	%
Crédito Pessoal INSS - Débito em Conta	-	1.121.689	118.862	22.297	23.386	19.922	18.860	18.170	105.524	1.448.710	24,10	1.504.744	23,20
Crédito Consignado INSS	-	1.270.496	31.489	2.601	3.414	1.693	1.704	1.589	18.290	1.331.276	22,15	968.379	14,93
Capital de Giro	5.536	113.089	143.023	129.382	151.210	65.468	67.299	6.128	32.706	713.841	11,88	1.114.440	17,18
Renegociação	-	-	-	-	208.524	153.926	33.615	43.505	111.827	551.397	9,17	579.108	8,93
Crédito Consignado Público	-	412.584	40.455	1.044	9.208	1.973	1.229	788	7.752	475.033	7,90	630.283	9,72
Crédito Rural	297.966	19.221	32.665	9.055	1.298	50.321	17.195	25.394	-	453.115	7,54	461.783	7,12
Cartão de Crédito Consignado	-	195.946	1.100	597	642	454	435	384	3.822	203.380	3,38	107.491	1,66
Conta Garantida	84.683	51.598	26.995	7.799	833	9	50	2.531	1.358	175.856	2,93	164.576	2,54
Cheque Empresa	757	7.938	67.900	15.292	8.967	1.370	2.801	3.833	25.790	134.648	2,24	372.505	5,74
Crédito Imobiliário	53.724	46.602	27.156	-	-	1.424	-	-	-	128.906	2,14	101.949	1,57
Cheque Especial	194	55.744	3.526	3.766	4.747	3.226	3.971	3.151	16.999	95.324	1,59	108.082	1,67
Câmbio	-	-	-	-	-	-	83.792	1.522	-	85.314	1,42	62.820	0,97
Cartão de Crédito	737	66.969	3.159	1.744	2.151	1.655	1.159	1.114	6.564	85.252	1,42	92.269	1,42
Crédito Pessoal	19.709	13.642	11.867	826	16.661	1.441	327	346	2.676	67.495	1,12	104.069	1,61
Financiamento Veículos - CDC	51	10.618	2.197	7.362	1.887	108	86	164	1.009	23.482	0,39	47.048	0,73
Outros	476	15.531	6.296	6.218	4.140	1.635	15	155	3.511	37.977	0,63	66.890	1,01
Total geral	463.833	3.401.667	516.690	207.983	437.068	304.625	232.538	108.774	337.828	6.011.006	100,00	6.486.436	100,00

Notas Explicativas

Os créditos rurais são compostos, principalmente, por operações securitizadas, indexadas ao IGP-M, que rendem juros médios ponderados de 1,27% ao ano e representam 5,30%, do total da carteira de operação de crédito, (MB Consolidado 4,64%), sendo o valor do principal de R\$ 278.173 e dos juros de R\$ 1.007 totalizando R\$ 279.180 em dezembro de 2017. Em dezembro de 2016, o valor do principal era R\$ 279.630 e dos juros de R\$ 1.034 totalizando R\$ 280.664.

7.4. Cessões de créditos

A Resolução CMN nº 3.533/08, com modificações posteriores, em vigor desde 1º de janeiro de 2012, estabelece procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferências de ativos financeiros.

As operações de cessão de créditos na modalidade de operações com retenção substancial dos riscos e benefícios configuram-se pela prestação de coobrigação aos cessionários. Nesta modalidade, as operações cedidas permanecem registradas no ativo da instituição cedente e os recursos recebidos são registrados no ativo tendo como contrapartida o passivo financeiro decorrente da obrigação assumida. As receitas e despesas decorrentes dessas cessões são apropriadas no resultado pelo prazo remanescente das respectivas operações.

O Banco possui saldo de operações de crédito cedidas na modalidade com retenção substancial dos riscos e benefícios (Operações cedidas com coobrigação), conforme abaixo. Nessas operações, o Banco está exposto ao risco de crédito, de mercado e operacional, que são adequadamente monitorados e mitigados de conformidade com as normas em vigor (vide nota nº 21.), e retém como benefícios econômicos as receitas apuradas nas operações de cessão de crédito.

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Dez / 2017	Dez / 2016	Dez / 2017	Dez/2016
Saldo das operações cedidas com coobrigação – a valor presente	106.437	305.649	153.597	437.846
Circulante	59.156	162.987	92.490	251.783
Não circulante	47.281	142.662	61.107	186.063
Saldo das obrigações assumidas – a valor presente	120.997	350.472	173.155	499.154
Circulante	63.203	95.798	86.595	243.262
Não circulante	57.794	254.674	86.560	255.892

No exercício, o Banco apurou receitas com operações de venda ou transferência de operações de crédito, decorrente de operações cedidas sem retenção de risco, no montante de R\$ 182.370 (R\$ 201.727 em dezembro de 2016) e no consolidado no valor de R\$ 328.299 (R\$ 256.050 em dezembro de 2016), em conformidade com a Resolução CMN nº 3.533/08, para o montante cedido de R\$ 814.068 (R\$ 1.029.623 em 31 de dezembro de 2016) e R\$ 1.320.148 (R\$ 1.242.981 em 31 de dezembro de 2016), no consolidado, a valor presente nas respectivas datas das cessões.

No exercício, as despesas com as operações de venda ou de transferências de ativos financeiros decorrem, basicamente, das obrigações assumidas em função do prazo remanescente das operações cedidas com retenção de risco, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.533/08, no montante de R\$ 33.817 (R\$ 78.120 em 31 de dezembro de 2016) e no consolidado no valor de R\$ 46.901 (R\$ 105.735 em 31 de dezembro de 2016).

Notas Explicativas**8. OUTROS CRÉDITOS****8.1. Créditos tributários**

a) A composição dos créditos tributários é como segue:

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Dez / 2017	Dez / 2016	Dez / 2017	Dez / 2016
Imposto de Renda				
Base de Cálculo	1.272.757	1.274.126	1.350.940	1.385.159
Prejuízo fiscal	61.299	-	98.615	54.581
Diferenças temporárias	1.211.458	1.274.126	1.252.325	1.330.578
Total do efeito do IR	318.190	318.532	337.735	346.290
Contribuição Social				
Base de Cálculo	1.277.383	1.274.126	1.356.519	1.385.508
Diferenças temporárias à alíquota de 9%	-	-	3.111	4.024
Diferenças temporárias à alíquota de 15%	665.702	375.726	684.237	394.606
Diferenças temporárias à alíquota de 20%	545.756	898.400	564.977	931.948
Base negativa à alíquota de 15%	65.925	-	104.194	49.341
Base negativa à alíquota de 20%	-	-	-	5.589
Efeito da CSL	218.894	236.038	231.540	254.461
Efeito MP nº 1.807/99, atual 2.158-35/01	6.265	6.265	7.651	7.665
Total do efeito da CSL	225.159	242.303	239.191	262.126
Total	543.349	560.835	576.926	608.416
Circulante	252.607	328.186	262.887	344.407
Não circulante	290.742	232.649	314.039	264.009

b) A movimentação dos créditos tributários no período é como segue:

Crédito Tributário	MB - Múltiplo			MB – Consolidado		
	Diferenças temporárias	Prejuízo fiscal / Base negativa	MP nº 2.158-35/01	Diferenças temporárias	Prejuízo fiscal / Base negativa	MP nº 2.158-35/01
Imposto de Renda						
Saldos em 31/12/2016	318.532	-	-	332.644	13.646	-
Constituição	284.878	15.325	-	299.290	11.009	-
Realização	(304.679)	-	-	(319.343)	-	-
Efeito líquido no resultado	(19.801)	15.325	-	(20.053)	11.009	-
Outras	2.971	-	-	2.904	-	-
Incorporação MBL (vide nota nº 10.1.)	1.163	-	-	-	-	-
PERT (Lei 13.496/2017) (vide nota nº 20.e.)	-	-	-	(2.415)	-	-
Saldos em 31/12/2017	302.865	15.325	-	313.080	24.655	-
Contribuição Social						
Saldos em 31/12/2016	236.038	-	6.265	245.941	8.520	7.665
Constituição	209.983	9.888	-	219.221	8.899	-
Realização	(239.496)	-	-	(250.995)	-	(14)
Efeito líquido no resultado	(29.513)	9.888	-	(31.774)	8.899	-
Outras	1.783	-	-	1.742	-	-
PERT (Lei 13.496/2017) (vide nota nº 20.e.)	-	-	-	(1.788)	-	-
Incorporação MBL (vide nota nº 10.1.)	698	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2017	209.006	9.888	6.265	214.121	17.419	7.651
Total	543.349			576.926		

Os créditos tributários sobre adições temporárias decorrentes de contingências judiciais, cuja realização depende dos encerramentos dos questionamentos judiciais, montam em R\$ 89.346 (R\$ 84.128 em dezembro de 2016) e no consolidado em R\$ 95.421 (R\$ 93.002 em dezembro de 2016) e estão ativados com realização prevista até 2022.

Os créditos tributários compensáveis, constituídos e registrados em conformidade com a MP nº 1.807/99, atual 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, decorrem da aplicação da alíquota de 18,00% sobre a base negativa e adições temporárias

Notas Explicativas

ao lucro líquido para efeito de apuração da CSL, correspondentes a períodos de apuração encerrados até 31 de dezembro de 1998. Estes créditos não são regulados pela Resolução CMN nº 3.059/02 e estão ativados com realização prevista conforme demonstrado no quadro abaixo.

Os créditos tributários ativos, bem como os valores previstos de realização e seus respectivos valores presentes, calculados com base nas taxas de captação previstas para os exercícios correspondentes, são conforme seguem:

MB – Múltiplo

Realização do Crédito Tributário						
Exercícios	Imposto de Renda	Contribuição Social			Total	
	Crédito	Crédito	MP nº 2.158-35/01	Total	Dez / 2017	Dez / 2016
2017	-	-	-	-	-	328.186
2018	146.900	115.199	115	115.314	262.214	101.535
2019	53.686	31.974	958	32.932	86.618	22.813
2020	30.783	18.221	2.197	20.418	51.201	17
2021	10.943	6.305	1.872	8.177	19.120	106.203
2022	75.878	47.195	1.123	48.318	124.196	-
2023	-	-	-	-	-	2.081
Total	318.190	218.894	6.265	225.159	543.349	560.835
Valor Presente	262.165	187.669			449.834	461.935

MB – Consolidado

Realização do Crédito Tributário						
Exercícios	Imposto de Renda	Contribuição Social			Total	
	Crédito	Crédito	MP nº 2.158-35/01	Total	Dez / 2017	Dez / 2016
2017	-	-	-	-	-	344.407
2018	153.451	120.091	484	120.575	274.026	105.857
2019	57.474	34.300	1.450	35.750	93.224	24.693
2020	33.050	19.582	2.582	22.164	55.214	1.741
2021	13.312	7.727	1.873	9.600	22.912	116.858
2022	80.448	49.840	1.122	50.962	131.410	4.375
2023 a 2025	-	-	140	140	140	8.117
2026 a 2027	-	-	-	-	-	2.368
Total	337.735	231.540	7.651	239.191	576.926	608.416
Valor Presente	277.791	199.055			476.846	493.415

Como citado anteriormente, os créditos tributários sobre prejuízos fiscais, base negativa e diferenças temporárias são registrados de acordo com os requisitos previstos na Instrução CVM nº 371/02, Resolução CMN nº 3.059/02, Instrução Normativa SRF nº 213/02 e regulamentações complementares. A realização destes créditos tributários dependerá da efetiva materialização das projeções de lucros futuros previstos nos estudos técnicos elaborados pela Administração em dezembro de 2017 e aprovados pelos Conselhos de Administração e Fiscal. Assim, essas projeções de realização de créditos tributários são estimativas e não estão diretamente relacionadas com a expectativa de lucros contábeis.

Créditos tributários ativados

A MP nº 675/15, convertida na Lei nº 13.169/15, majorou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido do setor financeiro de 15% para 20% do lucro tributável, no período de setembro de 2015 a dezembro de 2018. Como decorrência, houve a atualização de créditos tributários constituídos sobre adições temporárias que se tornarão dedutíveis dentro do período em que vigorará referida alíquota majorada, em conformidade com o § 2º do artigo 1º da Circular Bacen nº 3.171/02.

Notas Explicativas

8.2. Devedores por depósitos em garantia

São compostos como segue:

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Dez / 2017	Dez / 2016	Dez / 2017	Dez / 2016
Depósitos recursais trabalhistas	24.485	21.283	27.446	24.655
Depósitos judiciais trabalhistas	85.258	76.924	86.612	78.960
Depósitos judiciais fiscais	72.827	60.084	108.338	101.914
Depósitos de ações cíveis	18.050	15.804	20.146	17.709
Total – Não circulante	200.620	174.095	242.542	223.238

As obrigações legais e as eventuais provisões trabalhistas, cíveis e tributárias correspondentes a estas causas estão provisionadas e classificadas na rubrica “Provisão para Outros Passivos” (vide nota nº 12.4.a).

8.3. Impostos a compensar

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Dez / 2017	Dez / 2016	Dez / 2017	Dez / 2016
COFINS – Lei nº 9.718/98 ^(I)	7.370	7.048	7.370	7.048
Contribuição social ^(II)	3.468	3.090	5.761	4.661
Imposto de renda pessoa jurídica ^(II)	6.375	4.591	14.361	10.959
Impostos e contribuições retidos na fonte	3.651	3.907	4.226	4.694
PIS/COFINS ^(III)	-	-	1.407	-
PERT ^(IV)	3.666	-	4.204	-
Outros	8	-	231	147
Total	24.538	18.636	37.560	27.509
Circulante	14.697	8.675	25.126	15.032
Não circulante	9.841	9.961	12.434	12.477

^(I) O valor da COFINS decorre de ação judicial, transitada em julgado em fevereiro de 2010, para recolher a COFINS sobre a base de cálculo reduzida, além de reaver o que pagou a maior sobre a diferença entre a base estendida pela Lei nº 9.718/98 e a base contemplando somente prestação de serviços. Em fevereiro de 2010, o Banco passou a recolher a COFINS com base nas receitas de prestação de serviços, com amparo na citada decisão judicial transitada em julgado e reconheceu o crédito no montante de R\$ 192.094, MB consolidado R\$ 204.770, líquido dos impostos. O ativo registrado foi apurado pela diferença entre a COFINS paga sobre a receita bruta e a COFINS apurada sobre as receitas de prestação de serviços. O Banco, desde o exercício de 2010, habilitou o referido crédito junto à Receita Federal do Brasil e passou a utilizá-lo em compensação com tributos administrados por este órgão. Com a edição da Lei nº 12.973/14, o Banco passou a recolher a COFINS com base na receita bruta de que trata o artigo 12 do Decreto-Lei nº 1.598/77.

Da mesma forma, destaca-se que o crédito de PIS decorrente de ação transitada em julgado, reconhecido em dezembro de 2005, no montante de R\$ 14.319, MB consolidado R\$ 15.755, líquido dos impostos, que teve como mérito recolher este tributo sobre a base de cálculo reduzida e reaver o que pagou a maior sobre a diferença entre a base estendida pela Lei nº 9.718/98 e a base contemplando somente as receitas de prestação de serviços, foi totalmente compensado, em exercícios anteriores, com tributos administrados pela Receita Federal do Brasil.

Não obstante os trânsitos em julgados obtidos nas ações do PIS e COFINS acima referidas, que caracterizam os créditos como líquidos e certos, a Receita Federal do Brasil homologou parcialmente as respectivas compensações, contestando o alcance do êxito obtido nas ações judiciais. As discussões administrativas em andamento têm avaliação de risco remoto por consultores jurídicos externos, na forma do item 86 do CPC 25, aprovado pela Deliberação CVM nº 594/09 e Resolução CMN nº 3.823/09.

^(II) Referem-se, basicamente, aos saldos credores apurados na DIPIJ de exercícios anteriores.

^(III) Refere-se, basicamente, à recuperação dos tributos COFINS e PIS, da controlada Banco Mercantil de Investimentos S.A., recolhidos a maior sobre receitas que não se enquadram no conceito de receita bruta, de que trata o artigo 12 do Decreto-Lei nº 1.598/77, com redação dada pela Lei nº 12.973/14.

^(IV) Refere-se a créditos tributários, adquiridos de controladas, a serem utilizados na liquidação de tributos, em conformidade com o Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) de que trata a Lei nº 13.496/2017 (vide nota nº 20.e.).

Notas Explicativas

8.4. Pagamentos a ressarcir são compostos como segue:

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Dez / 2017	Dez / 2016	Dez / 2017	Dez / 2016
Finsocial ^(I)	-	-	6.699	7.081
CPMF ^(II)	-	-	-	1.891
Créditos de previdência social ^(III)	-	-	550	1.029
ISS ^(IV)	-	-	-	5.331
CSLL ^(V)	1.044	-	1.044	-
PIS	538	-	538	-
FGTS	473	287	473	287
Outros	826	443	1.783	1.881
Total	2.881	730	11.087	17.500
Circulante	2.343	730	2.343	1.778
Não circulante	538	-	8.744	15.722

^(I) Os créditos relativos ao Finsocial decorrem de decisão judicial transitada em julgado da controlada Mercantil do Brasil Financeira S.A., que considerou improcedente o recolhimento desta contribuição, condenando a União a devolver às empresas controladas do Banco os valores recolhidos, atualizados monetariamente.

^(II) O crédito de CPMF, decorrente de decisão judicial transitada em julgado, refere-se a valores retidos indevidamente sobre as operações que compõem o objeto social da controlada, Mercantil do Brasil Leasing S.A., em operações de arrendamento mercantil para aquisição de bens e operações financeiras que estavam sujeitas à alíquota zero de CPMF, nos termos do disposto no artigo 8º, incisos III e IV, e §3º da Lei nº 9.311/96, e legislação complementar que equipara as empresas de leasing às instituições financeiras, totalmente compensado no primeiro semestre de 2017.

^(III) Os créditos de previdência social são decorrentes de ação judicial com decisão favorável transitada em julgado da controlada Banco Mercantil de Investimentos S.A., relativos a recolhimentos de INSS sobre pró-labore e sobre comissões pagas aos autônomos. Em julho de 2010, o referido crédito foi ajustado de acordo com valor do Requisitório de Pagamento emitido, em 28/06/2010, pela 5ª Vara da Justiça Federal de Minas Gerais.

^(IV) O crédito de ISS decorre de ação judicial com decisão favorável à controlada Mercantil do Brasil Leasing S.A., transitada em julgado, relativo a recolhimentos de ISS sobre a atividade de arrendamento mercantil no período de 1999 a 2008, cujo valor foi incorporado ao Banco (vide nota nº 10.1.), e reclassificado para a rubrica “Títulos e créditos a receber”, na modalidade de precatórios.

^(V) Refere-se ao crédito de CSL de outubro de 2002, habilitado junto à Receita Federal do Brasil, no primeiro semestre de 2017, para compensações futuras.

Créditos a recuperar “sub judice”

Em novembro de 2005, o Supremo Tribunal Federal – STF julgou inconstitucional o §1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, que instituiu nova base de cálculo para fins de apuração da COFINS, desde fevereiro de 1999, ao ampliar o conceito de faturamento. Assim, a base de cálculo da COFINS foi reduzida e ensejou a criação de um direito líquido e certo de reaver o que pagou-se a maior.

As instituições financeiras controladas possuem ações judiciais individuais em curso e na avaliação de seus consultores jurídicos externos o êxito destas ações é muito provável. Logo, caso o desfecho destas ações seja favorável, o montante dos créditos a serem reconhecidos e registrados contabilmente correspondem em R\$ 19.599 (R\$ 18.693 em dezembro de 2016).

8.5. Títulos e créditos a receber

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Dez / 2017	Dez / 2016	Dez / 2017	Dez / 2016
Cartão de crédito ^(I)	74.864	81.917	74.864	81.917
Créditos a receber ^(II)	-	1.801	11.921	8.308
Precatórios	35.442	32.481	38.965	39.596
Direitos creditórios	35.702	35.539	35.702	35.539
Títulos de capitalização	13.047	12.240	18.145	14.540
Outros	16	21	16	21
Total	159.071	163.999	179.613	179.921
Circulante	88.551	99.879	100.099	108.632
Não circulante	70.520	64.120	79.514	71.289

Notas Explicativas

⁽ⁱ⁾ Referem-se aos valores devidos pelos clientes referentes às compras efetuadas em cartões de crédito. Os respectivos valores a serem repassados para a administradora de cartão estão registrados em conta do passivo (vide nota nº 12.5.).

⁽ⁱⁱ⁾ Referem-se, basicamente, aos valores a receber decorrentes da venda dos imóveis, realizadas pela controlada Mercantil do Brasil Imobiliária e Agronegócio S.A.

8.6. Rendas a receber

Refere-se, basicamente, ao reconhecimento de crédito a receber referente à cláusula de ajuste de preço de venda, contida no contrato de alienação de participação societária na Cia de Seguros Minas Brasil celebrado, em 2008, entre o Banco e a Zurich Participações e Representações Ltda. O ajuste refere-se a desfecho favorável, em 2013, em ação judicial através da qual a Cia de Seguros Minas Brasil discutia com a União Federal sua condição de não contribuinte da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, decidida anteriormente em outra ação judicial transitada em julgado.

8.7. Devedores diversos

Refere-se, basicamente, a baixa de parcelas de crédito consignados que foram quitadas através de desconto em folha de pagamento e que aguardam o envio do recurso pelo respectivo Estado.

9. OUTROS VALORES E BENS

9.1. Outros valores e bens são compostos como seguem:

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Dez / 2017	Dez / 2016	Dez / 2017	Dez / 2016
Imóveis - dação em pagamento	304.415	208.555	306.415	227.886
Veículos e afins	422	243	741	379
Material em estoque	1.488	1.488	1.488	1.488
Outros bens não de uso	-	-	3	3
Total – Circulante	306.325	210.286	308.647	229.756

9.2. Despesas antecipadas

O saldo das despesas antecipadas é composto como segue:

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Dez / 2017	Dez / 2016	Dez / 2017	Dez / 2016
Comissão sobre originação de operações de crédito ⁽ⁱ⁾	9.202	20.742	31.954	72.430
Comissão sobre originação de operações de crédito – Circular Bacen nº 3.693/13 ⁽ⁱⁱ⁾	686	2.283	1.310	4.964
Custo de serviço de preparação de documentos e digitação de proposta de negócios ⁽ⁱⁱⁱ⁾	890	2.268	909	2.313
Custos diferidos captações internas e no exterior ^(iv)	3.609	3.145	3.609	3.145
Demais despesas antecipadas ^(v)	19.008	5.186	24.932	5.225
Total	33.395	33.624	62.714	88.077
Circulante	14.180	17.005	29.681	42.936
Não circulante	19.215	16.619	33.033	45.141

⁽ⁱ⁾ Referem-se, basicamente, às comissões sobre operações de crédito, originadas antes da entrada em vigor da Circular Bacen nº 3.693/13, na modalidade de créditos consignados, pagas aos correspondentes no País, que serão apropriadas mensalmente pelo prazo das respectivas operações de crédito, em conformidade com as normas vigentes. Essas apropriações são alocadas no subgrupo “Outras Despesas Administrativas” e atingiram, até 31 de dezembro de 2017, o montante de R\$ 11.539 (R\$ 27.540 em dezembro de 2016), MB consolidado R\$ 40.252 (R\$ 67.861 em dezembro de 2016). As comissões relativas aos créditos cedidos são apropriadas integralmente no resultado.

⁽ⁱⁱ⁾ Referem-se, basicamente, às comissões de originação de operações de crédito realizadas a partir de 01/01/2015, conforme Circular Bacen nº 3.693/13, na modalidade de créditos consignados, pagas aos correspondentes no País, que serão apropriadas mensalmente, no prazo máximo de 36 meses da data da realização das respectivas operações de crédito, observado o prazo máximo de 31/12/2019. Essas apropriações são alocadas no subgrupo “Outras Despesas Administrativas” e atingiram, até 31 de dezembro de 2017, o montante de R\$ 1.603 (R\$ 2.421 em dezembro de 2016), MB consolidado R\$ 3.675 (R\$ 7.531 em dezembro de 2016). As comissões relativas aos créditos cedidos são apropriadas integralmente no resultado.

Notas Explicativas

(III) Refere-se ao custo de preparação de documentos e implantação de propostas dos negócios gerados por correspondentes no País, para operações originadas até dezembro de 2014, cuja apropriação das despesas é realizada mensalmente de acordo com os prazos dos contratos, no subgrupo “Outras Despesas Administrativas”, que atingiram até dezembro de 2017, o montante de R\$ 1.378 (R\$ 9.435 em dezembro de 2016), MB consolidado R\$ 1.404 (R\$ 9.538 em dezembro de 2016). Os custos relacionados aos créditos cedidos são apropriados integralmente no resultado.

(IV) Trata-se de custos originados no processo de captação de recursos internos e no exterior, com apropriação pelos respectivos prazos dos títulos emitidos, seguindo o regime de competência contábil.

(V) Referem-se, basicamente, a seguros contratados, fianças contratadas, IPTU, aluguéis, taxa de alvará e licenciamento das agências, cujas apropriações das despesas são realizadas mensalmente de acordo com os prazos contratuais.

10. ATIVO PERMANENTE

10.1. Investimentos.

As participações em sociedades controladas são compostas como segue:

Descrição	DEZEMBRO DE 2017								
	MBI	MBF	MBL	BMI	MBC	MBD	MBACSP	MBEI	TOTAL
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	
Capital social	28.937	126.070	-	31.028	24.938	4.250	16.113	43.000	274.336
Patrimônio líquido	33.338	211.768	-	56.998	25.790	4.298	42.342	74.913	449.447
Total de ações	34.044	15.417	-	1.438	166.902	25	14.648	43.000	-
Ações ON	34.044	9.670	-	1.053	141.341	25	14.648	43.000	-
Ações PN	-	5.747	-	385	25.561	-	-	-	-
Participação %	100,00	85,60	-	78,78	99,99	100,00	100,00	100,00	-
Lucro / (Prejuízo) societário do exercício	(4.223)	31.279	-	(12.931)	809	(1.734)	14.010	570	27.780
Devoluções de ações no período	-	-	-	(43.372)	-	-	-	-	(43.372)
Incorporação MBL	-	-	(37.449)	-	-	-	-	-	(37.449)
Resultado de participações em coligadas e controladas	(4.223)	26.729	1.791	(10.185)	808	(1.733)	14.010	570	27.767
Equivalência patrimonial	(4.223)	18.862	1.791	(10.185)	808	(1.733)	14.010	570	19.900
Juros sobre o capital próprio pago ao Banco	-	7.867	-	-	-	-	-	-	7.867
(-) Dividendos distribuídos ao Banco	-	(7.867)	-	(458)	(229)	-	(3.662)	(146)	(12.362)
Ganho / (Perda) de capital	-	-	-	4.173	13	-	-	-	4.186
Valor dos investimentos	33.338	181.274	-	44.443	25.558	4.299	38.680	74.767	402.359
Descrição	DEZEMBRO DE 2016								
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	
Capital social	28.937	126.070	21.197	221.503	24.938	4.250	14.648	43.000	484.543
Patrimônio líquido	38.048	189.734	35.658	260.241	25.089	6.032	29.650	74.519	658.971
Total de ações	34.044	15.417	321.172	275.210	166.902	25	14.648	43.000	-
Ações ON	34.044	9.670	321.172	236.705	141.341	25	14.648	43.000	-
Ações PN	-	5.747	-	38.505	25.561	-	-	-	-
Participação %	100,00	85,60	100,00	36,23	99,99	100,00	100,00	100,00	-
Lucro / (Prejuízo) societário do exercício	1.895	635	1.439	9.074	67	(877)	5.125	690	18.048
Aquisições de ações no período	-	-	-	43.376	-	-	-	-	43.376
Redução de capital	-	-	-	-	-	-	(14.941)	-	(14.941)
Perda com variação no percentual de participação em controlada	-	-	-	(481)	-	-	-	-	(481)
Baixa reavaliação de bens em controladas	-	-	-	-	-	-	-	(71)	(71)
Resultado de participações em coligadas e controladas	1.895	81	2.075	6.640	67	(877)	5.125	689	15.695
Equivalência patrimonial	1.895	(2.861)	1.439	3.514	67	(877)	5.125	689	8.991
Juros sobre o capital próprio pago ao Banco	-	2.942	636	3.126	-	-	-	-	6.704
(-) Dividendos distribuídos ao Banco	(487)	-	-	-	(120)	-	(1.318)	(176)	(2.101)
Ganho / (Perda) de capital	-	(1)	-	(59)	(14)	-	-	-	(74)
Valor dos investimentos	37.561	162.412	35.658	94.285	24.966	6.032	28.332	74.343	463.589
(1) Mercantil do Brasil Imobiliária e Agronegócio S.A.									(5) Mercantil do Brasil Corretora S.A.
(2) Mercantil do Brasil Financeira S.A.									(6) Mercantil do Brasil Distribuidora S.A.
(3) Mercantil do Brasil Leasing S.A.									(7) Mercantil do Brasil Administradora e Corretora de Seguros e Previdência Privada S.A.
(4) Banco Mercantil de Investimentos S.A.									(8) Mercantil do Brasil Empreendimentos Imobiliários S.A.

Em 2016, houve aumento de capital na controlada Banco Mercantil de Investimentos S.A., no valor de R\$ 190.475, deliberado em AGE de 02 de março de 2016. O Banco subscreveu e integralizou 131.441.295 ações ordinárias, perfazendo investimento de R\$ 43.376, mantendo 51,00% do controle acionário e 36,23% de participação no capital social. Contudo, a homologação desse aumento de capital foi indeferida pelo Banco Central do Brasil, conforme informado em Fato Relevante de 01/06/2017, divulgado pela referida controlada. Assim, todos os recibos de subscrição de ações emitidos no âmbito do processo de Aumento de Capital foram cancelados e os respectivos valores devolvidos aos subscritores, com a remuneração dos títulos investidos, em cumprimento às disposições do artigo 3º, inciso VII, alínea "a", da Resolução nº 2.027/93.

Notas Explicativas

Em maio de 2017 houve a incorporação da subsidiária integral MBL, conforme deliberado em AGE de 31 de maio de 2017, sem a ocorrência de ágio ou deságio na operação, com versão da integralidade do seu acervo patrimonial para o Banco, que sucedeu à incorporada a título universal, em todos os seus bens, direitos e obrigações, nos termos dos artigos 227 da Lei nº 6.404/76 e normas complementares.

O Banco Mercantil de Investimentos S.A., por deliberação da AGE realizada em 28 de junho de 2017, ratificou o grupamento das ações representativas do capital social, aprovado em AGE de 26/04/2016, na proporção de 100 (cem) ações para 01 (uma) ação de cada espécie, passando o capital social a ser representado por 1.825.200 ações nominativas escriturais, sendo divididas em 1.115.057 ações ordinárias e 710.143 ações preferenciais, sendo homologado pelo Banco Central em 02 de agosto de 2017.

Evento subsequente:

O Banco Mercantil de Investimentos S.A., por Reunião do Conselho de Administração, de 11 de dezembro de 2017, deliberou o aumento de capital social no valor de R\$ 60.000, com emissão de 3.000.000 novas ações ordinárias nominativas escriturais ao preço de emissão de R\$ 20,00 reais por ação.

Neste contexto, o Banco Mercantil do Brasil S.A., no prazo de preferência encerrado em 15 de janeiro de 2018, subscreveu e integralizou 2.363.382 ações, perfazendo o investimento no montante de R\$ 47.268. Informações adicionais estão disponíveis no site da Companhia (www.bancobmi.com.br), no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no site da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br/pt_br/).

10.2. Provisão para perdas em investimentos

Refere-se, substancialmente, a constituição de provisão para desvalorização das cotas do FIP de titularidade da controlada MBEI, no montante de R\$ 47.352, decorrente do distrato ocorrido em setembro de 2015.

10.3. Imobilizado de uso

A movimentação dos bens do imobilizado de uso, líquidos da depreciação, é como segue:

MB – Múltiplo

Descrição	Dez / 2016	Adições	Transferências		Baixas	Dez / 2017
			Entradas	Saídas		
Móveis e equipamentos em estoque	5.898	9.971	5.861	(15.736)	-	5.994
Imobilizações em curso	133	-	-	(133)	-	-
Imóveis de Uso	26.988	18	133	-	-	27.139
Instalações	63.237	13.909	-	-	(3.107)	74.039
Móveis e Equipamentos de Uso	41.786	4.854	573	-	(1.902)	45.311
Sistema de Comunicação	4.828	123	36	-	(18)	4.969
Sistema de Processamento de Dados	44.722	4.847	8.780	-	(291)	58.058
Sistema de Segurança	4.810	347	486	-	(95)	5.548
Sistema de Transporte	37	-	-	-	-	37
(-) Depreciação	(76.928)	(19.445)	-	-	3.946	(92.427)
Total	115.511	14.624	15.869	(15.869)	(1.467)	128.668

Notas Explicativas**MB – Consolidado**

Descrição	Dez / 2016	Adições	Transferências		Baixas	Dez / 2017
			Entradas	Saídas		
Móveis e equipamentos em estoque	5.902	9.971	5.861	(15.736)	-	5.998
Imobilizações em curso	133	-	-	(133)	-	-
Imóveis de Uso	29.488	19.874	133	-	(14.007)	35.488
Instalações	63.237	13.909	-	-	(3.107)	74.039
Móveis e Equipamentos de Uso	42.396	4.854	573	-	(1.951)	45.872
Sistema de Comunicação	4.951	123	36	-	(18)	5.092
Sistema de Processamento de Dados	45.542	4.847	8.780	-	(341)	58.828
Sistema de Segurança	4.810	347	486	-	(95)	5.548
Sistema de Transporte	37	101	-	-	-	138
(-) Depreciação	(78.583)	(19.508)	-	-	4.044	(94.047)
Total	117.913	34.518	15.869	(15.869)	(15.475)	136.956

O saldo do imobilizado contempla reservas de reavaliação que será mantido até a sua efetiva realização, no montante de R\$ 142 (R\$ 151 em dezembro de 2016) (vide nota nº 13.3.).

10.4. Intangível

A movimentação dos itens do intangível, líquido da amortização, é como segue:

MB – Múltiplo

Descrição	Dez / 2016	Adições	Transferências		Baixas	Dez / 2017
			Entradas	Saídas		
Software	99.148	15.739	9.702	(9.702)	(3.692)	111.195
Intangíveis em uso	91.557	6.046	9.702	-	(3.398)	103.907
Intangíveis em desenvolvimento	7.591	9.693	-	(9.702)	(294)	7.288
(-) Amortização	(61.581)	(12.904)	-	-	3.132	(71.353)
Total	37.567	2.835	9.702	(9.702)	(560)	39.842

MB – Consolidado

Descrição	Dez / 2016	Adições	Transferências		Baixas	Dez / 2017
			Entradas	Saídas		
Software	99.419	15.856	9.702	(9.702)	(3.692)	111.583
Intangíveis em uso	91.828	6.078	9.702	-	(3.398)	104.210
Intangíveis em desenvolvimento	7.591	9.778	-	(9.702)	(294)	7.373
(-) Amortização	(61.852)	(12.908)	-	-	3.132	(71.628)
Total	37.567	2.948	9.702	(9.702)	(560)	39.955

11. CAPTAÇÕES**11.1. Depósitos****MB – Múltiplo**

Descrição	Depósitos				Total	
	À Vista	Poupança	Interfinanceiros	A Prazo	Dez / 2017	Dez / 2016
Indeterminado	262.488	179.484	-	1.077	443.049	529.292
Até 30 dias	-	-	-	141.795	141.795	98.866
De 31 a 60 dias	-	-	11.126	23.990	35.116	88.965
De 61 a 90 dias	-	-	1.466	29.186	30.652	68.525
De 91 a 180 dias	-	-	-	272.593	272.593	260.494
De 181 a 360 dias	-	-	38.270	314.613	352.883	725.071
Acima de 360 dias	-	-	29.194	5.060.167	5.089.361	5.006.653
Total	262.488	179.484	80.056	5.843.421	6.365.449	6.777.866
Circulante	262.488	179.484	50.862	783.254	1.276.088	1.771.213
Não circulante	-	-	29.194	5.060.167	5.089.361	5.006.653

Notas Explicativas**MB – Consolidado**

Descrição	Depósitos				Total	
	À Vista	Poupança	Interfinanceiros	A Prazo	Dez / 2017	Dez / 2016
Indeterminado	260.146	179.484	-	1.077	440.707	525.102
Até 30 dias	-	-	-	153.566	153.566	128.459
De 31 a 60 dias	-	-	11.126	24.352	35.478	93.993
De 61 a 90 dias	-	-	1.466	51.983	53.449	90.643
De 91 a 180 dias	-	-	-	313.057	313.057	258.727
De 181 a 360 dias	-	-	38.270	333.152	371.422	828.242
Acima de 360 dias	-	-	5.543	5.054.840	5.060.383	5.050.959
Total	260.146	179.484	56.405	5.932.027	6.428.062	6.976.125
Circulante	260.146	179.484	50.862	877.187	1.367.679	1.925.166
Não circulante	-	-	5.543	5.054.840	5.060.383	5.050.959

11.2. Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

a) Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares

Os recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares, são compostos como segue:

MB – Múltiplo

Descrição	Letras de Crédito do Agronegócio	Letras de Crédito Imobiliário	Letras Financeiras	Total	
				Dez / 2017	Dez / 2016
Até 30 dias	2.488	-	1.049	3.537	8.923
De 31 a 60 dias	9.797	4.135	-	13.932	5.448
De 61 a 90 dias	2.104	3.644	102.078	107.826	10.572
De 91 a 180 dias	44.728	15.021	98.598	158.347	51.894
De 181 a 360 dias	72.628	12.389	13.667	98.684	65.527
Acima de 360 dias	122.421	10.393	820	133.634	387.805
Total	254.166	45.582	216.212	515.960	530.169
Circulante	131.745	35.189	215.392	382.326	142.364
Não circulante	122.421	10.393	820	133.634	387.805

MB – Consolidado

Descrição	Letras de Crédito do Agronegócio	Letras de Crédito Imobiliário	Letras Financeiras	Total	
				Dez / 2017	Dez / 2016
Até 30 dias	2.488	-	1.049	3.537	8.923
De 31 a 60 dias	9.798	4.135	-	13.933	5.448
De 61 a 90 dias	2.104	3.644	102.078	107.826	10.572
De 91 a 180 dias	51.762	15.021	98.598	165.381	51.894
De 181 a 360 dias	79.637	12.389	13.667	105.693	65.527
Acima de 360 dias	129.441	10.393	820	140.654	387.805
Total	275.230	45.582	216.212	537.024	530.169
Circulante	145.789	35.189	215.392	396.370	142.364
Não circulante	129.441	10.393	820	140.654	387.805

b) Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior

Em dezembro de 2016, são compostas por “Recursos de Aceites e Emissão de Títulos”, no individual e consolidado, no montante de R\$ 71.723 (US\$ 22.007), adquiridas em 28 de dezembro de 2015, através da agência de *Grand Cayman*, na modalidade CD – *Certificate of Deposit*, com vencimento em 27 de dezembro de 2018. No primeiro semestre de 2017, o Banco procedeu o resgate total dos títulos e valores mobiliários no exterior.

Notas Explicativas

11.3. Outras obrigações – Dívidas Subordinadas

No individual e consolidado são compostas como seguem:

Papel	Trimestre / Ano		Valor da Operação	Remuneração	SalDOS em US\$ mil		SalDOS em R\$ mil	
	Emissão	Vencimento			Dez / 2017	Dez/ 2016	Dez / 2017	Dez/ 2016
Dívida Subordinada ⁽¹⁾	3º/2010	3º/2020	US\$ 250.000	9,63% a.a.	163.252	163.258	539.940	531.977
Total					163.252	163.258	539.940	531.977
Circulante					8.003	8.003	26.469	26.077
Não circulante					155.249	155.255	513.471	505.900

⁽¹⁾ Em julho de 2010, o Banco emitiu tranche do Tier II, no montante de US\$ 250.000, cuja aprovação como dívida subordinada foi homologada pelo Bacen em setembro de 2010, passando a integrar o nível II do Patrimônio de Referência, contemplado na apuração do índice da Basileia (vide nota nº 14.). O saldo de principal dos títulos no exterior foi reduzido de US\$ 250.000 para US\$ 155.383 devido a recompras realizadas que levaram em consideração a existência de excesso de margem não utilizada da referida emissão externa para fins de enquadramento de limites operacionais, as condições vantajosas para recompra dos títulos e os objetivos estratégicos da Instituição. Os saldos são objeto de *hedge accounting*, conforme notas 5.2.e. e 5.4.

11.4. Outras obrigações – Instrumentos de dívida elegíveis a capital

No individual e consolidado são compostas como seguem:

Papel	Trimestre / Ano		Valor da Operação	Remuneração	Dez / 2017	Dez / 2016
	Emissão	Vencimento				
Letra Financeira Subordinada	3º / 2016	3º / 2023	30.293	120% a 127% da taxa CDI	31.054	31.716
	3º / 2016	4º / 2023	7.258		7.411	7.552
	4º / 2016	4º / 2023	50.837		54.538	52.225
	1º / 2017	1º / 2024	16.883		18.417	-
	1º / 2017	2º / 2024	300		306	-
	2º / 2017	2º / 2024	21.417		22.249	-
	2º / 2017	3º / 2024	2.100		2.207	-
	3º / 2017	3º / 2024	6.690		6.911	-
	3º / 2017	4º / 2024	6.775		6.928	-
	4º / 2017	4º / 2024	61.447		62.288	-
	4º / 2017	1º / 2025	600		600	-
Total					212.909	91.493
Circulante					5.289	2.576
Não circulante					207.620	88.917
Total homologado ao nível II do Patrimônio de Referência – Res. CMN nº 4.192/13					190.120	90.542

11.5. Despesas com operações de captação no mercado

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Dez / 2017	Dez / 2016	Dez / 2017	Dez / 2016
Depósitos	589.553	901.780	601.823	941.985
Títulos e valores mobiliários no exterior	937	2.188	937	2.188
Operações compromissadas	30.188	114.058	25.808	102.484
Dívidas subordinadas ⁽¹⁾	63.885	(30.536)	63.885	(30.536)
Outras	85.587	95.814	87.245	96.813
Total	770.150	1.083.304	779.698	1.112.934

⁽¹⁾ As variações da receita/despesa de dívida subordinada decorrem, basicamente, da variação cambial ocorrida no período.

Notas Explicativas

12. OUTRAS OBRIGAÇÕES

12.1. Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados são compostas como segue:

Refere-se a tributos federais, estaduais e municipais a pagar no montante de R\$ 4.131 (R\$ 3.189 em dezembro de 2016) no individual e R\$ 4.864 (R\$ 3.451 em dezembro de 2016) no consolidado.

12.2. Sociais e estatutárias

Refere-se, basicamente, à participação nos lucros a pagar aos empregados referentes ao segundo semestre de 2017 e 2016 e juros sobre capital próprio e dividendos referentes ao segundo semestre de 2017 e 2016.

12.3. Fiscais e previdenciárias são compostas como segue:

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Dez / 2017	Dez / 2016	Dez / 2017	Dez / 2016
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	-	-	-	651
Provisão para impostos e contribuições sobre os lucros	-	-	939	974
Outros impostos e contribuições a recolher	25.151	28.362	28.214	31.758
Provisão para imposto de renda diferido	628	620	640	10.204
Total ⁽¹⁾	25.779	28.982	29.793	43.587
Circulante	25.779	28.362	29.781	42.946
Não circulante	-	620	12	641

⁽¹⁾ As Provisões para Riscos Fiscais, de R\$ 84.257 (R\$ 122.980 no consolidado), anteriormente registradas nesta rubrica, foram reclassificadas e estão demonstradas na nota 12.4.a - Provisão para Outros Passivos, nos termos da Carta Circular Bacen n.º 3.782/16. Assim, os saldos de 2016 foram ajustados de modo a contemplar as alterações da norma.

12.4. Provisão e passivos contingentes

a) Provisão para outros passivos

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Dez / 2017	Dez / 2016	Dez / 2017	Dez / 2016
Provisões para riscos fiscais	87.455	84.257	121.010	122.980
Provisões para processos trabalhistas	115.202	95.713	118.104	99.999
Provisões para processos cíveis	34.880	41.260	42.770	46.771
Outras	309	647	309	646
Total – Não circulante	237.846	221.877	282.193	270.396

As provisões trabalhistas e cíveis são registradas de acordo com estudos técnicos realizados pelos consultores jurídicos externos, cuja metodologia aplicada resulta numa melhor avaliação destas contingências. Em síntese, os referidos estudos apuram os percentuais de perda dos processos encerrados nos últimos dois anos para as ações cíveis e três anos para as ações trabalhistas, que são aplicados nas causas vigentes. Adicionalmente, nas ações trabalhistas com depósitos judiciais provisiona-se o montante integral dos respectivos depósitos. Cabe destacar que os processos trabalhistas movidos pelo Sindicato dos Bancários são analisados individualmente, não considerando, portanto, o percentual de perda histórica. As provisões decorrentes de processos trabalhistas e cíveis são consideradas suficientes pela Administração para cobrir perdas prováveis.

No caso das provisões para riscos fiscais (obrigações legais), o Banco possui ações judiciais em andamento, nas quais discute a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos. Referidos tributos estão provisionados, não obstante chances de êxito, de acordo com a opinião dos consultores jurídicos externos.

A Administração acompanha regularmente o andamento das obrigações legais referente aos processos trabalhistas, cíveis e fiscais incluindo os classificados como de risco provável pelos consultores jurídicos externos. O desfecho dessas ações judiciais poderá resultar em reversão das respectivas provisões para os processos em que o Banco venha obter favorável êxito judicial. Estas provisões são compostas como segue:

Notas Explicativas

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Dez / 2017	Dez / 2016	Dez / 2017	Dez / 2016
COFINS ^(I)	8.490	-	23.269	20.553
CSL ^(II)	-	-	13.608	13.195
INSS ^(III)	58.419	65.283	62.033	68.823
PIS ^(IV)	7.188	6.987	8.337	8.120
ISS ^(V)	13.269	11.903	13.268	11.903
Outros	89	84	495	386
Total – Não circulante	87.455	84.257	121.010	122.980

^(I) Referem-se ao questionamento da majoração da alíquota de 3,00% para 4,00% e da majoração da base de cálculo.

^(II) Refere-se, basicamente, ao questionamento da majoração da alíquota de CSL, instituída pelas Leis nº 8.114/90, LC nº 70/91, Emendas Constitucionais nºs 01/94 e 10/96 e Lei nº 9.316/96. Os valores estão depositados judicialmente.

^(III) Refere-se a questionamento judicial da majoração da alíquota do SAT (Decreto nº 6.042/07), majoração do SAT/RAT pelo índice do FAP, majoração da alíquota da contribuição previdenciária de 15% para 20%, relativa a autônomos, diretores e administradores (Lei nº 9.876/99) e outros. No período, o Banco obteve êxito no processo judicial transitado em julgado que questionava a incidência da contribuição previdenciária sobre aviso prévio indenizado (art. 28 Lei nº 8.212/91 c/c art. 457 da CLT), gerando a reversão de provisão no valor de R\$ 10.105.

^(IV) Refere-se, basicamente, ao questionamento da majoração da base de cálculo do PIS, instituída pela Emenda Constitucional nº 01/94, posteriormente substituída pela Emenda Constitucional nº 10/96, que continuou a exigir a incidência do PIS sobre a receita bruta operacional, retroagindo sua cobrança desde janeiro de 1996. Os valores estão depositados judicialmente.

^(V) Refere-se, basicamente, a questionamentos judiciais provenientes de autos de infração e de demandas judiciais relativo ao ISS. A matéria discutida, na sua maioria, está relacionada às exigências fiscais municipais que extrapolam os ditames da Lei Complementar nº 116/03, no que tange a tributação de receitas que não estão relacionadas a prestação de serviços.

A movimentação dos riscos fiscais e das provisões trabalhistas e cíveis é como segue:

Descrição	MB – Múltiplo			MB – Consolidado		
	Riscos Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Riscos Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldos em 31/12/2016	84.257	95.713	41.260	122.980	99.999	46.771
Constituições / (Reversões)	(656)	8.432	15.389	959	7.947	19.967
Atualização Monetária	4.140	9.138	540	5.679	9.420	597
Liquidações	-	1.854	(22.312)	(6)	738	(24.565)
Incorporação MBL (vide nota nº 10.1.)	8.316	65	3	-	-	-
PERT (vide nota nº 20.e)	(8.602)	-	-	(8.602)	-	-
Saldos em 31/12/2017	87.455	115.202	34.880	121.010	118.104	42.770
Depósitos judiciais (vide nota nº 8.2.)	72.827	109.743	18.050	108.338	114.058	20.146

b) Passivos contingentes

O Mercantil do Brasil tem ações de naturezas cíveis e tributárias envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos externos, para as quais não há provisões constituídas, de conformidade com a Resolução CMN nº 3.823/09 e Deliberação CVM nº 594/09. O saldo das ações cíveis posicionou-se em R\$ 1.047 (R\$ 986 em dezembro de 2016), no individual e consolidado. As ações tributárias totalizaram R\$ 6.078 (R\$ 5.714 em dezembro de 2016), MB Consolidado R\$ 9.698 (R\$ 10.983 em dezembro de 2016).

Além das ações contingentes, de naturezas cíveis e tributárias, acima referidas, o Banco estava sujeito ao pagamento de possíveis indenizações fixadas no Contrato de Alienação Societária da Cia de Seguros Minas Brasil, atual Zurich Participações e Representações Ltda, relativamente a reembolso de sinistros ocorridos e pendentes de pagamento à época do fechamento do negócio. Para solucionar tais questões, o Banco, em atenção ao que prevê o contrato e após notificações encaminhadas, entendeu por bem instaurar Procedimento de Arbitragem junto à Câmara de Comércio Brasil-Canadá. No segundo semestre de 2015, as partes transacionaram e chegaram a um acordo em relação à totalidade da controvérsia objeto do procedimento arbitral, cuja provisão, em dezembro de 2017, monta em R\$ 2.579 (R\$ 4.138 em dezembro de 2016).

Notas Explicativas

12.5. Outras obrigações – Credores diversos - País

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Dez / 2017	Dez / 2016	Dez / 2017	Dez / 2016
Sistema de cartão de crédito ^(I)	79.273	73.562	79.273	73.562
Provisão para despesas administrativas	30.826	40.314	31.196	44.477
Operações de crédito consignado a processar	319	93	502	185
Provisão comissões sobre colocações serviços intermediação de operação de credito	2.554	394	8.597	1.916
Outros	20.693	23.115	25.119	23.928
Total – Circulante	133.665	137.478	144.687	144.068

^(I) Refere-se a valores a pagar às operadoras de cartão, que são as responsáveis pelo pagamento aos estabelecimentos comerciais das compras procedidas pelos clientes do Mercantil do Brasil.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

13.1. Capital social

O Capital social é dividido em ações nominativas escriturais, da seguinte forma:

a) Capital social – de domiciliados no país

Ações	MB – Múltiplo			
	Dez / 2017		Dez / 2016	
	Quantidade	R\$ mil	Quantidade	R\$ mil
Ordinárias	26.262.082	246.864	26.262.082	246.864
Preferenciais	19.837.918	186.476	19.837.918	186.476
Total do capital subscrito e integralizado	46.100.000	433.340	46.100.000	433.340
Ordinárias – Aumento de Capital Realizado	5.887.472	59.368	-	-
Total	51.987.472	492.708	-	-
Valor nominal em reais antes do aumento	9,40		9,40	

O Capital Social do Banco poderá ser aumentado em até o limite de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), independentemente de alteração do Estatuto Social, nos termos do artigo 168º da Lei das Sociedades por Ações, mediante deliberação do Conselho de Administração. Competirá ao Conselho de Administração fixar o preço e prazo de subscrição e integralização, bem como as demais condições da emissão de ações.

b) Aumento de Capital

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 07 de agosto de 2017, foi aprovado o aumento de capital social, no valor de R\$ 60.000, mediante subscrição privada de 6.315.790 novas ações ordinárias escriturais, ao preço de emissão de R\$ 9,50 por ação, com valor nominal de R\$ 9,40 por ação, sendo R\$ 59.368 incorporados ao capital social e R\$ 632 registrados em Reserva de Capital, até posterior deliberação. O aumento de capital foi totalmente subscrito e integralizado até 31 de dezembro de 2017 e está em processo de homologação do Banco Central do Brasil. Informações adicionais estão disponíveis no site da Companhia (www.mercantildobrasil.com.br), no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no site da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br/pt_br/).

13.2. Reservas de capital e de lucros

As Reservas de capital e de lucros, no individual e consolidado, são como segue:

Descrição	Dez / 2017	Dez / 2016
Reserva de capital ^(I)	43.375	42.743
Reservas de lucros	240.003	229.026
Reserva legal ^(II)	62.171	60.858
Reservas estatutárias ^(III)	177.832	168.168

^(I) São representadas, substancialmente, por reserva de ágio na subscrição de ações e de subvenções para investimentos.

^(II) Constituída à base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitada a 20% do capital social.

^(III) Constituída com base no lucro líquido remanescente após todas as destinações estabelecidas pelo estatuto, permanecendo o seu saldo acumulado à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral.

Notas Explicativas

Conforme disposição estatutária, está assegurado aos acionistas o pagamento de dividendo obrigatório, em percentual que poderá ser uniforme ou variável em cada semestre, mas que deverá perfazer, no mínimo, 25% do lucro líquido de cada exercício social.

É assegurado aos titulares das ações preferenciais o direito ao recebimento de dividendo, por ação preferencial, 10% maior do que o atribuído a cada ação ordinária ou o direito ao recebimento de dividendos mínimos anuais não cumulativos de 6% sobre o valor nominal da ação, sendo efetivamente pago o dividendo que, dentre essas duas alternativas, represente o de maior valor.

Conforme definição estatutária é destinada até 90% do lucro líquido, após a distribuição de dividendos e constituição da reserva legal, para reservas estatutárias para aumento de capital, limitada a 80% do capital social. O saldo remanescente é direcionado para reservas estatutárias de dividendos futuros.

No exercício de 2017, foram declarados dividendos aos acionistas, na forma de Juros sobre o Capital Próprio, no valor de R\$ 13.163 (R\$ 21.087 em dezembro de 2016), correspondente a um valor líquido de imposto de renda de R\$ 11.189 (R\$ 17.924 em dezembro de 2016), cabendo às ações ordinárias R\$ 0,00 (R\$ 0,256402 em dezembro de 2016) e às ações preferenciais R\$ 0,564000 (R\$ 0,564086 em dezembro de 2016) por ação, líquido do imposto de renda. O benefício fiscal gerado foi de R\$ 5.823 (R\$ 9.489 em dezembro de 2016).

A destinação do lucro líquido é como segue:

Descrição	MB – Múltiplo	
	Dez / 2017	Dez / 2016
Lucro líquido do exercício	26.244	18.319
Realização de reservas de reavaliação	9	11
Reversão de reservas estatutárias	-	3.673
Provisão Garantias Financeiras Prestadas - Resolução nº 4.512/13	(2.113)	-
Total a ser destinado	24.140	22.003
Reserva legal	1.313	916
Reservas estatutárias	9.664	-
Para aumento de capital	8.698	-
Para dividendos futuros	966	-
Juros sobre o capital próprio imputados ao dividendo:	13.163	21.087
Valor líquido	11.189	17.924
Imposto de renda na fonte	1.974	3.163

13.3. Reservas de Reavaliação

Em cumprimento ao disposto no artigo 4º, § 2º, da Instrução CVM nº 469/08, o Banco e Controladas optaram por manter, até a sua efetiva realização, os saldos das reservas de reavaliação constituídas até a vigência da Lei nº 11.638/07, inclusive as reavaliações reflexas decorrentes da aplicação do método da equivalência patrimonial. Atualmente, o saldo da reserva de reavaliação oriunda das reavaliações refere-se aos imóveis da controlada Mercantil do Brasil Empreendimentos Imobiliários S.A., que monta em R\$ 142 (R\$ 151 em dezembro de 2016).

14. GERENCIAMENTO DE CAPITAL E LIMITES OPERACIONAIS

O Mercantil do Brasil dispõe de Estrutura de Gerenciamento de Capital, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.988/11, que compreende o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que está sujeita e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos.

A Estrutura de Gerenciamento de Capital Mercantil do Brasil abrange todas as Instituições do Conglomerado Prudencial, conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), considerando também os possíveis impactos oriundos dos riscos associados às demais empresas integrantes do consolidado econômico-financeiro. Esta estrutura é compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e a dimensão de sua exposição a riscos. É constituída em uma unidade única, centralizada na Gerência de Gestão da Estratégia e Orçamento e subordinada ao Comitê Diretivo do Mercantil do Brasil.

Notas Explicativas

Com o objetivo de garantir a efetividade do Gerenciamento de Capital, a organização estrutural contempla, ainda, uma atuação compartilhada de responsabilidades e controles, em que todos os envolvidos devem acompanhar a conformidade de seus processos, estabelecendo e praticando controles internos e planos de ação que minimizem os riscos e corrijam as deficiências.

A gestão do capital possibilita à Instituição uma avaliação consistente do Capital necessário para suportar o crescimento projetado, além da adoção de uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de Capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Dentro deste contexto, o Mercantil do Brasil tem como objetivo otimizar o capital alocado nos segmentos de negócios, com foco na utilização eficiente deste capital e sua rentabilização, atendendo aos requerimentos mínimos de capital regulamentar exigidos.

As regras de mensuração do capital regulamentar, conhecido como Basileia III, nos termos da Resolução CMN nº 4.192/13, contemplam em sua metodologia de mensuração, análise e administração de riscos de crédito e riscos operacionais. Complementarmente, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.193/13, ficou estabelecida a exigência mínima de 9,875% de Patrimônio de Referência em relação aos ativos ponderados pelo risco, até dezembro de 2016 e 9,25% até dezembro de 2017. Estabeleceu-se, também, requerimentos mínimos de Capital Nível I de 6,0% a partir de janeiro de 2017; e de Capital Principal de 4,5% desde outubro de 2013. Para 2017, ficou estabelecido, ainda, a exigência de um adicional de capital principal de 1,25%.

O quadro abaixo demonstra a apuração consolidada do índice de Basileia III:

Descrição	Dez / 2017	Dez / 2016
a) Patrimônio de Referência - PR (a = b + c)	980.021	1.036.633
b) Patrimônio de Referência Nível I	589.624	644.396
b.1) Capital Principal – CP	588.372	643.551
b.3) Ajuste Participações de não controladores Nível I	1.252	845
c) Patrimônio de Referência Nível II	390.397	392.237
c.1) Dívidas Subordinadas/LFs Subordinadas	388.728	391.110
c.2) Ajuste Participações de não controladores do Nível II	1.669	1.127
d) Ativos Ponderados por Risco (RWA)	6.557.717	7.101.909
d.1) RWA Para Risco de Crédito por Abordagem Padronizada - RWA_{cpad}	5.447.023	6.106.610
d.2) RWA Para Risco de Mercado - RWA_{mpad}	1.354	1.984
d.3) RWA Para Risco Operacional Por Abordagem Padronizada - RWA_{opad}	1.109.340	993.315
e) Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA (e = d x 9,875% até dezembro 2016 e 9,250% a partir de janeiro 2017)	606.589	701.313
f) Margem Sobre o Patrimônio de Referência Requerido (f = a - e)	373.432	335.320
g) Patrimônio de Referência Nível I Mínimo Requerido para o RWA (g = d x 6,0% desde janeiro de 2015)	393.463	426.114
h) Margem sobre o Patrimônio de Referência Nível I Requerido (h = b - g)	196.161	218.282
i) Capital Principal Mínimo Requerido para o Rwa (i = d x 4,5%)	295.097	319.586
j) Margem sobre o Capital Principal Requerido (j = b.1 - i)	293.275	323.965
k) Valor Correspondente ao R_{ban}	26.696	12.880
l) Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o Rwa e para R_{ban} (l = e + k)	633.285	714.193
m) Margem sobre o PR Considerando a R_{ban} (m = a - l)	346.736	322.440
n) Valor requerido de adicional de capital principal (n = d x 0,625% no ano de 2016 e 1,250% a partir de janeiro de 2017)	81.971	44.387
o) Índice de Basileia (o = a/d x 100)	14,94	14,60
p) Capital de Nível I (p = b/d x 100)	8,99	9,07
q) Capital Principal (q = b.1/d x 100)	8,97	9,06

Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50,00% do valor do patrimônio líquido ajustado na forma da regulamentação em vigor. O Banco optou pela apuração dos índices de imobilização e de risco consolidados, abrangendo todas as instituições financeiras do conglomerado, posicionando o índice de imobilização em 22,73% (22,62% em dezembro de 2016).

Notas Explicativas

14.1. RAZÃO DE ALAVANCAGEM

Em atendimento à Circular Bacen nº 3.748/15, o Banco apura a Razão de Alavancagem (RA) de sua estrutura patrimonial. Trata-se da relação entre o Nível I de Patrimônio de Referência, de que trata a Resolução CMN nº 4.192/13 e normas complementares, e a Exposição Total apurada na forma do artigo 2º da Circular Bacen nº 3.748/15.

Maiores detalhes sobre a Política de Gerenciamento de Capital e razão de alavancagem (RA) de sua estrutura patrimonial, tanto sob o aspecto quantitativo quanto qualitativo, estão disponíveis no site, www.mercantildobrasil.com.br, na área de Relação com Investidores (RI).

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

15.1. As transações com as partes relacionadas são realizadas com os prazos, condições e taxas aplicáveis em conformidades e condições gerais de mercado, considerando ausência de risco.

Os saldos e resultados das operações são como segue:

Empresas	ATIVOS		PASSIVOS				
	Aplicações interfinanceiras de liquidez	Valores a receber de ligadas	Dividendos/JCP a pagar	Depósitos Totais	Recursos de aceites e emissão de títulos	Operações compromissadas	Valores a pagar a ligadas
Dezembro de 2017							
Banco Mercantil de Investimentos S.A. ^(I)	-	176	458	23.860	-	1.486	-
Mercantil do Brasil Corretora S.A. ^(I)	-	15	229	81	-	11.719	1.513
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A. ^(I)	-	3	-	31	-	4.118	285
Mercantil do Brasil Financeira S.A. ^(I)	390.507	390	6.687	1.693	-	26.032	1.867
Mercantil Administração e Corretagem de Seguros S.A. ^(I)	-	2	-	3.165	-	-	-
Mercantil do Brasil Imobiliária e Agronegócio S.A. ^(I)	-	23	-	15.482	-	-	-
Mercantil do Brasil Administradora e Corretora de Seguros e Previdência Privada S.A. ^(I)	-	31	3.662	24.924	-	-	-
SANSA –Negócios Imobiliários S.A. ^{(I) (**)}	-	1	-	769	-	-	-
COSEFI - Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros ^{(I) (*)}	-	10	-	21.830	-	-	-
Mercantil do Brasil Empreendimentos Imobiliários S.A. ^(I)	-	3	146	4.197	-	-	9
Outros ^(II)	-	-	-	39.549	6.815	-	222
Total	390.507	654	11.182	135.581	6.815	43.355	3.896
^(I) Controladas direta e indiretamente							
^(II) Controladores e pessoal chave da administração							
^(*) Denominação social anterior: COSEFI – Companhia Estipulante de Seguros, alterada pela AGE de 01/09/2017							
^(*) Denominação social anterior: SANSA – Serviços e Negócios Imobiliários S.A., alterada pela AGE de 04/12/2017							

Notas Explicativas

Empresas	ATIVOS		PASSIVOS				
	Aplicações interfinanceiras de liquidez	Valores a receber de ligadas	Dividendos/JCP a pagar	Depósitos Totais	Recursos de aceites e emissão de títulos	Operações compror-missadas	Valores a pagar a ligadas
Dezembro de 2016							
Banco Mercantil de Investimentos S.A. ^(I)	-	59	2.657	9.405	-	5.503	-
Mercantil do Brasil Corretora S.A. ^(I)	-	28	120	88	-	10.545	-
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A. ^(I)	-	6	-	297	-	4.637	-
Mercantil do Brasil Financeira S.A. ^(I)	244.402	407	2.501	3.186	-	19.344	-
Mercantil Administração e Corretagem de Seguros S.A. ^(I)	-	2	-	1.320	-	-	-
Mercantil do Brasil Leasing S.A. ^(I) (vide nota nº 10.1.)	-	30	240	78	-	26.800	-
Mercantil do Brasil Imobiliária S.A. ^(I)	-	17	487	12.545	-	-	-
Mercantil do Brasil Administradora e Corretora de Seguros e Previdência Privada S.A. ^(I)	-	44	1.318	24.673	-	-	-
SANSA – Negócios Imobiliários S.A. ^{(I)(**)}	-	1	-	1.072	-	-	-
COSEFI - Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros ^{(I)(*)}	-	7	-	5.671	-	-	-
Mercantil do Brasil Empreendimentos Imobiliários S.A. ^(I)	-	8	176	6.271	-	-	9
Outros ^(II)	-	-	2.702	54.959	7.923	-	-
Total	244.402	609	10.201	119.565	7.923	66.829	9
^(I) Controladas direta e indiretamente							
^(II) Controladores e pessoal chave da administração							
^(*) Denominação social anterior: COSEFI – Companhia Estipulante de Seguros, alterada pela AGE de 01/09/2017							
^(**) Denominação social anterior: SANSA – Serviços e Negócios Imobiliários S.A., alterada pela AGE de 04/12/2017							

Receitas / (Despesas)				
Empresas	Dez / 2017		Dez / 2016	
	Resultado da intermediação financeira	Outras receitas / (despesas)	Resultado da intermediação financeira	Outras receitas / (despesas)
Banco Mercantil de Investimentos S.A. ^(I)	(1.698)	1.216	(5.406)	984
Mercantil do Brasil Corretora S.A. ^(I)	(1.004)	281	(1.639)	361
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A. ^(I)	(428)	55	(726)	89
Mercantil do Brasil Financeira S.A. ^(I)	31.730	4.650	39.149	5.336
Mercantil Administração e Corretagem de Seguros S.A. ^(I)	(160)	23	(166)	24
Mercantil do Brasil Leasing S.A. ^(I) (vide nota nº 10.1.)	(1.273)	146	(3.389)	371
Mercantil do Brasil Imobiliária e Agronegócio S.A. ^(I)	(1.303)	169	(1.738)	214
Mercantil do Brasil Administradora e Corretora de Seguros e Previdência Privada S.A. ^(I)	(2.565)	534	(3.608)	550
SANSA - Negócios Imobiliários S.A. ^{(I)(**)}	(75)	10	(147)	19
COSEFI - Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros ^{(I)(*)}	(914)	86	(758)	92
Mercantil do Brasil Empreendimentos Imobiliários S.A. ^(I)	(530)	(33)	(1.176)	30
Outros ^(II)	(3.580)	-	(7.965)	-
Total	18.200	7.137	12.431	8.070
^(I) Controladas direta e indiretamente				
^(II) Controladores e pessoal chave da administração				
^(*) Denominação social anterior: COSEFI – Companhia Estipulante de Seguros, alterada pela AGE de 01/09/2017				
^(**) Denominação social anterior: SANSA – Serviços e Negócios Imobiliários S.A., alterada pela AGE de 04/12/2017				

15.2. Remuneração dos administradores e benefícios pós-emprego

O Banco implantou, desde 2012, Plano de Remuneração específico para os administradores que contempla diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável alinhadas à política de gestão de riscos da Instituição e às melhores práticas de mercado, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.921/10.

Notas Explicativas

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global da remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria do Banco, conforme previsto no Estatuto Social. O direito à Remuneração Variável está condicionado ao atingimento dos objetivos estratégicos da Instituição, às metas individuais e de áreas de atuação dos administradores.

Até 31 de dezembro de 2017, não ocorreu qualquer deliberação quanto a benefícios pós-emprego.

- Benefícios de curto e longo prazo a administradores e remuneração baseada em fundo exclusivo de ações**

Os benefícios de curto prazo e longo prazo são como seguem:

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Dez / 2017	Dez / 2016	Dez / 2017	Dez / 2016
Honorários do Conselho de Administração e da Diretoria	15.896	16.750	27.566	25.421
Remuneração fixa	15.896	16.750	25.856	25.141
Participação estatutária		-	1.710	280
Pagamento em espécie - curto prazo		-	855	280
Pagamento em cotas de fundo de ações do MB - longo prazo	-	-	855	-

- Benefícios de rescisão do contrato de trabalho**

A extinção da relação de trabalho não dá direito a qualquer compensação financeira.

15.3. Outras informações

Não são efetuados empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias, membros do Conselho de Administração, da Diretoria, bem como a seus respectivos cônjuges, companheiros, parentes até 2º grau e demais pessoas, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.596/17.

16. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

O Banco, juntamente com outras empresas controladas, é Patrocinador da CAVA – Caixa “Vicente de Araújo” do Grupo Mercantil do Brasil, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos, constituída em 3 de maio de 1958. Tem por finalidade a concessão de benefícios complementares ou assemelhados aos da previdência social aos associados admitidos até 25 de junho de 1980 (plano de benefício definido para massa fechada) e a prestação de serviços de caráter social aos participantes e seus beneficiários. As Patrocinadoras respondem por contribuições em percentual não inferior a 30,00% do custo total do plano de benefícios e serviços. Os benefícios complementares concedidos aos participantes do plano são: Auxílio-Aposentadoria; Auxílio Natalidade; Auxílio Educacional; Auxílio-Doença; e Auxílio-Funeral; Pecúlio por morte.

Em 31 de dezembro de 2017, o grupo patrocinador mantinha 26 (28 em dezembro de 2016) participantes ativos com direito a suplementação de aposentadoria e 567 (577 em dezembro de 2016) participantes assistidos em benefício de aposentadoria.

As contribuições no exercício corresponderam a R\$ 1.343 (R\$ 1.490 em dezembro de 2016) MB Consolidado R\$ 1.349 (R\$ 1.495 em dezembro de 2016).

Como premissas atuariais adotadas para a avaliação do Plano tem-se as Premissas Biométricas: Tábua de Mortalidade Geral: AT-2000; Tábua de Entrada em Invalidez: IAPB-57; e Tábua de Mortalidade de Inválidos: IAPB-57. Tem-se também as Premissas Financeiras: Taxa Real de Desconto para Determinação da Obrigação Atuarial: 5,1325% a.a.; Inflação Anual Futura Estimada: 3,91% a.a.; Taxa Nominal de Desconto para Determinar a Receita (Custo) do Plano: 8,85% a.a.; e Taxa de Crescimento de Salários: 2,00% a.a.

Os resultados atuariais são divulgados de acordo com o parecer do Atuário Independente, de dezembro de 2017, elaborado com base nas demonstrações financeiras até dezembro de 2017, na Deliberação CVM nº 695/12 e no Convênio de Adesão firmado entre as Patrocinadoras e a CAVA, o Banco Mercantil do Brasil S.A. – Patrocinador Líder.

Notas Explicativas

O quadro a seguir apresenta o valor líquido de ativo x passivo e representa o déficit ou superávit do plano de benefício definido, conforme segue:

Descrição	Dez / 2017	Dez / 2016
Obrigação de benefício definido	(38.831)	(33.341)
Valor justo do ativo do plano	16.876	18.532
Déficit Líquido	(21.955)	(14.809)

A partir de 1º de janeiro de 2016 os ganhos e perdas atuariais decorrente das remensurações do valor líquido de ativos/passivos de benefício definido passaram a ser reconhecidas na conta Ajustes de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido nos termos da Resolução CMN nº 4.424/15, cujo saldo monta em R\$ 9.565 (R\$ 3.339 em 31 dezembro de 2016).

Reconciliação do valor justo dos ativos do plano	
Saldo inicial em 31/12/2016	18.532
Juros sobre o valor justo do ativo	1.642
Fluxos de caixa	(4.340)
Benefício pago pelo plano	(3.742)
Despesa administrativa paga pelo ativo do plano	(598)
Redimensionamento do valor justo do ativo do plano	1.042
Rendimento do valor justo do ativo do plano	1.042
Saldo final em 31/12/2017	16.876

Reconciliação da obrigação de benefício definido	
Saldo inicial em 31/12/2016	(33.341)
Custo do serviço	(5)
Custo do serviço corrente bruto	(5)
Custo dos juros	(2.952)
Fluxos de caixa	3.743
Benefícios pagos líquidos de contribuições de assistidos	3.743
Redimensionamento da obrigação	(6.276)
Efeito da alteração de premissas financeiras	(4.263)
Efeito da experiência do plano	(2.013)
Saldo final em 31/12/2017	(38.831)

A Análise de Sensibilidade para cada premissa atuarial significativa é como segue:

Taxa real de desconto	
1. Taxa real de desconto -1,0% / -0,5%	41.837
Premissa da análise	4,13%
2. Taxa real de desconto +1,0% / +0,5%	36.198
Premissa da análise	6,13%
Tábua Geral de Mortalidade	
1. Tábua de mortalidade suavizada em 10,0%	39.599
Expectativa de sobrevivência aos 60 anos	25,62
2. Tábua de mortalidade agravada em 10,0%	35.532
Expectativa de sobrevivência aos 60 anos	22,89

No que tange à exposição a riscos ligados ao Plano de Benefício Definido, os principais riscos que o Banco está exposto são: a) de inflação - a maioria dos benefícios são vinculados a índices de inflação, sendo que um aumento da inflação poderá levar a obrigações mais elevadas; b) de expectativa de vida - o plano proporciona benefícios assemelhados aos da previdência social aos associados admitidos até 25 de junho de 1980 (plano de benefício definido para massa fechada). Assim, um eventual aumento da expectativa de vida dos beneficiários do plano poderá levar a um aumento dos passivos do plano; c) de volatilidade dos ativos do plano - poderá haver um déficit atuarial, caso haja um descasamento entre o rendimento real dos investimentos do plano e o rendimento esperado, tendo em vista que o passivo atuarial é calculado com base em taxa de desconto definida com base no rendimento de títulos públicos.

Notas Explicativas**17. RENDAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO**

São compostas pelas seguintes rubricas:

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Dez / 2017	Dez / 2016	Dez / 2017	Dez / 2016
Rendas de empréstimos e títulos descontados	1.941.459	2.325.148	2.086.434	2.501.192
Rendas de financiamentos	16.013	13.187	25.447	29.398
Rendas de financiamentos rurais	14.791	32.454	14.791	32.453
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	87.234	66.346	94.020	71.089
Total	2.059.497	2.437.135	2.220.692	2.634.132

18. OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS**18.1. A composição da receita de prestação de serviços é como segue:**

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Dez / 2017	Dez / 2016	Dez / 2017	Dez / 2016
Administração de fundos de investimentos		-	1.871	2.947
Cartão de crédito	8.630	21.361	8.630	21.361
Cobrança	9.897	11.576	9.897	11.576
Custódia	134	384	480	624
Garantias prestadas	3.344	3.955	3.344	3.955
Outros serviços	8.290	6.981	8.334	6.992
Rendas de serviços prestados a ligadas	7.244	8.203	-	-
Comissão de seguro	17	18	23.470	15.043
Serviços de arrecadação	2.173	2.160	2.174	2.160
Serviços prestados	3.594	3.184	4.418	4.187
Tarifas bancárias – conta corrente	205.420	175.117	205.468	175.197
Total	248.743	232.939	268.086	244.042

18.2. Despesas de pessoal são compostas como segue:

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Dez / 2017	Dez / 2016	Dez / 2017	Dez / 2016
Remuneração dos administradores e conselho fiscal	16.504	17.360	26.869	26.126
Proventos de funcionários	181.801	193.736	186.383	198.561
Benefícios	64.808	61.302	65.787	62.397
Encargos sociais	75.093	75.486	79.083	79.147
Indenizações	32.668	24.843	33.268	25.190
Contingências	19.423	11.983	19.372	12.647
Total	390.297	384.710	410.762	404.068

O gasto com a remuneração dos administradores foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária datada de 20/04/2017, que estabeleceu o limite para o exercício social em R\$ 17.000.

Notas Explicativas

18.3. Outras despesas administrativas são compostas como segue:

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Dez / 2017	Dez / 2016	Dez / 2017	Dez / 2016
Água, energia e gás	9.566	9.108	9.567	9.110
Aluguéis	60.165	57.188	60.057	57.065
Amortização e depreciação	32.344	28.086	32.415	28.162
Arrendamento de bens	14.386	15.461	14.386	15.461
Comunicações	9.927	10.221	9.962	10.250
Materiais, manutenção e conservação de bens	21.450	18.719	21.612	18.736
Processamento de dados	59.987	57.550	66.418	63.766
Propaganda e publicidade	6.043	3.224	6.094	3.319
Publicações	1.078	893	2.235	2.095
Serviços de terceiros	159.380	168.733	180.335	196.218
Comissão e custo de preparação e digitação de proposta de negócios de operações de crédito (vide nota nº 9.2)	64.579	45.338	184.572	98.936
Serviços do sistema financeiro	13.960	14.107	14.689	17.542
Transportes	16.745	15.194	16.785	15.230
Outras despesas administrativas	24.526	21.937	28.616	24.977
Total	494.136	465.759	647.743	560.867

18.4. Despesas tributárias são compostas como segue:

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Dez / 2017	Dez / 2016	Dez / 2017	Dez / 2016
ISSQN	13.567	13.507	14.308	14.093
COFINS	76.501	79.566	87.549	88.076
PIS/PASEP	12.431	12.929	14.264	14.372
Outros tributos	6.335	4.967	6.696	5.423
Total	108.834	110.969	122.817	121.964

18.5. A rubrica de variações monetárias ativas é composta como segue:

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Dez / 2017	Dez / 2016	Dez / 2017	Dez / 2016
COFINS / FINSOCIAL	322	422	1.149	1.337
Contribuição Social / Imposto de Renda	874	269	1.372	812
INSS	-	799	278	1.202
Precatórios a receber	1.068	1.462	3.527	1.834
Atualização de depósitos judiciais	7.387	9.453	7.938	10.170
Variação cambial de ativos no exterior	2.983	7.408	2.983	7.408
Outros	945	626	1.252	1.401
Total	13.579	20.439	18.499	24.164

18.6. Outras receitas

Referem-se, substancialmente, a outras rendas de cessão de crédito, ressarcimento de custos de portabilidade decorrente de operações de créditos transferidas para outras instituições financeiras, remuneração adicional referente contrato de distribuição de seguros e atualização de valores recebidos decorrentes da restituição do cancelamento do aumento de capital na controlada BMI. Em 2016 refere-se, ainda, ao ajuste contábil de precatório.

18.7. Descontos concedidos

Refere-se, basicamente, aos descontos concedidos em operações de créditos renegociadas e em recuperação judicial no período.

Notas Explicativas

18.8. Despesas de caráter eventual

Referem-se, basicamente, aos acordos para encerramento de processos cíveis e perda com cancelamento de operações de créditos consignados.

18.9. Outras despesas

Referem-se, substancialmente, a despesas incorridas, no individual e consolidado, decorrentes do direito de pagamento de benefícios previdenciários realizados aos aposentados e pensionistas no montante de R\$ 99.968 (R\$ 74.781 em dezembro de 2016), despesas compensatórias sobre repasses de recursos para pagamentos de benefícios do INSS no montante de R\$ 12.648 (R\$ 15.762 em dezembro de 2016); eventuais glosas de recebimento de operações de crédito consignado no montante de R\$ 4.588 (R\$ 4.344 em dezembro de 2016) no individual e R\$ 5.510 (R\$ 5.122 em dezembro de 2016) no consolidado; e despesas incorridas pela controlada BMI, no montante de R\$ 24.496, decorrentes de restituição das quantias integralizadas pelos subscritores, com a remuneração dos títulos investidos, em cumprimento às disposições do artigo 3º, inciso VII, alínea "a", da Resolução nº 2.027/93, tendo em vista que o respectivo aumento de capital foi indeferido pelo Banco Central do Brasil (vide nota explicativa nº 10.1.).

18.10. Resultado não operacional

É composto como segue:

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Dez / 2017	Dez / 2016	Dez / 2017	Dez / 2016
Receita de atualização créditos a receber – alienação de bens não de uso	-	1.347	-	1.347
Prejuízos na alienação de valores e bens	(33.260)	(4.907)	(33.307)	(4.907)
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(15.118)	(16.647)	(15.136)	(16.637)
Outras	(1.365)	(2.907)	(1.091)	(2.696)
Total	(49.743)	(23.114)	(49.534)	(22.893)

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os efeitos do Imposto de Renda e Contribuição Social são como segue:

Descrição	MB – Múltiplo				MB – Consolidado			
	Dez / 2017		Dez / 2016		Dez / 2017		Dez / 2016	
	IR	CSL	IR	CSL	IR	CSL	IR	CSL
Resultado antes dos impostos e participações estatutárias	57.893	57.893	28.087	28.087	75.593	75.593	47.791	47.791
(-) Exclusão do lucro de empresa tributada pelo lucro presumido	-	-	-	-	(11.779)	(11.779)	(4.970)	(4.970)
(-) Participações dos empregados no lucro	(7.548)	(7.548)	(7.186)	(7.186)	(8.014)	(8.014)	(7.435)	(7.435)
Base de cálculo	50.345	50.345	20.901	20.901	55.800	55.800	35.386	35.386
Alíquota nominal	25%	15%	25%	20%	25%	15%	25%	20%
Receita / (Despesa) nominal	(12.587)	(7.552)	(5.225)	(4.180)	(13.950)	(8.370)	(8.847)	(7.077)
Ajustes à despesa nominal referentes à:	8.110	(12.072)	4.419	1.985	3.589	(15.340)	2.400	127
Efeito de dedução de juros sobre o capital próprio	3.291	1.974	5.272	4.217	3.635	2.181	5.753	4.602
Resultado de participações em coligadas e controladas	4.975	2.985	2.248	1.798	-	-	-	-
Despesas indedutíveis	(1.716)	(335)	(1.341)	(511)	(1.905)	(453)	(1.442)	(576)
Outras adições / exclusões permanentes	1.047	628	28	(180)	895	800	(2.035)	(1.702)
Outras diferenças temporais	-	-	-	-	789	(220)	124	1.163
Ajuste de investimento no exterior	513	308	(1.788)	(1.430)	175	105	-	-
Efeito tributário da CSL – Lei nº 13.169/15	-	(17.632)	-	(1.909)	-	(17.753)	-	(3.360)
Realização de créditos tributários ativados	-	(17.632)	-	(1.812)	-	(18.349)	-	(2.748)
Ajustes temporais à alíquota de 15% para 20%	-	-	-	(97)	-	596	-	(612)
Deduções dos incentivos fiscais ⁽¹⁾	-	-	419	-	268	-	545	-
Impostos calculados sobre o lucro presumido	-	-	-	-	(2.888)	(1.060)	(1.168)	(449)
Despesa com IRPJ e CSL	(4.477)	(19.624)	(387)	(2.195)	(12.981)	(24.770)	(7.070)	(7.399)
Total	(24.101)	(2.582)	(2.582)	(2.582)	(37.751)	(14.469)	(14.469)	(14.469)

Notas Explicativas

⁽¹⁾ Referem-se aos benefícios fiscais no âmbito do programa de alimentação ao trabalhador (PAT) e à atividade cultural e artística deduzidos no imposto de renda devido.

20. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Avais e fianças – o saldo de avais e fianças prestados pelo Banco e suas controladas, no individual e consolidado, monta em R\$ 194.253 (R\$ 251.068 em dezembro de 2016).

b) Fundos de investimento – a Administração de fundos de investimento é realizada por intermédio das controladas Mercantil do Brasil Corretora S.A e Mercantil do Brasil Distribuidora S.A. O somatório dos patrimônios líquidos dos fundos constituídos por recursos próprios e de terceiros montam em R\$ 251.854 (R\$ 308.822 em dezembro de 2016).

c) Seguros contratados – o Banco e suas controladas possuem seguros de seus principais ativos em montantes considerados adequados pela Administração para a cobertura de eventuais perdas com sinistros.

d) Acordo de compensação e liquidação de obrigações – o Banco possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, de conformidade com a Resolução CMN nº 3.263/05, resultando em maior garantia de liquidação de seus haveres para com instituições financeiras com as quais possua essa modalidade de acordo.

e) Adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) – em outubro de 2017 o Banco e empresas controladas aderiram ao PERT instituído pela MP nº 783/17 - Lei nº 13.496/17 com o objetivo de aproveitar condições especiais de liquidação de débitos tributários, vencidos até 30 de abril de 2017, com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL existentes até dezembro de 2015, com efeito líquido negativo no resultado em R\$ 1.101 (R\$ 1.448 no consolidado).

f) Em conformidade com o processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade foram emitidas várias normas, interpretações e orientações, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo órgão regulador. Até o momento, foram aprovados pelo CMN e BACEN, os seguintes pronunciamentos:

Resolução CMN nº 3.566/08 – CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Resolução CMN nº 3.604/08 – CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Resolução CMN nº 3.750/09 – CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas.

Resolução CMN nº 3.823/09 – CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Resolução CMN nº 3.973/11 – CPC 24 - Evento Subsequente.

Resolução CMN nº 3.989/11 – CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações.

Resolução CMN nº 4.007/11 – CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Resolução CMN nº 4.144/12 – Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Resolução CMN nº 4.424/15 – CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

Não há previsão de quando o Bacen irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e nem se a utilização dos mesmos será de forma prospectiva ou retrospectiva.

A Resolução CMN nº 3.786/09 e a Circular Bacen nº 3.472/09 estabeleceram que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar por este órgão, constituídas sob a forma de companhia aberta ou que sejam obrigadas a constituir Comitê de Auditoria devem, anualmente, desde 31 de dezembro de 2010, elaborar e divulgar em até 90 dias após a data base de 31 de dezembro suas demonstrações contábeis consolidadas, preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), seguindo os pronunciamentos internacionais emitidos pelo IASB – *International Accounting Standards Board*.

Adicionalmente, foram publicadas a Resolução CMN nº 3.853/10 e a Carta Circular Bacen nº 3.447/10, que disciplinam a divulgação de demonstrações contábeis consolidadas intermediárias em IFRS e esclarecem que a obrigatoriedade aplica-se às instituições financeiras que publicam demonstrações contábeis intermediárias nesse padrão contábil.

O Banco Mercantil do Brasil S.A disponibilizará até 31 de março de 2018 suas demonstrações financeiras em IFRS referente à 31 de dezembro de 2017 no site www.mercantildobrasil.com.br, na área de Relação com Investidores (RI) e na CVM. Nas Demonstrações Contábeis Consolidadas de 31 de dezembro de 2017 as reconciliações entre o resultado e patrimônio líquido são consistentes com aquelas apresentadas no mesmo padrão das demonstrações financeiras em IFRS de 31 de dezembro de 2016.

Notas Explicativas

21. GESTÃO DOS RISCOS DE CRÉDITO, DE LIQUIDEZ, DE MERCADO, OPERACIONAL E SOCIOAMBIENTAL

A atividade de gerenciamento dos riscos e gestão do capital é parte integrante e fundamental nas atividades do Mercantil do Brasil, visando obter a melhor relação risco/retorno compatível com o apetite ao risco do conglomerado prudencial. O gerenciamento dos riscos é realizado de forma integrada, possibilitando a identificação, a mensuração, a avaliação, o monitoramento, o reporte, o controle e a mitigação dos efeitos adversos resultantes das interações entre os riscos, objetivando tomadas de decisões mais assertivas e a otimização do uso do capital.

Dentro desse contexto, o Mercantil do Brasil gerencia seus riscos de forma contínua, norteado pelas diretrizes do Conselho de Administração e do Corpo Diretivo, expressas nas políticas e estratégias institucionais e contando com o apoio de diferentes níveis hierárquicos, dentre eles, o Comitê de Riscos. A gestão dos riscos e do capital é centralizada e subordinada à Diretoria de Gestão da Estratégia e Riscos, englobando não apenas os dados do banco múltiplo, mas também das demais empresas que compõem o conglomerado prudencial, resultando em maior agilidade e assertividade na tomada de decisões.

O Mercantil do Brasil, respaldado pela boa governança, investe de forma estruturada no aperfeiçoamento contínuo de seus processos, dos sistemas de controle e na gestão dos riscos, com foco na estratégia dos negócios e em conformidade com as exigências dos órgãos reguladores. As ferramentas e metodologias utilizadas são condizentes com as melhores práticas de mercado, permitindo embasar decisões estratégicas da Instituição com grande agilidade e alto grau de confiança. A estrutura de gerenciamento de riscos e capital adotada pelo Conglomerado do Mercantil do Brasil é compatível com a natureza das suas operações e com a complexidade dos produtos e serviços ofertados, além de proporcional à dimensão da exposição aos riscos assumidos.

Em fevereiro de 2017, o Bacen publicou a Resolução CMN n.º 4.557/17, que dispõe sobre os critérios mínimos para o estabelecimento das estruturas de gerenciamento integrado de riscos e de capital pelas instituições que compõem o Sistema Financeiro Nacional. O Plano de Implementação para o atendimento à Resolução foi aprovado pelo Conselho de Administração em agosto de 2017, prevendo a conclusão dos ajustes a serem realizados até fevereiro de 2018.

Com base nas boas práticas de Governança Corporativa e Disciplina de Mercado, o Mercantil do Brasil busca estabelecer um padrão de divulgação de informações que permita ao mercado avaliar as informações essenciais referentes às exposições a riscos, adequação de capital e atuação socioambientalmente responsável. Essas informações tanto sob o aspecto quantitativo quanto qualitativo, estão disponíveis no site www.mercantildobrasil.com.br.

A seguir, é apresentada de forma sucinta, a descrição das atividades relacionadas à avaliação e ao gerenciamento dos principais riscos na Instituição:

a) Gerenciamento do risco de crédito

Por risco de crédito, entende-se como a possibilidade do não cumprimento total ou parcial, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros, bem como a ocorrência de desembolsos para honrar avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações de natureza semelhante.

Anualmente, a Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito Mercantil do Brasil é revisada pelo Conselho de Administração, em conformidade com a legislação vigente. A segregação das atividades é um pilar importante e contempla a origem, análise, decisão, a formalística, o acompanhamento, controle, a gestão de risco, a cobrança e a recuperação. Todo o processo é suportado por modernos sistemas de tecnologia de alta integração, os quais disponibilizam informações gerenciais íntegras e com processo de validação constante a todos os envolvidos nesta atividade, tornando transparentes e integrados os resultados de cada ciclo.

O processo de análise visa concluir sobre o risco de crédito do cliente adotando aspectos quantitativos baseados na situação econômica, financeira, patrimonial, e qualitativos, tais como dados cadastrais e comportamentais. A análise da operação de crédito, além de ter como base a classificação de risco do cliente, incorpora os aspectos da estruturação do negócio, inclusive quanto à liquidez e suficiência das garantias apresentadas. Todo o processo é centralizado e as decisões são tomadas de forma colegiada e dentro da alçada de cada nível.

Em particular, a concessão de crédito massificado de varejo é realizada de forma automatizada e padronizada através de modelos quantitativos, desenvolvidos por uma equipe técnica capacitada e em constante desenvolvimento, mediante

Notas Explicativas

utilização de ferramentas que asseguram maior qualidade dos créditos concedidos.

O cuidado com a qualidade dos ativos financeiros do Conglomerado é concomitante ao processo de concessão de crédito e vai até a liquidação dos contratos. Esta atividade está sob a responsabilidade direta da Diretoria Executiva de Crédito e de Gestão de Crédito, que possui todas as suas diretrizes fundamentadas na Política de Crédito da Instituição.

Dentro deste contexto, a gestão do risco de crédito no Mercantil do Brasil contempla fatores internos como a análise da evolução da carteira, seus níveis de inadimplência, rentabilidade dos produtos, qualidade da carteira e adequação do capital econômico alocado; além de fatores externos como acompanhamento do ambiente macroeconômico e dos setores econômicos, taxas de juros, indicadores de inadimplência do mercado, condicionantes de consumo, etc. Desta forma, as variações das exposições aos riscos que o Mercantil do Brasil está sujeito, são acompanhadas levando em consideração o ambiente de negócios, o comportamento da concorrência e os compromissos com os resultados que o Mercantil do Brasil tem para com seus clientes, acionistas, funcionários e a sociedade.

b) Gerenciamento do risco de liquidez

Por risco de liquidez, entende-se a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Dentro deste contexto, o Risco de Liquidez é gerenciado por meio de metodologias e modelos que visam administrar a capacidade de pagamento da Instituição, considerando o planejamento financeiro, os limites de riscos e a otimização dos recursos disponíveis, permitindo embasar decisões estratégicas com grande agilidade e alto grau de confiança.

A Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez encontra-se em conformidade com a regulação vigente, que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento, governança e transparência das informações. O grupo Mercantil dispõe também de Plano de Contingência de Liquidez contendo as responsabilidades e procedimentos para tratar as situações extremas.

A Instituição possui dois modelos – “mapa de descasamento dos fluxos” e “movimentação diária de produtos”. O primeiro modelo permite o acompanhamento por produto, moeda, indexador e vencimento e o segundo fornece estatísticas de entrada e saída dos produtos ativos e passivos.

O Mercantil do Brasil realiza ainda, como um dos instrumentos de gestão, a projeção do fluxo de caixa baseada em séries históricas de movimentação de produtos de ativo e passivo, recebimentos antecipados, vencimentos e recompras de operações de depósito a prazo, operações de crédito, Letras, poupança, depósito à vista e TVMs.

Concomitantemente, são construídos cenários de estresse que permitem a identificação de possíveis problemas que possam vir a comprometer o equilíbrio econômico-financeiro da Instituição. O Mercantil do Brasil possui, também, Plano de Contingência de Liquidez contendo estratégias e procedimentos necessários para conduzir a Instituição ao equilíbrio de sua capacidade de pagamento, considerando os potenciais problemas identificados nos cenários de estresse.

c) Gerenciamento do risco de mercado

Por risco de mercado, entende-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição.

O gerenciamento do risco de mercado é realizado por meio de metodologias e sistemas condizentes com a natureza de suas operações, com a complexidade dos seus produtos e a dimensão de sua exposição, bem como com a realidade do mercado nacional e internacional, permitindo embasar decisões estratégicas para a Instituição com grande agilidade e alto grau de confiança. Os cálculos do capital regulatório de risco de mercado têm como principais vertentes: a classificação das operações nas carteiras de Negociação (*Trading*) e Bancária (*Banking*).

O modelo de risco de mercado também permite acompanhar a sensibilidade das taxas de juros, comparando a curva de mercado recente aos cenários formados, o que possibilita simular como tais taxas podem variar e afetar as posições assumidas pela Instituição.

Além do acompanhamento diário das exposições aos diversos fatores de risco e do cálculo do valor em risco *V@R*, são realizados testes de *stress* de flutuação das principais variáveis macroeconômicas, utilizando cenários históricos ou de mudança de premissas. Também é realizado o *back-test*, que consiste na averiguação de uma amostra de retornos da

Notas Explicativas

ocorrência de um número de perdas superiores ao $V@R$ conforme o nível de confiança escolhido.

Para grandes variações de preço, o Mercantil do Brasil utiliza o instrumento *hedge* para proteger as operações financeiras ao qual está exposto. A estratégia de *hedge* consiste em compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes da exposição às variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa de qualquer ativo, passivo, compromisso ou transação futura prevista.

d) Gerenciamento do risco operacional

Por risco operacional, entende-se como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.

O Gerenciamento do Risco Operacional no Mercantil do Brasil integra-se às estratégias e aos negócios das empresas do grupo, alinhando os processos existentes e praticados com as políticas vigentes. A forma de atuação possibilita a identificação das áreas com maior potencial de risco e os cenários mais críticos para, por meio de uma gestão efetiva, controlar e mitigar a exposição ao Risco Operacional a que a Instituição está sujeita. A Instituição utiliza ferramentas de gestão do Risco Operacional visando maximizar a eficiência dos controles e direcionar ações para redução de perdas.

A estrutura de gerenciamento prevê uma atuação compartilhada do Risco Operacional, em que todos os colaboradores são responsáveis pela conformidade dos seus processos, estimulando o comprometimento com os resultados e uma gestão participativa.

A metodologia aplicada para a gestão do Risco Operacional é composta por duas etapas qualitativa e quantitativa. A primeira etapa contempla o levantamento dos processos, a identificação dos riscos, a avaliação dos controles e estratégia de resposta ao risco inerente – seja por meio de planos de ação para melhoria, seja por meio de ações de monitoramento.

Já a etapa quantitativa, consiste na formação da base de perdas operacionais e formação de base com o objetivo de registrar as informações relativas aos eventos decorrentes da exposição ao Risco Operacional no Mercantil do Brasil.

No Mercantil do Brasil, o cálculo da parcela do RWAOPAD está a cargo da Gerência de Demonstrações Financeiras, na Diretoria Executiva de Controladoria e a metodologia de cálculo adotada é a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada. Toda a metodologia de cálculo da abordagem utilizada pela Instituição foi definida seguindo os critérios de consistência, sendo passíveis de verificação e estando devidamente formalizada.

A Gestão de Continuidade dos Negócios, que também está inserida no âmbito do Gerenciamento do Risco Operacional, busca garantir a continuidade dos processos de negócios críticos à sobrevivência da Instituição em caso de crises que causem a interrupção das suas atividades mais críticas. Isso proporciona um ambiente mais seguro às operações, aos clientes e contrapartes, bem como aos seus acionistas.

Para garantir essa resiliência, o Mercantil do Brasil utiliza metodologia que o permite definir estratégias de contingência, determinando procedimentos alternativos e linhas de ações que manterão as operações críticas em funcionamento, mesmo na ocorrência de eventos adversos que causem a interrupção das atividades. Todas essas especificações estão formalizadas em Planos de Contingência, que contemplam também toda a estrutura de pessoal e logística disponibilizada para a continuidade dos negócios.

Periodicamente, os Planos de Contingência elaborados passam por testes, cujos relatórios, enviados inclusive à Alta Administração, orientam a atualização desses planos e buscam garantir a eficácia dos procedimentos descritos. Esse ciclo virtuoso permite ao Mercantil do Brasil manter sua Gestão de Continuidade dos Negócios em um processo de melhoria contínua.

e) Gerenciamento do risco socioambiental

O Gerenciamento do Risco Socioambiental no Mercantil do Brasil instaurou-se a partir da melhoria nas ferramentas de identificação, controle e mitigação dos impactos socioambientais inerentes à atividade bancária. Os passos previstos no Plano de Ação aprovado pelo Conselho de Administração, conforme disposto na Resolução CMN nº 4.327/14, foram concluídos ao final de 2017.

Pautadas pela Política Institucional de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), as ações para controle e redução dos impactos da atividade da Instituição compreendem a gestão adequada dos resíduos e o mapeamento e estudo contínuo

Notas Explicativas

de oportunidades que possam contribuir com a eficiência no consumo de energia e recursos naturais da empresa. Além disso, tendo em vista o papel social desempenhado pelos bancos, a captura de informações relacionadas ao risco socioambiental foi aprimorada no início do relacionamento com o cliente, os critérios no processo de concessão e gestão do crédito foram ajustados, bem como a relação do Mercantil do Brasil com terceiros passou a ser embasada por cláusulas e processos que exigem e promovem uma rede de empresas mais responsáveis socioambientalmente.

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S. A.

RODRIGO ALEXANDER PIZZANI QUEIROZ
Diretor Executivo

ANDERSON GUEDES INOCÊNCIO
Contador CRC MG nº 077029/O-7

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Mercantil do Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Mercantil do Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Mercantil do Brasil S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Mercantil do Brasil S.A. e do Banco Mercantil do Brasil S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi planejada e executada considerando que as operações do Banco e do Consolidado não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como a nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior.

Porque é um PAA

Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD (Notas Explicativas 2.4 e 7)

A apuração do valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa é uma área que requer julgamentos por parte da Administração do Banco.

A análise de risco de crédito da contraparte e mensuração do valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa é um processo que envolve utilização de várias premissas, cenários econômicos, avaliação da situação financeira da contraparte, dos níveis de inadimplência e garantias das carteiras, bem como, impacto da política de renegociação, dos valores estimados de recuperação e a aplicação das normas legais e regulamentares do Banco Central do Brasil, notadamente a Resolução CMN no. 2682.

O uso de técnicas e premissas incorretas ou a aplicação indevida da regulamentação vigentes poderia resultar em estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa significativamente diferente.

Considerando o exposto acima, essa área permaneceu como de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Atualizamos nosso entendimento e realizamos testes de controles internos relevantes para a apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Além disso, executamos testes de auditoria focados na: (i) integridade da base de dados; (ii) premissas adotadas pela administração na mensuração do valor recuperável da carteira de crédito; (iii) identificação, aprovação, registro e monitoramento das operações, inclusive as renegociadas; (iv) processos estabelecidos pelo Banco para cumprimento das premissas e normas do Banco Central do Brasil; e (v) confronto entre os valores apurados de provisão e os valores contabilizados.

Adicionalmente, em base amostral, testamos as premissas adotadas para análise de risco das contrapartes, existência de garantias e a aplicação da metodologia de cálculo da provisão com base nos referidos níveis de riscos atribuídos pela Administração.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil da provisão para créditos de liquidação duvidosa são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

Porque é um PAA**Reconhecimento e valor recuperável dos créditos tributários (Notas Explicativas 2.4 e 8.1)**

O Banco apresenta saldo contábil relevante relativo à créditos tributários decorrentes, substancialmente, de diferenças temporárias e prejuízos fiscais de Imposto de Renda e bases negativas de Contribuição Social.

Para o registro e a manutenção dos referidos créditos, a Administração elabora estudo de projeção de lucro tributário e de realização dos créditos tributários, conforme requerido pelas normas do Banco Central do Brasil.

O referido estudo envolve complexidade, aplicação de julgamentos e adoção de premissas subjetivas pela Administração.

Considerando o acima descrito, essa permanece sendo considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos principais procedimentos de auditoria consideraram a obtenção do estudo de projeção de lucros tributários aprovado pelo Conselho de Administração.

Efetuamos, também, a análise da razoabilidade das premissas utilizadas pelo Banco com as divulgadas no mercado, quando aplicável. Adicionalmente, confrontamos os dados históricos com as referidas projeções e efetuamos análise de aderência frente a Resolução 3.059 do Conselho Monetário Nacional.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação da realização dos créditos tributários são razoáveis no contexto das demonstrações financeiras consolidadas.

Porque é um PAA**Provisões para passivos contingentes (Notas Explicativas 2.4, 8.3 e 12.4)**

O Banco Mercantil do Brasil S.A. e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista e tributária.

Os processos podem ser encerrados após um longo tempo e envolvem, não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação e jurisprudência vigentes. A evolução de jurisprudência sobre determinadas causas nem sempre é uniforme.

Assim, a mensuração e definição de reconhecimento de um passivo contingente, envolve aspectos subjetivos e julgamentos exercidos pela administração do Banco.

Nessas circunstâncias, essa continua sendo uma área de foco de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos principais procedimentos de auditoria abrangeram a atualização do entendimento dos controles internos relevantes relacionados à identificação, avaliação, monitoramento, mensuração, registro da provisão para passivos contingentes e as divulgações em notas explicativas, bem como testes sobre a totalidade das bases de contingências e testes de aderência as respostas dos advogados externos.

Efetuamos testes em base amostral sobre a integridade e histórico de perdas incorridas que são base para quantificação dos processos judiciais massificados de natureza cível e trabalhista.

Com relação aos processos individualizados, substancialmente processos de natureza tributária, a apuração é realizada periodicamente a partir da determinação do valor do pedido e da probabilidade de perda, que, por sua vez, é estimada conforme as características de fato e de direito relativas a cada uma das ações. Analisamos, com o apoio de nossos especialistas, a probabilidade de perda dos processos judiciais e administrativos significativos de acordo com a natureza de cada processo.

Adicionalmente, realizamos procedimentos de confronto dos saldos contábeis com os relatórios analíticos suporte, bem como obtivemos confirmação com os assessores jurídicos responsáveis pelos processos relevantes, sobre a probabilidade de perda e o valor das causas.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil das provisões para passivos contingentes são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

Porque é um PAA**Ambiente de tecnologia**

O processamento das transações do Banco Mercantil do Brasil S.A. e suas controladas, o desenvolvimento de suas operações e a continuidade de seus processos de negócios são dependentes de sua estrutura tecnológica.

Assim, é importante a efetiva operação dos controles gerais de tecnologia, bem como dos seus controles dependentes para assegurar o processamento correto de informações críticas para a tomada de decisões ou das operações.

Portanto, o ambiente de tecnologia da informação continua sendo uma área de foco em nossos trabalhos de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Com o auxílio de nossos especialistas de sistemas, atualizamos o nosso entendimento e testamos a efetividade operacional dos controles gerais de tecnologia, controles automatizados ou dependentes de tecnologia, bem como os controles compensatórios.

Em nosso plano de trabalho, consideramos também testes relacionados à acesso lógico, aos processos de gerenciamento e desenvolvimento de mudanças sistêmicas e segurança de acessos a programas e banco de dados.

Como resultado desses trabalhos consideramos que os processos e controles do ambiente de tecnologia nos proporcionaram uma base razoável para determinarmos a natureza e a extensão de nossos procedimentos de auditoria sobre as demonstrações

financeiras.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e é apresentada como informação suplementar para fins do Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar

o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 22 de fevereiro de 2018.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP0000160/O-5 "F"

Carlos Augusto da Silva
Contador CRC: 1SP197007/O-2

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Parecer do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal do Banco Mercantil do Brasil S. A., no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório da Administração, as demonstrações financeiras relativas ao segundo semestre de 2017 e o Estudo Técnico de Expectativa de Geração de Lucros Tributáveis Futuros, que tem como objetivo a realização dos Créditos Tributários, trazidos a valor presente, de acordo com a Instrução CVM nº 371/02, Resoluções nºs 3.059/02 e 3.355/06 do Conselho Monetário Nacional e Circular nº 3.171/02 do Banco Central do Brasil, são de opinião que as citadas peças, examinadas à luz da legislação societária vigente, refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Sociedade, opinando por sua aprovação pela Assembleia Geral.

Belo Horizonte, 22 de fevereiro de 2018.

CONSELHO FISCAL
José Regis da Silva Pontes
Euler Luiz de Oliveira Penido
Milton de Castro Silva Júnior
Afrânio Eustáquio Ribeiro
Yehuda Waisberg

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

INTRODUÇÃO

De acordo com o estabelecido em seu Regimento, compete ao Comitê zelar pela qualidade e integridade das demonstrações contábeis do Banco, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos das empresas de auditoria independente, da auditoria interna, pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento dos riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

ATIVIDADES

No exercício de suas atividades, o Comitê realizou reuniões com representantes do Conselho de Administração e com os executivos responsáveis pelas principais áreas do Banco, enfatizando aspectos inerentes aos controles internos, gerenciamento de riscos e informações financeiras.

Nas reuniões com as equipes de auditoria interna e independente, verificou o cumprimento dos planejamentos anuais substancialmente executados, conheceu as metodologias utilizadas, a qualificação do corpo técnico e examinou as conclusões e principais recomendações.

Acompanhou, junto à Administração e à auditoria independente, o processo de preparação das demonstrações contábeis, avaliou os aspectos relevantes, a abrangência, conformidade e clareza das notas explicativas, examinou as práticas contábeis adotadas, conheceu e debateu o teor do parecer emitido pela auditoria independente.

Adicionalmente, o Comitê recomendou ao Conselho de Administração, em reunião de 22 de fevereiro de 2017, a aprovação das demonstrações contábeis consolidadas do Banco, elaboradas com base no padrão contábil internacional emitido pelo IASB, para a data-base de 31 de dezembro de 2016.

CONCLUSÕES

Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente suas atribuições e as limitações inerentes ao escopo de atuação, o Comitê de Auditoria concluiu que:

a) Os sistemas de controles internos são adequados ao porte e complexidade dos negócios do Banco e é estruturado de modo a garantir a eficiência das operações, a geração dos correspondentes relatórios financeiros e observância às normas internas e externas a que se sujeitam essas operações. Tais controles são objeto de constante atenção por parte da Administração e vêm sendo permanentemente aprimorados. O Comitê não tem conhecimento de deficiências relevantes que possam comprometer a efetividade destes controles.

b) O Banco adota postura conservadora na avaliação de riscos e dispõe de instrumentos apropriados para sua gestão e mitigação. Desta forma, considera, inclusive, a opinião de advogados externos com capacitação para se pronunciar sobre o tema. Os riscos entendidos como prováveis, a partir daquela avaliação, foram refletidos nas demonstrações contábeis. Relativamente ao risco de crédito, a rentabilidade futura do banco está vinculada, dentre outros fatores, ao êxito das medidas tomadas ao longo dos anos-calendário de 2015 a 2017, as quais já se encontram parcialmente refletidas nas correspondentes demonstrações contábeis.

c) Os resultados dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna não trouxeram ao conhecimento deste Comitê a existência de riscos residuais que possam afetar a solidez e a continuidade do Banco.

d) O Comitê avalia como plenamente satisfatórios o volume e a qualidade das informações fornecidas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, sob os quais suporta sua conclusão acerca da integridade das demonstrações contábeis. O Comitê não tem conhecimento de situações que pudessem afetar a objetividade e independência dos auditores externos.

e) As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O Comitê não tem conhecimento de eventos relativos às empresas controladas pelo Banco que possam afetar a integridade destas demonstrações.

RECOMENDAÇÃO

O Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo de sua atuação, recomenda a aprovação pelo Conselho de Administração das demonstrações contábeis consolidadas do Banco Mercantil do Brasil S.A., para a data-base de 31 de dezembro de 2017.

Belo Horizonte, 22 de fevereiro de 2018.

EDSON EUSTÁQUIO DE OLIVEIRA PENIDO
SEBASTIÃO SALVADOR GAMARANO
WELLINGTON INÁCIO

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Em cumprimento ao disposto no art. 25, inciso VI da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, os Diretores do Banco Mercantil do Brasil S. A., declaram que, conforme seus conhecimentos acerca da matéria, reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras do Banco, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Belo Horizonte, 22 de fevereiro de 2.018.

Diretor Presidente
Luiz Henrique Andrade de Araújo

Diretores Vice-Presidentes
Mauricio de Faria Araujo
Paulo Henrique Brant de Araujo
Renato Augusto de Araújo

Vice-Presidente Executivo
Marco Antônio Andrade de Araújo

Diretores Executivos
Ângela Mourão Cançado Juste
Lauro Wilson da Silva
Roberto Godoy Assumpção
Rodrigo Alexander Pizzani Queiroz
Taise Christine da Cruz
Uelquesneurian Ribeiro de Almeida
Valci Braga Rezende

Diretores
Alexandra Eliane dos Santos Oliveira
André Gustavo Pereira Delledono
Humberto Pereira de Almeida
Jane César Coelho
João Rufino da Silva
Mariana Machado de Araújo de Souza Lima

Diretor de Relações com Investidores
Roberto Godoy Assumpção

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em cumprimento ao disposto no art. 25, inciso V da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, os Diretores do Banco Mercantil do Brasil S. A., declaram que, conforme seus conhecimentos acerca da matéria, reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, resultante do procedimento de auditoria realizado nas referidas Demonstrações Financeiras do Banco, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Belo Horizonte, 22 de fevereiro de 2.018.

Diretor Presidente
Luiz Henrique Andrade de Araújo

Diretores Vice-Presidentes
Mauricio de Faria Araujo
Paulo Henrique Brant de Araujo
Renato Augusto de Araújo

Vice-Presidente Executivo
Marco Antônio Andrade de Araújo

Diretores Executivos
Ângela Mourão Cançado Juste
Lauro Wilson da Silva
Roberto Godoy Assumpção
Rodrigo Alexander Pizzani Queiroz
Taise Christine da Cruz
Uelquesneurian Ribeiro de Almeida
Valci Braga Rezende

Diretores
Alexandra Eliane dos Santos Oliveira
André Gustavo Pereira Delledono
Humberto Pereira de Almeida
Jane César Coelho
João Rufino da Silva
Mariana Machado de Araújo de Souza Lima

Diretor de Relações com Investidores
Roberto Godoy Assumpção